

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**  
**MESTRADO EM ADMNISTRAÇÃO**

**LETÍCIA DOS SANTOS**

**O PROCESSO DE (DES)(RE)TERRITORIALIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS  
DE RECICLAGEM DE MARINGÁ – PR:  
Uma luta pela ocupação da cidade**

MARINGÁ

2019

LETÍCIA DOS SANTOS

**O PROCESSO DE (DES)(RE)TERRITORIALIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS  
DE RECICLAGEM DE MARINGÁ – PR:  
Uma luta pela ocupação da cidade**

Dissertação de Mestrado em Administração entregue ao programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá (PPA-UEM), como requisito para a obtenção do título de Mestra em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Priscilla Borgonhoni Chagas

Co-orientadora: Profa. Dra. Josiane Silva de Oliveira

MARINGÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

S237p	Santos, Leticia dos O processo (des(re)territorialização das cooperativas de reciclagem de Maringá-PR: uma luta pela ocupação da cidade / Leticia dos Santos. -- Maringá, 2019. 184 f. : il. color., figs., quadros
Chagas.	Orientadora: Profa. Dra. Priscilla Borgonhoni
Oliveira.	Coorientadora: Profa. Dra. Josiane Silva de
	Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2019.
	1. Territorialização. 2. Desterritorialização. 3. Reterritorialização. 4. Resíduos sólidos. 5. Cooperativas - Reciclagem - Maringá (PR). I. Chagas, Priscilla Borgonhoni, orient. II. Oliveira, Josiane Silva de, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Administração. IV. Título.
	CDD 21.ed: 658.56

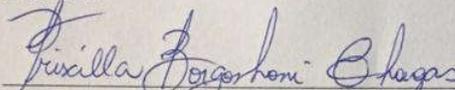
Elaine Cristina Soares Lira - CRB 1202/9

LETÍCIA DOS SANTOS

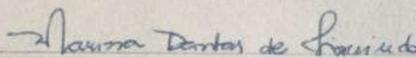
**O PROCESSO DE (DES)(RE)TERRITORIALIZAÇÃO DAS  
COOPERATIVAS DE RECICLAGEM DE MARINGÁ-PR:  
uma luta pela ocupação da cidade.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Estadual de Maringá, sob apreciação da seguinte banca examinadora:

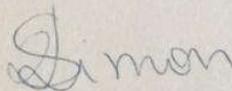
Aprovada em 10 de junho de 2019



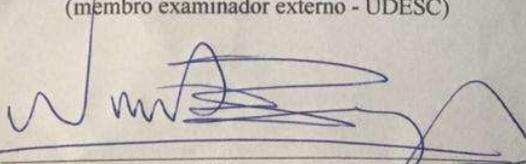
Prof.ª. Dr.ª. Priscilla Borgonhoni Chagas  
(presidente)



Prof.ª. Dr.ª. Marina Dantas de Figueiredo  
(membro examinador externo – UNIFOR)



Prof.ª. Dr.ª. Vanêssa Silveira Pereira Simon  
(membro examinador externo - UDESC)



Prof. Dr. William Antonio Borges  
(membro examinador PPA)

MARINGÁ  
2019

## AGRADECIMENTOS

**Deus**, muito obrigada por ter derramado em mim, mil graus de unção. Por ter me ajudado a permanecer em pé em meio às turbulências. Obrigada por ter me dado os familiares que me deu, os pais que me deu, as orientadoras e me deu e os amigos que me deu, pois tudo que vem de ti, traz paz. Obrigada ainda por me fazer ver, nos olhares da cidade, o quão maravilhoso és tu.

**Mãe**, obrigada por ter sido um exemplo em minha vida. Exemplo de trabalho, de batalha, de estudos, de busca por algo melhor. Sem ver os seus esforços, eu jamais saberia que apesar de não ser fácil, é possível. Obrigada também por todo amor, carinho e dedicação como mãe nessa reta final, que tanto precisei, sem seu colo teria sido muito mais difícil.

**Pai**, o amor tem seu nome. Obrigada por fazer com que eu me sentisse a criança mais amada desse mundo. Obrigada pelos conselhos com poucas palavras, mas muito a dizer. Obrigada por mesmo com poucas condições, fazer o possível por mim.

**Tia Cida, Tia Ivonete e Tio Paulinho**, sem vocês eu realmente não teria conseguido. Agradeço a acolhida e o amor no momento que eu mais precisei. Às tias Cida e Ivonete eu agradeço também pela cerveja.

Obrigada minha orientadora, **Priscilla Borgonhoni Chagas** e minha co-orientadora, **Josiane Silva de Oliveira**. Agradeço, de coração, toda dedicação nas correções, a toda sabedora a mim compartilhada, a toda paciência e a todo amor como profissional. Me espelho em vocês para um dia ser tão maravilhosa com meus orientandos, tanto intelectualmente, quanto humanamente. Obrigada por acreditarem e confiarem na seriedade da minha pesquisa e por me darem liberdade para caminhar (literalmente e figurativamente) em meios aos resíduos sólidos urbanos e aos caminhos por onde ele passa. E principalmente, por me fazerem pensar e ler e refletir, e assim, conseguir visualizar a luta dos indivíduos na cidade. Vocês estarão para sempre em meu coração e em minhas orações.

Obrigada aos Professores da minha banca de qualificação que se fazem presente também na minha defesa, **William Antônio Borges** e **Marina Dantas de Figueiredo**, bem como **Vanêssa Simon**. Foram as vossas contribuições e críticas, que proporcionaram grande crescimento teórico a esse trabalho final.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação da UEM, em especial os que cursei disciplinas, Professora Elisa, Professora Josiane e ao Professor William, bem como a Professora Ana Lúcia do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais que tanto ajudaram no meu crescimento profissional e pessoal. Foram aulas com grandes discussões teóricas que me levaram a pensar no mundo de forma diferente.

Professora **Bianca Burdini Mazzei**, muito muito muito obrigada por me ensinar tudo que me ensinou como professora, como orientadora de duas monografias, como parceira no artigo e principalmente como pessoa. Te admiro em todos os termos. A senhora é uma pessoa de luz que me fez querer ensinar e me tornar professora.

Dona **Rozeli**, de acordo com o código civil brasileiro, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, Art. 1595 “cada cônjuge ou companheiro é aliado aos parentes pelo vínculo de afinidade”, sendo assim, não existe ex-sogra, nem que eu queira. Então, obrigada por ser a melhor sogra que alguém poderia ter, obrigada por estar sempre tão presente na minha vida. Obrigada pelo apoio, pelas palavras de fortalecimento, pelo carinho e principalmente pelo incentivo e orações em prol do meu crescimento.

A quem me incentivou bem antes do início do mestrado. Que me fez crescer tanto pessoalmente quanto profissionalmente, que sempre torceu para que eu me tornasse melhor e que me deu não só apoio como também encorajamento para não desistir do que eu realmente quero. Por isso Ricardo, eu te agradeço, pois sem o que eu aprendi com você, eu não teria chegado onde cheguei. Obrigada pelos conselhos, pelas histórias, pelos sonhos divididos, por ensinar um cronograma melhor de estudos, simplesmente, obrigada!

Agradeço a todos que me auxiliaram no campo de pesquisa. Sem vocês, com toda certeza esse trabalho não teria sentido. Agradeço principalmente ao Dr. Fábio, ao Dr. Marcos, à Dulce, à Sheila (em memória), ao Sr. Antônio, ao Sr. Agnaldo, a Gisele, a Dona Eneuzza, a Rosana, a Dona Ironí, o Tiago, a Deise e a Fabi, que me passaram informações de suma importância para a pesquisa. Algumas dessas pessoas estiveram muito presentes e se tornaram muito próximas. Dona Ironí, obrigada por me ensinar como se faz a separação do material reciclável, por me contar como é o funcionamento da cooperativa e por me fazer dar tantas risadas enquanto trabalhava. Tiago, obrigada por me fazer ter uma visão multiterritorial e me levar a desbravar todas as cooperativas de Maringá. Deise, obrigada pelas informações, pelas apresentações, pelo carinho, pela ajuda, pela amizade. Fabi, obrigada pelo carinho, ajuda, amizade, risadas e conselhos apavorados.

Aos amigos de muitos anos, que tiveram paciência quando eu não pude sair com eles, visitar, dar atenção... Obrigada pela compreensão:

- Suzi, a mais dramática de todas as amigas que já tive, porém, a mais amorosa. Obrigada por me amar mesmo eu não te ajudando a cuidar mais do Theo.
- Josane, Geslaine e Valéria, obrigada por sempre me esperar para comer salgados, doces e tomar espumante. Da faculdade para a vida, agradeço todo apoio.
- Everton Rodrigo e Arlete obrigada por me fazer rir sempre sempre amém. Sei que você já não tem mais paciência e já está ficando dramático como a Suzi, mas agora o mestrado acabou e você pode me convidar que eu vou.
- Eliezer, obrigada por se preocupar e mandar mensagem sempre.
- José Augusto, agradeço o apoio e a companhia maravilhosa nos momentos em que tivemos tempo.
- Igor Rafael Ferreira Del Grossi, o irmão que o coração me deu. Eu não tenho palavras para agradecer o quanto você me ouviu e me socorreu. Seus conselhos sempre pacíficos e amorosos me fazem melhor.

- Guilherme Segré, só tenho uma coisa a te dizer: “eu não vou mais ter medo, não se preocupa”! Obrigada pelo salvamentooooooooo! Parceria! (Rindo pra não chorar).

- Amanda Dalalio e Everton “Black”, obrigada por me adotarem, por serem parceiros e por me fazerem rir. Amanda, obrigada pela comida maravilhosa e por recolher a minha roupa. E não posso esquecer de agradecer pelo “Pequeno”, pelo Jorge e pelo Douglas, que são os melhores cachorros que já conheci. Obs. Não agradeço pelo Ratatouille.

- Eduardo Gauze, te agradeço de coração por todos os dias que desabafei com você. Obrigada por me ouvir, me aconselhar e por mesmo distante se fazer tão presente na minha vida. Jamais imaginei que você se tornaria assim tão especial.

- Willye e Edmara, obrigada pelo apoio, pelo carinho e principalmente pelas crianças. Quando eu tinha tempo de ver vocês, eram meus melhores dias.

Não poderia deixar de agradecer aos amigos que foram primordiais para meu crescimento intelectual e que choraram junto comigo nos momentos de desespero, os amigos do mestrado:

- Bruhmer, obrigada pelas risadas, pelos socorros e pelo café, que eu só aprendi a tomar em janeiro de 2019, quando estava fazendo a análise dos dados.

- Daiane, obrigada pelas conversas, pelas vindas para Maringá no processo e pelas contribuições no primeiro semestre.

- Julia, obrigada pelas risadas, pelas descobertas, pelas contribuições, pelo colo na hora do choro e do desespero, pelos domingos estudando, e por ter sido uma roommate desorganizada, assim eu não me sentia mal pela minha bagunça.

- Bárbara, obrigada por ter essa risada tão engraçada, obrigada pela parceria nos bares e pelos domingos estudando que não seriam os mesmos sem a sua presença. Obs. Fazemos as melhores comidas para a dieta, só não paramos de comer gordices.

- Carla, primeiramente obrigada por ter recorrido no resultado das bolsas. Segundamente obrigada por ter escolhido a mesma orientadora que eu. Terceiramente obrigada por ser tão ouvinte, obrigada pelas caminhadas, pelas disciplinas juntas, pelos rolês e pelas pingas. Uma ótima parceira para as viagens de congresso, porém uma péssima influência para pós congresso. Mas especialmente, obrigada pelas risadas que você me arrancou, inclusive nos piores momentos. Rimos as vezes para não chorar, mas essa parceria foi a melhor.

- Felipe, obrigada pelas contribuições. Se eu não tivesse cumprido todos os créditos com você, eu jamais saberia que você tem um lindo coração por baixo dessa chatice toda.

- Luís, agradeço sua inteligência e suas perguntas pensantes. Acredito que você tenha aberto minha mente em muitas colocações. Agora que você é empresário de doces não precisa mais dos meus brigadeiros, mas quando quiser, eu faço!

- Elisângela, você sempre gentil, calma, amorosa, com esse sorriso lindo... Obrigada pelas madrugadas de trabalho de T.O. Obrigada pelas conversas, pelos conselhos, pelo café, pelo apoio e por ser uma ótima ouvinte.

- Marrrrrrllon, um pernambucano mineiro com um sotaque maneiro, um amigo que o CBEO me deu. Agradeço as dicas e conselhos enviados por mensagem, já que você mora tão longe.

Por fim, agradeço a toda equipe de trabalho do PPA/UEM pela competência nas atividades e a CAPES e ao CNPq pelo financiamento da presente pesquisa.

**Conheço um planeta onde há um  
sujeito vermelho, quase roxo.  
Nunca cheirou uma flor. Nunca olhou  
uma estrela. Nunca amou ninguém.  
Nunca fez outra coisa senão somas. E  
o dia todo repete como tu:  
“Eu sou um homem sério!  
Eu sou um homem sério!”  
E isso o faz inchar-se de orgulho.  
Mas ele não é um homem;  
É um cogumelo!**

**(O Pequeno Príncipe – Antoine de  
Saint-Exupéry)**

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo compreender os processos de (des)(re)territorialização das Cooperativas de reciclagem de Maringá – PR na luta pela ocupação da cidade. Para tanto, o trabalho traz uma discussão teórica a respeito de cidade, espaço, território, o processo de (des)(re)territorialização e a multiterritorialidade e empírica no que diz respeito aos resíduos sólidos. Considerando a ocupação na cidade, há um foco de análise na gestão e na distribuição dos recursos inseridos no território urbano. Como componentes desse processo, a territorialização é compreendida como o enraizamento no território; na desterritorialização, há o rompimento ou deslocalização e na reterritorialização há uma compreensão acerca das relações de poder. Quanto aos resíduos sólidos, trago o que dispõe a gestão dos resíduos e as políticas públicas em torno do gerenciamento deste, sendo as prefeituras os órgãos que possuem maior participação e responsabilidade na gestão dos resíduos sólidos urbanos. Este é um estudo qualitativo e descritivo e utiliza-se da etnografia para adentrar ao campo de pesquisa que foram as sete cooperativas de reciclagem e a associação que centraliza suas ações. Na cidade de Maringá a separação do material começou a ser feita no lixão da cidade e posteriormente se organizando em cooperativas de reciclagem, havendo assim, uma luta pela sua ocupação na cidade. Com a pesquisa foi possível identificar movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização em diversos momentos. A desterritorialização aconteceu com a saída dos indivíduos do lixão, havendo uma desterritorialização tanto do espaço físico quanto simbólica. A reterritorialização ocorreu em todos os movimentos vividos pelos indivíduos nas cooperativas onde tinham de se adaptar com as mudanças na reciclagem, bem como com as novas normativas advindas do Ministério Público do trabalho e da prefeitura com a qual haviam fechado um contrato. Por fim, a territorialização ocorre ainda hoje na luta dos indivíduos pelo território. Podemos assim, verificar que as mudanças que ocorreram se fazem presentes ainda, tanto nas melhorias quanto nos problemas encontrados, mas principalmente na luta das cooperativas por um espaço na cidade hoje.

**Palavras-Chave:** Territorialização, desterritorialização, reterritorialização, resíduos sólidos, cooperativas

## ABSTRACT

This study aims to understand the (de) (re) territorialization processes of Maringá PR recycling cooperatives in the struggle for occupation of the city. For this, the study brings a theoretical discussion about city, space, territory, the process of (de) territorialization and the multiterritoriality and empirical regarding solid waste. Considering the occupation in the city, there is a focus of analysis in the management and distribution of the resources inserted in the urban territory. As components of this process, territorialization is understood as rooting in the territory; in deterritorialization, there is the disruption or relocation and in the reterritorialization there is an understanding about the relations of power. As far as solid waste is concerned, I bring what is available to waste management and public policies around that of waste management, and city halls are the bodies that have the greatest participation and responsibility in the management of solid urban waste. This is a qualitative and descriptive study and it uses the ethnography to enter the research that were the seven recycling cooperatives and the association that centralizes their actions. In the city of Maringá the separation of the material began to be made in the dumping ground and later organizing itself in cooperatives of recycling, having, thus, a fight for its occupation in the city. With the research it was possible to identify territorialization movements, reterritorialisation at different moments. The reterritorialization occurred in all the movements experienced by the cooperative individuals where they had to adapt to the changes in the recycling, as well as the new regulations coming from the Public Ministry of labor and the city hall with which they had closed a contract. Finally, territorialization occurs still in the struggle of the individuals for the territory. Thus we can verify that changes have taken place, both in the improvements and in the problems encountered, but mainly in the struggle of the cooperatives for a space in the city today.

**key-words:** Territorialization, deterritorialization, reterritorialization, solid residues, cooperatives

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Classificação dos resíduos sólidos.....	63
Figura 02 – Localização das Cooperativas de Maringá.....	90
Figura 03 – Lixão de Maringá em 2005 .....	127

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 - Prefeito Ulisses Maia assinando a aprovação do Plano Municipal Integrado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos da cidade de Maringá.....	101
Imagem 02 – Fotografia do centro de Maringá, onde se encontra a Catedral .....	113
Imagem 03 – Fotografia da periferia de Maringá.....	113
Imagem 04 – Cooperpapel com excesso de material.....	156

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Conceito de Territorialidade, Territorialização, desterritorialização, reterritorialização e Multiterritorialidade por Haesbaert .....	58
Quadro 02 - Características das Cooperativas de Material Reciclável e associação estudadas nessa pesquisa .....	88
Quadro 03 - Nomes fictícios e funções dos indivíduos mais relevantes na pesquisa .....	89
Quadro 04 - Conceito de Territorialidade, Territorialização, desterritorialização, reterritorialização e Multiterritorialidade.....	94

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANCAT – Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis

ARPSOL – Associação de Reciclagem Popular e Solidária

CATAPARANÁ – Cooperativa de catadores de materiais recicláveis, com Rede de transformação, com beneficiamento e valorização de materiais recicláveis do Paraná

CGPPC – Conselho Gestor do Programa Pró-Catador

CIISC – Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

COOPERCENTRAL – Cooperativa central de complexo de transformação e comercialização de materiais recicláveis

EaD – Ensino à distância

EPI – Equipamento de Proteção Individual

FEITEP – Faculdade de Engenharia e Inovação Técnico Profissional de Maringá

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

IAP – Instituto Ambiental do Paraná

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MNCR – Movimento Nacional de Catadores Materiais Recicláveis

MP – Ministério Público

MPT – Ministério público do Trabalho

MUNIC – Pesquisa de Informações Básicas Municipais

ONG's – Organizações não governamentais

PERS/PR – Plano Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos do Paraná

PGRSU – Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos

PMM – Prefeitura do Município de Maringá

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

PPA – Plano Plurianual

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PSGIRS – Plano Simplificado de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

RCD – Resíduos de Construção e Demolição

RCP-TV – Rede Paranaense de Comunicação

REP – Responsabilidade Estendida do Produtor

SEMA – Secretaria do Meio Ambiente

SINCOMAR – Sindicato dos Empregados no Comércio de Maringá

SINIMA – Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente

SINIR – Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos

SINISA – Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento Básico

T-D-R – Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização

TAC – Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná

UNCESUMAR – Centro Universitário de Maringá

UNITRABALHO – Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>18</b>
<b>1 BASE TEÓRICO/EMPÍRICA</b> .....	<b>31</b>
1.1 CIDADES: UMA CONCEPÇÃO HISTÓRICA E SUA CÊNCIA DENTRO DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS.....	31
1.2 ESPAÇO, TERRITÓRIO E PROCESSO T-D-R.....	39
1.3 A MULTITERRITORIALDADE.....	53
1.4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A LEGALIDADE NO AMBITO DAS COOPERATIVAS DE RECICLAGEM.....	59
1.5 A TRAJETÓRIA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL E NO MUNDO.....	62
<b>1.5.1 A Gestão dos Resíduos no Brasil</b> .....	<b>66</b>
<b>1.5.2 A Problemática dos Resíduos Sólidos no Brasil</b> .....	<b>73</b>
1.6 A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	74
<b>1.6.1 Um Breve Histórico da Política Nacional de Resíduos Sólidos</b> .....	<b>76</b>
<b>1.6.2 Formulação, negociação e implementação do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos da cidade de Maringá – PR</b> .....	<b>79</b>
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>82</b>
2.1 MÉTODO E TÉCNICA DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS .....	84
<b>3 ENTRADA EM CAMPO</b> .....	<b>98</b>
3.1 TRAJETÓRIA ETNOGRÁFICA.....	98
<b>4 AS COOPERATIVAS NA CIDADE DE MARINGÁ</b> .....	<b>112</b>
4.1 MARINGÁ CIDADE HABITADA.....	112
4.2 MARINGÁ E A DISPUTA POR UM ESPAÇO.....	120
4.3 DESTERRITORIALIZAÇÃO: DO LIXÃO À COOPERATIVA.....	125
4.4 RETERRITORIALIZAÇÃO: AS ADAPTAÇÕES E A LUTA PARA MANTER SEUS TERRITÓRIOS.....	133
4.5 TERRITORIALIZAÇÃO: A CONSTANTE LUTA DAS COOPERATIVAS DE RECICLAGEM E SEUS AGENTES DE APOIO.....	145
4.6 UMA TRAJETÓRIA ETNOGRÁFICA MULTITERRITORIAL.....	161
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>165</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>172</b>

## INTRODUÇÃO

Quando iniciei minha vida acadêmica, jamais me imaginei escrevendo uma dissertação. Na universidade onde estudei, a pessoa que mais me incentivou foi a minha orientadora da monografia, a professora Bianca, me apoiando não somente para fazer mestrado, como para lecionar. Em 2013, comecei a dar aulas na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, campus Paranavaí. Comecei a gostar de lecionar e resolvi que iria tentar o mestrado. Somente em 2016 me preparei para o processo seletivo na Universidade Estadual de Maringá – UEM e quando passei, senti-me tão feliz, que chorei.

Antes mesmo de iniciar o mestrado, ao entrar no site do programa, percebi que havia um olhar que ia além das temáticas tradicionais ligadas à Administração e por esse motivo, meu interesse foi ainda maior. Logo no início das aulas procurei minha orientadora e comecei a ler algumas coisas sobre o que ela escrevia para ver onde eu me identificaria mais, bem como, onde seria minha pesquisa. Como minha orientadora estuda a cidade no campo dos Estudos Organizacionais em seu âmbito social, comecei a olhar a cidade com outros olhos para ver o que eu poderia encontrar. Li também várias dissertações do programa e me identifiquei com algumas. Pensei muitas coisas e mudei várias vezes meu projeto, mas em nenhum momento mudei meu campo de pesquisa, o processo organizativo das Cooperativas de Reciclagem da cidade de Maringá em torno da gestão do “lixo”<sup>1</sup>.

O “lixo”, também denominado de resíduos sólidos de nossos sistemas de produção e consumo de mercadorias, tem se tornado um problema de gestão nas cidades por se constituir como um objeto de trabalho, uma forma material de ocupação dos espaços urbanos ou mesmo como mercadoria no atual sistema econômico mundial. Assim, pude perceber que esse problema de cunho socioambiental, é advindo do crescimento da população nas localidades urbanas. Nesse sentido, a condição social diz respeito ao modo de produção capitalista e a condição ambiental diz respeito à relação do homem com a Natureza. Lima (2014), afirma que o lixo é algo produzido pelas pessoas e as acompanha há muito tempo, pois onde existem pessoas, o lixo é produzido. Dessa forma, é considerado algo

---

<sup>1</sup> Popularmente chamado de lixo e muitas vezes tratado como tal, nesse trabalho, é visto como resíduos sólidos urbanos, sendo uma forma de renda para muitas famílias.

inseparável da existência ou sobrevivência humana, sendo assim, onde existirem pessoas existirá o lixo.

Na Idade Média, as pessoas passaram a acumular o lixo nas cidades, acarretando várias doenças, e como consequência, óbito de muitas delas. Fadini e Fadini (2001) apontam que houve o êxodo de quem morava no campo e no interior para os grandes centros devido à Revolução Industrial, agravando o impacto ambiental, incluindo a poluição gerada pela quantidade de lixo.

Na atualidade, há uma concentração maior de pessoas nas áreas urbanas. Por esse motivo, cada dia mais, resíduos vêm sendo produzidos e se não houver uma manipulação adequada desses, pode-se trazer para as cidades problemas de cunho socioambiental, econômico ou de saúde pública. Buscar soluções para o destino final desses dejetos é um grande desafio, acima de tudo no que se refere à prevenção à poluição do solo, do ar e dos recursos hídricos (OLIVEIRA; GALVÃO JUNIOR, 2016).

Diante disto, Oliveira e Galvão Junior (2016) dispõem que a gestão de resíduos sólidos deve estar em acordo com os melhores princípios de saúde pública, engenharia, economia, e preservação ambiental, devendo ainda estar de acordo com aspectos relacionados às ciências sociais, visto que envolve atitudes da população como um todo. Sendo assim, nas soluções para esse problema devem ser consideradas complexa interdisciplinaridade entre vários campos das ciências e áreas de conhecimento.

Para que se faça o descarte adequado dos resíduos Reis, Mattos e Silva (2016) destacam que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº. 12.305/2010 da Presidência da República, retrata uma demarcação legal em relação à gestão e ao manuseio dos resíduos sólidos. Essa política oferece diretrizes para que haja o gerenciamento desses resíduos, dando ênfase à aplicação de práticas hierárquicas para que aconteça esse processo. Essas diretrizes dizem respeito, por exemplo, a não geração dos resíduos, a diminuição na sua fonte geradora, a reutilização, a reciclagem e o tratamento e disposição final adequada destes.

Nesse sentido, Godoy (2013) afirma que as prefeituras são os órgãos que possuem maior participação e responsabilidade na gestão dos resíduos sólidos urbanos. Ultimamente, a ação municipal, no que diz respeito às esferas sociais e ambientais foram modificadas, sendo descentralizadas. Essa descentralização é

referente a certas matérias de interesse local, embora o alcance da autoridade municipal fique restrito (KELSEN, 1990). O mesmo autor ainda cita que no Pacto Federativo, ao analisar a questão da descentralização, percebe-se a dimensão territorial como um dos principais motivos para a sua escolha, pois possibilita a regulamentação da mesma matéria de forma diferente para inúmeras regiões.

Assim, é de responsabilidade dos municípios a elaboração e implementação de seus Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, sendo que, somente desta forma, terão acesso aos recursos e incentivos financeiros que são destinados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos.

Esta ação se torna importante visto que a gestão e a disposição inadequada dos resíduos sólidos provocam impactos socioambientais, como a degradação do solo, poluição dos corpos hídricos, intensificação de enchentes, poluição atmosférica, proliferação de insetos vetores de doenças e catação em condições insalubres (REIS; MATTOS; SILVA, 2016).

Passando para a realidade da cidade de Maringá, inicialmente, como em outros municípios, Maringá possuía um “lixão” onde eram depositados todos os resíduos gerados na cidade, instalado em 1957. O lixão começou a causar transtornos a quem morava próximo, devido ao odor fétido e a presença de insetos. Após 34 anos, o lixão a céu aberto passou a ser considerado inadequado, e em 1994 iniciaram os programas de coleta seletiva no município, porém, o recebimento dos rejeitos continuou irregular. Aos poucos, o programa de coleta seletiva foi ampliado e em 2001 passou a atender também os bairros. Em 14 de dezembro de 2005, o Município de Maringá assinou um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) com Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e entre os termos, o município deveria apresentar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos (PGRSU), contemplando a reciclagem e a compostagem dos resíduos sólidos domiciliares, evitando a destinação destes materiais na área do Lixão (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2017).

Posteriormente, o trabalho de processamento de resíduos urbanos passou a ser feito por empresa especializada, sendo contratada em licitação, gerando grande custo ao município. Desde a época do lixão até então, existe uma situação de luta envolvida, onde os catadores de material reciclável, juntamente com a sociedade civil organizada, o Ministério Público do Trabalho – MPT, a Associação de

reciclagem popular e solidária – ARPSOL, a igreja católica, entre outros agentes que buscam melhores condições de trabalho e renda com a reciclagem dos resíduos sólidos, bem como melhores condições ambientais para a cidade. Uma dessas lutas ocorreu quando a sociedade civil se juntou, em um ato de rua em março de 2012 organizado pelo Fórum Intermunicipal Lixo & Cidadania – Maringá, Sarandi e Paiçandu contra a incineração. Houve muitas vitórias nessa luta que envolvia o Fórum Lixo e Cidadania do Noroeste do Paraná, juntamente com a sociedade civil, Igreja Católica, a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – UNITRABALHO/UEM, o Ministério Público do Paraná, a Procuradoria Geral do Município de Maringá e outros órgãos, como a aprovação da lei que dispõe a criação da coleta seletiva com inclusão social e econômica dos catadores de material reciclável - PRÓ-CATADOR em 2012; a assinatura de um termo de cooperação entre a Prefeitura de Maringá, o Instituto Lixo e Cidadania e a Cooperativa de catadores de materiais recicláveis, com Rede de transformação, com beneficiamento e valorização de materiais recicláveis do Paraná – CATAPARANÁ com propósito de implantação de uma Central de valorização de materiais Recicláveis na cidade de Maringá em 2014; e a Lei que determinou o encaminhamento do produto da coleta seletiva às cooperativas de catadores, bem como a manutenção das características do trabalho e direitos dos catadores municipais em 2014 (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2017).

Esses catadores são pessoas que saíram do lixão da cidade de Maringá para trabalharem nas cooperativas de reciclagem. São também os catadores de materiais recicláveis que coletavam nas ruas, como muitos ainda fazem. Estes, se organizaram, formando sete cooperativas de reciclagem em Maringá, que hoje dão destino adequado aos resíduos sólidos coletados na cidade e permanecem em luta por melhores condições de trabalho e renda.

Nesse sentido, a introdução ao cooperativismo se faz como parte das políticas públicas de inclusão social do governo federal, sendo sua estrutura iniciada pelo comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (Ciisc), juntamente com outros ministérios e secretarias (IPEA, 2016), existindo uma barreira tanto cultural quanto social no que diz respeito ao associativismo e cooperativismo entre os catadores, havendo um impedimento ao seu desenvolvimento.

O Cooperativismo é um movimento que surgiu nas duas primeiras décadas do século XIX na Europa. Seu surgimento ocorreu como uma reação à extrema pobreza devido a conversão de camponeses em trabalhadores fabris. Sua gênese é advinda do movimento ligado às práticas contrárias ao modelo capitalista no que diz respeito à exploração dos trabalhadores (LECHAT, 2002). Assim, segundo Guardabassio (2013), a economia não oferece oportunidades iguais para a sobrevivência das pessoas que estão em condições de desigualdade social, porém é possível observar que pode-se encontrar no cooperativismo uma maneira de viver, onde ações simples são potencializadas com objetivos socioeconômicos.

As lutas por melhores condições de trabalho e renda não acontecem somente na cidade de Maringá, mas em todo país. Por isso, ao longo dos anos, com o objetivo de reverter a situação de exclusão social e suas dimensões, os catadores de materiais recicláveis vêm procurando se unir, baseando-se em diversos formatos organizacionais, aspirando vencer os gargalos estruturais que os impossibilitam de se apropriar de um maior valor por seu trabalho. Portanto, ao se organizarem, os catadores conseguem estipular diversas relações de mercado e permitem maior capacidade de mobilização para negociações com o poder público e outros setores da sociedade, buscando parcerias e políticas governamentais para que sejam valorizados quanto a sua categoria profissional e sujeitos cativos de direitos (BENVINDO, 2010).

No que diz respeito à organização econômica dessas pessoas, a ocorrência de maior destaque é a formação de várias associações e cooperativas de catadores e catadoras de material reciclável em todos os estados do Brasil. Isso ocorre para fortalecer os catadores que fazem parte do elo economicamente mais frágil na cadeia de valor da reciclagem (IPEA, 2013). Nesse contexto, Benvindo (2010) acrescenta que o trabalho coletivo dos catadores faz com que haja uma materialização do conhecimento entre eles com relação à realização do trabalho de triagem feito de maneira conjunta, dividindo o mesmo espaço físico para a realização das atividades necessárias para o funcionamento do negócio, influenciando no resultado financeiro de todos os indivíduos que fazem parte da organização coletiva.

Assim, no processo de urbanização das cidades, sejam elas grandes ou pequenas, observa-se o desenvolvimento de atividades através dessas

cooperativas. Para Lima (2010) as cooperativas emergem como estruturas empresariais que precisam de rendimentos, bem como de eficiência gerencial. Precisam ainda, serem viáveis e obterem condições para crescerem em suas atividades. O mesmo autor aponta que para que haja efetivo envolvimento dos integrantes de uma cooperativa, as decisões devem ser tomadas de forma democrática. Uma cooperativa de trabalho é ainda vista como uma organização de pessoas, buscando ajudar-se de forma mútua, pois, o que diferencia esta forma de sociedade das demais é precisamente o intuito de prestação de serviços aos associados para o exercício de uma atividade comum. Por isso, a Política Nacional de Resíduos Sólidos incentiva a criação e o desenvolvimento das cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2017).

Segundo o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos da cidade de Maringá – PR, os catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis desempenham papel fundamental na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), dando destaque para a gestão integrada dos resíduos sólidos. De modo geral, atuam nas atividades da coleta seletiva, sendo elas: triagem, classificação, processamento e comercialização dos resíduos reutilizáveis e recicláveis, contribuindo de forma significativa para a cadeia produtiva da reciclagem (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2017). Dessa forma, é de suma importância o trabalho das Cooperativas de reciclagem para o desenvolvimento da cidade e principalmente para que os catadores obtenham seu espaço na mesma.

Considerando a amplitude de ocupação do espaço urbano pelas organizações que compõem o campo desse estudo, assim como o processo de mobilidade socioespacial dos resíduos sólidos pelo espaço urbano, o primeiro conceito teórico a ser discutido no desenvolvimento dessa pesquisa é o conceito de cidade. As discussões sobre cidades nos Estudos Organizacionais têm apresentado como foco de análise de gestão a distribuição dos recursos inseridos no território urbano. Para Canclini (2002), as cidades são consideradas um cenário de gestão do que acontece nas áreas de finanças ou políticas, bem como em guerras, diplomacias, arte ou religião. Dessa forma, as cidades também se globalizam, harmonizando tanto suas tendências locais quanto globais aos meios de comunicação existentes. Assim, Lefebvre (2008b) considera a cidade como uma

obra, no sentido de obra de arte e o espaço não é apenas organizado e instituído, mas também modelado e apropriado por grupos, segundo suas exigências, ética e estética.

No campo dos Estudos Organizacionais, Mac-Allister (2004) afirma que o objeto cidade tem o conceito de instituição social complexo e coletivo, incorporando processos individuais e culturais, resultando em uma identidade cultural tanto relativa à totalidade da cidade quanto à sua gestão. Assim, Mac-Allister (2004) afirma como justificativa do estudo das cidades no campo de conhecimento da administração, o fato de a mesma se tornar objeto de atuação no campo profissional, trazendo a realidade dos administradores que trabalham no que se designa como administração pública ou urbana ou ainda como gestão urbana.

A partir de outra perspectiva, Saraiva e Carrieri (2012, p. 548) explicam como pressuposto de seu estudo, que “o conceito de organização-cidade permite um olhar organizacional da dinâmica urbana, o que abre possibilidades para a observação da vida social organizada”. Dessa forma, é possível verificar que no campo dos estudos organizacionais tem se desenvolvido diferentes perspectivas, trazendo variados temas tanto dentro quanto fora das organizações. Nesse mesmo contexto, Honorato e Saraiva (2016) salientam que se deixar de lado aquela ideia de empresa capitalista industrial, limitada à condição de objeto constituinte de um mercado de transações, bem como a ideia de organização como um fenômeno apenas com finalidade econômica, é possível delinear outros caminhos. A ideia é agregar possibilidades epistemológicas para a comunidade dos estudos organizacionais (HONORATO; SARAIVA, 2016) e assim, seja possível aumentar o que se entende por organização de forma mais ampla, obtendo uma visão do fenômeno humano sob várias compreensões.

Diante disto, Duarte e Alcadipani (2016) argumentam que o entendimento de organizar contribui para uma desnaturalização da visão de organização como estrutura rígida, homogênea e não problemática, dispendo nesse sentido a uma discussão a respeito da predominância de metanarrativas organizacionais. Por conseguinte, organizar é apontado como uma possibilidade para o estudo das organizações e suas complexidades, fazendo-se refletir e reproduzindo um estímulo no que se refere ao ensino e à pesquisa. Esse tipo de estudo ocorre pelo envolvimento da sociedade no que diz respeito à produção do espaço e do território,

sendo favorável à sociedade e suas relações, gerando interesse nos Estudos Organizacionais.

Nos inúmeros métodos e abordagens referentes ao espaço, existe o espaço percebido, compreendendo o que se chama de ambiente. Porém, para Lefebvre (1992) a concepção de espaço é produzida mediante relações sociais, não sendo somente um espaço físico e/ou suas condições naturais, mas a vida social como um todo, tornando-se um produto social. Assim, Saquet (2009) complementa dizendo que o espaço é uma realidade relacional, que envolve natureza e sociedade mediadas pelo trabalho, por técnicas, tecnologias e pelo conhecimento.

Dessa maneira, o espaço representado não é mais somente um espaço, mas a imagem deste, ou melhor, do território visto e/ou vivido, sendo o espaço que se tornou o território de um ator, tomado numa relação social de comunicação. Percebe-se que o espaço e o território são termos semelhantes, porém, o território se forma a partir do espaço, sendo o território, um espaço onde se apresentam relações de poder (RAFFESTIN, 1993).

Assim, independentemente da interpretação de território, sempre terá relação com poder, mas não o poder tradicional, político, de dominação, que fica explícito, e sim também, o poder simbólico (HAESBAERT, 2007b). Com isso a palavra apropriação para Coimbra e Saraiva (2013) significa tornar sua, determinada propriedade, mesmo que não lhe pertença de forma legal. Esse método de apropriação mostra um comportamento humano não passivo, deixando o espaço submetido à interferência física e/ou psicológica dos sujeitos. Em mesmo contexto, Saquet (2015), compreende o território como um espaço de vivência da cidadania, considerando seus aspectos políticos, econômicos e sociais.

Contudo, na diferenciação entre território de espaço, há três processos base. O primeiro, são as relações de poder, o segundo é a construção tanto histórica quanto relacional das identidades e o terceiro, diz respeito ao processo T-D-R, o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (SAQUET, 2009). A territorialização acontece pelos processos de apropriação, seja esta concreta ou simbólica (HAESBAERT, 2009), a desterritorialização antes mesmo de significar a desmaterialização é um processo de exclusão (HAESBAERT, 2007a), e a reterritorialização o mecanismo onde existe uma readaptação dos indivíduos em determinado território ou ainda a modificações no próprio território por diversos

fatores, sendo de forma física ou simbólica (HAESBAERT, 2007b). Assim, na busca por esse “espaço” e nessa luta por melhores condições de trabalho, tentando conquistar novos territórios, as cooperativas passam por transformações, fazendo com que se (des)(re)territorializassem constantemente.

Nesse sentido, Souza (2009a) aponta seu interesse nas ações coletivas que se descrevem em ativismos sociais e em movimentos sociais emancipatórios, cheios de criticidade. Examinando as práticas dessas ações, é possível verificar que muitas ou quase todas são práticas espaciais. Mais do que isso, ao se examinar as ações de resistência, pode-se apurar que são quase sempre ações de territorialização. Já o processo constante de desterritorialização e reterritorialização são indicados em uma simultaneidade entre o presente, passado e futuro, pois se vive inúmeras temporalidades e territorialidades nesse processo, gerando novas territorialidades, bem como novos territórios onde se encontram características dos territórios e territorialidades antigos (SAQUET, 2009)

Diante deste contexto, percebe-se que as sete Cooperativas de Materiais Recicláveis de Maringá passam constantemente por um processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização composto por inúmeros elementos em suas atividades, sendo a desterritorialização considerada como a saída dos catadores do lixão e da rua para adentrarem nas cooperativas, a reterritorialização como as mudanças ocorridas nas cooperativas, onde os indivíduos tiveram que se adequar para permanecerem trabalhando, e a territorialização como a luta das cooperativas hoje, juntamente com os órgãos de apoio, para que haja condições melhores de trabalho e renda.

A partir das problematizações teóricas e empíricas apresentadas, o problema de pesquisa que conduz este trabalho é: **Como ocorre o processo de (des)(re)territorialização das Cooperativas de reciclagem em sua luta pela ocupação das cidades?**

Assim, o objetivo geral deste estudo é compreender os processos de (des)(re)territorialização das Cooperativas de reciclagem de Maringá – PR na luta pela ocupação da cidade. Para que este objetivo seja alcançado, apresento como objetivos específicos:

- Apresentar historicamente como o lixo fora manipulado na cidade;

- Descrever as mudanças e adaptações realizadas pelas cooperativas para manterem seus territórios.
- Caracterizar as lutas das cooperativas, hoje, pelos territórios na cidade.

Minha pesquisa se justifica pela importância e contribuição no estudo do território agrupado ao campo dos estudos organizacionais, pois, segundo Misoczky (et al. 2012), tanto espaço, quanto território, podem oportunizar uma compreensão das ações sociais através da produção territorial, envolvendo nesse sentido, a produção e a reprodução, tanto do espaço, quanto do território. Outra vertente considerável para justificar essa pesquisa é que o trabalho poderá contribuir quanto ao entendimento sobre território e os processos ocorridos, dado que o conceito de uma organização-cidade facilita a visão organizacional da dinâmica urbana, observando-se assim, a vida social nas cidades.

Como nos últimos anos, cada vez mais as pesquisas na área vêm avançando, com estudos de Pereira e Carrieri (2005), Saraiva e Carrieri (2012), Coimbra e Saraiva (2013), Oliveira (2015), Honorato e Saraiva (2016), entre outros autores, para justificar minha pesquisa ainda, exponho a relevância de mostrar o olhar de organização para a dinâmica urbana. Com isso, Saraiva e Carrieri (2012) afirmam que o conceito de organização-cidade concede uma visão organizacional no que diz respeito à prática urbana, podendo assim, perceber a vida social organizada. Os mesmos autores, veem a magnitude da relação da cidade como território e como organização, pensando a mesma como em uma perspectiva macro da sociedade.

Ainda como justificativa, destaco uma ligação entre a gestão da cidade e as ações do município, no que diz respeito à situação dos resíduos sólidos. A Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instaurou a Política Nacional de Resíduos Sólidos foi a primeira iniciativa do governo que tratou esse assunto com a devida importância, apresentando à sociedade e empresas as regras que norteiam o lixo. Essa política não só definiu algumas normas a serem seguidas, como vem causando na sociedade novas formas de consciência ambiental. No dia 31 de agosto de 2016, o jornal *odiario.com* publicou uma matéria informando que a taxa de crescimento de Maringá é a décima quinta maior do Estado e chega a 403 mil habitantes, ultrapassando suas próprias projeções, de 200 mil habitantes (GUEDES, 2016). Em 2017, segundo os dados do IBGE, a população estimada foi de 406.693 mil habitantes (IBGE, 2017). Dessa forma, este estudo se faz importante, devido à

grande concentração de pessoas nas áreas urbanas de Maringá, trazendo consigo uma enorme quantidade de resíduos, que sem uma manipulação adequada podem trazer problemas de cunho socioambiental, econômico e até mesmo de saúde pública.

Como justificativa teórica, destaco a amplitude demonstrada na abordagem de territórios ao mostrar um entendimento quanto às práticas no processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização das Cooperativas da cidade de Maringá. Nesse seguimento, Corrêa (2013) afirma que tanto as esferas Federais e Estaduais quanto as esferas Municipais podem gerar inúmeras ações que devem estar sempre ligadas. Quanto ao meu trabalho, verificando a ação e o direcionamento do Município no que diz respeito à gestão dos resíduos sólidos urbanos, pode corroborar ainda, para novos estudos na área, visto a importância de se tratar sobre a ação do Estado e sua atuação em todas as esferas sobre o território.

Para tanto, desenvolvi um estudo de natureza etnográfica na cidade de Maringá, Paraná, de janeiro a dezembro de 2018, em uma rede de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Essa rede é composta por sete cooperativas, cuja centralidade de ações é desenvolvida na Associação de Reciclagem Popular e Solidária – ARPSOL.

Para chegar ao meu campo de pesquisa, optei por fazer meu estudo junto à Associação de Reciclagem Popular e Solidária – ARPSOL, pois além de me dar acesso à todas as cooperativas da cidade de Maringá, ainda tem uma participação ativa na luta pelos direitos destas. Dessa forma, esta pesquisa contribuirá para que haja uma compreensão maior das transformações ocorridas nas Cooperativas desde sua formação até o presente momento.

Optei por fazer uma pesquisa etnográfica, porque as principais características do estudo são a observação participante e conseqüentemente, a vivência no campo, sendo uma pesquisa de análise qualitativa e tendo como “ensinamento fundamental o cotejamento da fala, com a observação das condutas e dos costumes” (MINAYO; SANCHEZ, 1993, p. 246).

De acordo com Cavedon (2014, p. 65), a etnografia se caracteriza por “viver a cultura a ser pesquisada no seu dia a dia” ouvindo, vendo e observando, sentindo cheiros, desenvolvendo tato, paladar e estabelecendo relações afetivas, é onde o

pesquisador faz uma “viagem científica”, não permanecendo imune ao campo. Quando é utilizada no campo da Administração, a etnografia pode auxiliar na compreensão de “como as organizações se constituem por meio das práticas das pessoas em diferentes lugares, formando os espaços organizacionais” (FIGUEIREDO; OLIVEIRA, 2015, p. 02).

Considerando as especificidades de constituição do campo de estudo, o processo organizativo das Cooperativas de Reciclagem de Maringá, também foi necessário adotar uma postura etnográfica condizente com o campo de pesquisa. Ademais, o fato de o processo T-D-R das cooperativas de reciclagem, o objeto de discussão e apropriação das organizações que compõem esse estudo, também se fez necessário a adoção de uma metodologia de pesquisa que possibilitasse o acompanhamento desse objeto com características móvel.

Considerando a dimensão multilocal desse campo de estudo, optei pelo desenvolvimento de uma etnografia multissituada, pois percorri múltiplos espaços de luta, incluindo as cooperativas para encontrar as informações que necessito para o desenvolvimento do estudo. A etnografia multissituada se caracteriza por acompanhar os movimentos dos atores, dos objetos e das narrativas por várias perspectivas (MARCUS, 1995). Os diferentes locais onde as observações foram realizadas são as sete cooperativas da cidade de Maringá, mais a cooperativa central e a ARPSOL. As análises dos materiais, foram análises interpretativas, utilizando como base as articulações entre o teórico, o êmico e o ético. Dessa forma serão feitas interpretações dos diários de campo, bem como das entrevistas e de documentos que ligam as cooperativas com o Poder Público.

Para a apresentação dos resultados da pesquisa, a dissertação está estruturada da seguinte forma: Introdução, base teórica, procedimentos metodológicos, entrada em campo, as cooperativas na cidade de Maringá e conclusão.

Os principais resultados da pesquisa indicam que a desterritorialização dos indivíduos ocorreu no momento em foram retirados do lixão da cidade e da catação nas ruas, pois houve um desenraizamento físico e simbólico no seu local de origem. A reterritorialização ocorreu com as adaptações a esse novo local, onde foram impostas regras para melhores condições de trabalho que anteriormente não haviam. E a territorialização ocorre constantemente, enquanto as cooperativas de

reciclagem e seus agentes de apoio lutam para que tenham realmente seus direitos garantidos e melhores condições.

## 1 BASE TEÓRICO/EMPÍRICA

Nesse capítulo, discutirei teoricamente os principais conceitos que foram base para o desenvolvimento desta pesquisa, sendo estes o conceito de cidade, espaço, território, e o processo de (des)(re)territorialização, também conhecido como processo T-D-R, sendo o espaço visto como um produto formado por um conjunto de ações do homem produzido pelas relações sociais; o território visto como um espaço definido através de relações de poder; e o processo T-D-R, sendo: a territorialização o resultado de processos sociais, a desterritorialização o processo de desenraizamento e a reterritorialização o processo de apropriação de novos territórios.

Após esclarecer a origem e a conotação, tanto material quanto simbólica no que se refere à território e territorialidade, trago a multiterritorialidade, sendo a construção de uma territorialização no e pelo movimento. Para finalizar, trago a questão dos resíduos sólidos no Brasil e no mundo, bem como as Políticas Públicas e a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.

### 1.1 CIDADES: UMA CONCEPÇÃO HISTÓRICA E SUA CIÊNCIA DENTRO DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Em tempos contemporâneos, desde 1960, era comum fazer associação à história das cidades a uma ou mais funções urbanas. Em relação a essa combinação, a origem da cidade pode ser relacionada com a causa industrial, com a causa cultural ou com a causa comercial. Ligado à causa industrial, pode ser vista como o conjunto formado pelas cidades de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema, mais conhecido como ABCD paulista. Já no que diz respeito à causa cultural, pode ser vista de várias formas, como por exemplo a forma religiosa, como as cidades de Jerusalém, Meca, Aparecida do Norte; como a forma de cidades universitárias, como Oxford e Cambridge; ou como as cidades-museus, como Versalhes e Veneza; em resumo, as cidades com seu surgimento ligado à função da atividade comercial, administrativa ou política, como as capitais de estados e países

(CARLOS, 2008). Na busca do conhecimento sobre o que é a cidade, Carlos (2008, p. 11) afirma que:

Esta pergunta pode ficar no ar. Qualquer habitante da cidade sabe o que ela é, posto que ele vive na cidade e constrói no seu cotidiano o cotidiano da cidade. Mas qual seria a real dimensão desse termo tão empregado pela geografia urbana? Uma localidade definida a partir de um determinado número de habitantes? A sede de um município?

Quando se fala de cidade, tendo em vista uma perspectiva histórica, Carlos (2008) diz que o surgimento de uma cidade acontece devido à necessidade de se organizar em determinado espaço. A autora ainda lembra que quando o ser humano deixou de ser nômade, ao se fixar em um local, desenvolveu a agricultura e posteriormente outras técnicas, sendo esse fenômeno um dos primeiros passos para o nascimento das cidades. Assim, o isolamento do ser humano foi sendo substituído pela sobrevivência em um grupo, se fixando em um local e exercendo influência sobre este.

Posterior ao processo evolutivo do nomadismo, a sociedade organizada, estabelecida nas práticas da vida agrícola e suas relações de poder, de acordo com Lefebvre (2008a), apresentou a evolução do fenômeno urbano e seu surgimento, ao processo de revolução industrial. Dessa forma, o comércio se tornou uma função urbana, exigindo uma maneira concreta de estrutura para o espaço urbano, sendo a cidade comercial implantada dentro da cidade política até o modelo de cidade industrial. O mesmo autor acrescenta que a cidade industrial precede a zona crítica, onde a realidade urbana está camuflada, sendo substituída por representações ideológico-institucionais, também conhecidas como urbanismo.

Cada ser humano tem uma ideia sobre as cidades que transcorre às práticas cotidianas, bem como os lugares, em um seguimento lógico de conexões e relações entre indivíduos e grupos, ligadas também a um histórico, a sua materialidade e as influências internas e externas. O dia a dia das pessoas que habitam as cidades é efetuado em locais produzidos com essa finalidade. Sendo assim, a forma de vida, que envolve os diferentes tipos de aspectos, elementos e dimensões, se efetiva no lugar e, dessa forma, o lugar se junta à forma implacável na realização da vida enquanto condição e produto de relações da realidade. Antes mesmo de a cidade ser considerada espaço físico, a mesma é um espaço histórico e social onde relações humanas se materializam pela prática de relação entre sujeitos, bem como entre sujeito e objeto (CARLOS, 1994).

Nesse sentido, Rolnik (1995) indica que com o surgimento das cidades, as pessoas transformaram sua relação com a natureza e trouxe inúmeras e gigantescas mudanças em suas relações sociais. Esse acontecimento, fez com que nascesse nas pessoas, um sentimento de conquista de seu próprio lugar, de seu próprio território, criando vínculos e laços em sua vida social.

Dessa forma, conforme as relações vão se formando e juntamente com elas, as mudanças, as cidades vão criando seus próprios significados. Rolnik (1995) cita exemplos de cidades como Salvador e Ouro Preto, onde símbolos do passado detêm-se com os do presente, edificando uma rede de significados móveis. Dessa forma, se torna fácil encontrar nas cidades brasileiras, luxuosas construções que se transformaram em cortiços ou pensões, sendo estes empreendimentos vistos como espaços que perderam seu significado de riqueza e poder, transformando-se em símbolo de marginalidade ou de pobreza. Nessa concepção, o casarão havia sido construído e habitado pela nobreza, já o cortiço, provoca a ruína de um bairro, fazendo com que diminua seu valor de mercado, afirma a referida autora.

Assim sendo, quando se fala em massa, no sentido de quantidade, mesmo nas menores cidades, estão inclusas concentração ou aglomeração de pessoas, havendo uma necessidade de gestão da vida coletiva. Isso ocorre na vida urbana mais simples, pois existe ao menos uma calçada ou uma praça que é de todos e não é de ninguém, isto é, “há sempre na cidade uma dimensão pública de vida coletiva, a ser organizada” (ROLNIK, 1995, p. 20). Dessa necessidade de organizar a vida pública nas cidades surge o poder urbano, ou a autoridade político-administrativa para fazer sua gestão.

Essa relação entre o morador da cidade e o poder urbano pode mudar a cada caso, porém, segundo Rolnik (1995, p. 21), “desde sua origem, cidade significa ao mesmo tempo, uma maneira de organizar o território e uma relação política”. Por isso, habitar uma cidade quer dizer participar de uma forma de vida pública, seja ela qual for, mesmo que seja apenas se submeter às regras e aos regulamentos impostos.

Existe uma luta cotidiana para que haja apropriação do espaço urbano, o que define uma dimensão política da cidade no que diz respeito à execução da dominação da autoridade político-administrativa sobre os grupos de habitantes. Esta questão pode ser vista mais facilmente em grandes manifestações civis, quando os

espaços públicos obtêm outro caráter, deixando de ser apenas um local de circulação de pessoas, como por exemplo, na campanha das Diretas-Já, onde a praça da Sé, em São Paulo, se tornou um símbolo do desejo de cidadania dos cidadãos. Outro exemplo são as festas de carnaval nas ruas, bem como as festas religiosas, assim, quando o território de opressão se torna um campo de festividade, é a própria comunidade urbana que se faz notória como é: não só mostrando suas divisões, suas hierarquias e seus conflitos, mas também sua solidariedade e suas alianças (ROLNIK, 1995).

Ao agrupar pessoas, se tornam necessárias a troca e a colaboração entre estas, aumentando assim sua capacidade produtiva e isso acontece pela divisão do trabalho. Separados, os indivíduos devem produzir tudo que precisam para sua sobrevivência, porém, quando existe a possibilidade de conseguir parte do que precisa através de troca, caracteriza-se especialização do trabalho, instaurando assim um mercado. Na cidade, quando se agrega um espaço restrito com abundante população, cria-se o mercado, estabelecendo não somente a divisão do trabalho entre o campo e a cidade, mas também a especialização desse trabalho no interior da mesma (ROLNIK, 1995).

Porém, as cidades erguidas não são para todos. Nesse sentido, Maricato (2002), afirma que no Brasil, os problemas enfrentados pelas cidades não são devido à falta de Planos Urbanísticos, mas que os planos aprovados são acompanhados de interesses tradicionais de uma política local que privilegia grupos específicos que têm ligação com o governo, sendo as leis aplicadas conforme as circunstâncias, se distanciando da gestão urbana, com um discurso cheio de boas intenções, porém distante da prática.

Dessa forma, a mesma autora afirma que as ideias estão fora de lugar, pois se aplicam apenas a uma parcela da população, reproduzindo assim, desigualdades entre os indivíduos e privilégios há apenas alguns. Isso mostra que existe uma exclusão urbanística que se faz presente pela grande ocupação ilegal do solo urbano e que é ignorada na representação do que é a cidade oficial. Assim, fica nítido que existe uma extensa segregação territorial juntamente com todas as suas consequências, como a falta de saneamento ambiental, os riscos de desmoronamentos, o risco de enchentes, a violência, entre outros (MARICATO, 2002). Com isso, Villaça (2011) explica que a segregação urbana somente se torna

satisfatória se for estruturada com a desigualdade, pois ela se dá mostrando os vínculos que encadeiam o espaço urbano segregado com a economia, com a política, ou com a ideologia, por onde assume a dominação.

Nesse sentido, é possível destacar alguns aspectos em que fica explícita a relação entre a segregação urbana, a desigualdade e a dominação. Entre esses aspectos pode-se citar os círculos concêntricos, onde os mais ricos ficam nos centros urbanos e os mais pobres são deslocados para as periferias. Porém, essa forma não é analisada sob a ótica de segregação, ainda assim, a cidade do Rio de Janeiro pode ser demonstrada nessa visão (VILLAÇA, 2011).

Outro exemplo a ser mostrado como forma de segregação, são os condomínios fechados, sendo um tipo particular de segregação, articulado ao surgimento da segurança, da violência urbana, dos interesses imobiliários, da cultura e dos novos valores criados e/ou divulgados por esses (VILLAÇA, 2011). Essa falsa visão colocada, não deixa que se vincule a segregação com as estruturas urbana e social. Um exemplo disso, é que não se explica o motivo pelo qual os centros das cidades crescem em uma proporção diferente das periferias, e também não se explicam os vínculos existentes com a atividade econômica que tem maior interesse no espaço urbano: a atividade imobiliária. Nessa interpretação, é possível ainda verificar segundo Villaça (2011, p. 41), que nas cidades brasileiras “é indispensável articular o papel da segregação urbana na produção da desigualdade e da dominação social”. Isso ocorre devido à segregação ser uma maneira de exclusão social e de dominação que dispõe de uma dimensão espacial.

Dessa forma, a cidade se tornou uma mercadoria, considerada por Fischer (1997) como uma organização em constante transformação, sendo esta, de grande complexidade, visto que as cidades, tanto quanto as organizações têm traços de complexidade, diversidade, singularidade, pluralidade e contradição um tanto quanto semelhantes. Além disso, “ao inovar em suas formas de apropriação e gestão do espaço, a cidade pode estar garantindo continuidade cultural quando elementos tradicionais são reinventados e reintegrados em novas configurações e dinâmicas de ação” (FISCHER, 1997, p. 257).

Por esse motivo, ao falar sobre cidade, acaba por se assumir um nível interdisciplinar, juntando estudiosos de inúmeros campos científicos como historiadores, geógrafos, sociólogos, economistas, urbanistas, antropólogos e

administradores. Dessa forma, a cidade torna-se um problema e um objeto de reflexão, desde as representações sociais que geram e que se objetiva em práticas sociais. Sendo assim, a cidade se apresenta como o fruto da ação das pessoas sobre a natureza, sendo o urbano uma obra construída e reconstruída pelo pensamento e pela atividade deste (PESAVENTO, 2007).

Nesse sentido, influenciado por conceitos e técnicas advindos do planejamento empresarial, o planejamento estratégico, de acordo com seus apoiadores, deve ser adotado pelos governos locais devido às cidades estarem submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas. Assim, Vainer (2002, p. 78) traz a cidade como “uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda”. Nesse sentido, o autor questiona o que “afinal de contas, se vende quando se põe à venda uma cidade?” A resposta para esse questionamento não é nada fácil, visto que esta depende de quem é o comprador, pois conforme a idiosincrasia dos compradores, os atributos a serem vendidos são distintos. Como exemplo, pode-se citar os idosos que podem querer calma, bem como uma quantidade maior de serviços médicos; os religiosos podem optar por uma ampla concentração de lugares de retiro e prece; já os jovens podem preferir diversos tipos de entretenimento e lazer, etc.

Pode-se investigar um pouco mais a forma como a cidade se transfigura em mercadoria reproduzindo um olhar sobre a pobreza. Nesse sentido, Vainer (2002, p. 82) diz que a transformação da pobreza em ambiente “foi explicitamente formulada pelos catalães, quando incluíram no que chamam de entorno social ‘o peso da pobreza’”. Assim, tanto do ponto de vista concreto no que diz respeito às infraestruturas, subsídios, favores fiscais, apoios institucionais e financeiros de todos os tipos, quanto do ponto de vista da imagem, não existem dúvidas de que a “mercadoria cidade tem um público consumidor muito específico e qualificado”.

O conceito de cidade, juntamente com os conceitos de poder público e de governo da cidade são acometidos de novos significados, em um procedimento amparado a uma transformação da cidade em sujeito/ator econômico, sendo este, um sujeito/ator de natureza mercantil e empresarial que estabelece o poder em uma nova lógica, onde se objetiva reconhecer a apropriação direta dos instrumentos de poder público por empresas privadas (VAINER, 2002).

Dessa forma, a cidade passa a ser vista como uma empresa, o que Vainer (2002) chama de cidade-empresa. Segundo o mesmo autor, a cidade-empresa, fica obrigada a ser realista e a se conformar com as inclinações do mercado, não podendo produzir planos ilusórios. Esta opera no mercado de cidades e obrigatoriamente tem de se mostrar competitiva, ágil e flexível, onde controles políticos são excêntricos a um espaço social e o que é levado em consideração, na verdade, é a produtividade e a competitividade, prevalecendo os resultados.

Trazendo essa perspectiva de cidades para os Estudos Organizacionais, a palavra cidade é então observada por Mac-Allister (2004) como um termo que pode designar inúmeros objetos, conceitos e campos de conhecimento, bem como várias reflexões. Com base nas pesquisas sobre cidade, é possível verificar que inúmeros campos buscam esse objeto de estudo, independente da designação. A administração é um desses campos. Para justificar então a abordagem deste objeto nos estudos administrativos como campo de conhecimento, Mac-Allister (2004) alega que existem administradores que atuam na “administração municipal”, administração urbana, ou até mesmo “gestão urbana”, entre outras, observando ainda que este objeto tem sido estudado, somente no que diz respeito à administração pública, sendo ignorado até então nos estudos organizacionais (MAC-ALLISTER, 2004). É importante lembrar, que essa visão de cidade nos Estudos Organizacionais se deu até meados dos anos 2000, havendo uma mudança na visão da mesma.

Assim, a mesma autora, após ampliar seus conceitos, afirma que quando estudado no campo dos estudos organizacionais, a cidade tem o conceito de organização social no que tange um conjunto de indivíduos e grupos não estruturados que se posicionam no tempo e espaço, trazendo complexidade e coletividade, e com isso, incorporando seus processos individuais e sua cultura, obtendo como resultado uma identidade cultural quanto à gestão da cidade (MAC-ALLISTER, 2004).

Em estudos posteriores, avançando o conceito de Mac-Allister (2004), porém a partir de outra perspectiva, que valoriza a vida social organizada, autores como Pereira e Carrieri (2005), Ipiranga (2010), Saraiva (2009), Saraiva e Carrieri (2012), Coimbra e Saraiva (2013), Oliveira (2015), Honorato e Saraiva (2016) trazem novos conceitos sobre cidade. Por exemplo, quando se fala da memória de determinada

cidade, ela é percebida e explicada, segundo Ipiranga (2010, p. 70) “por meio dos seus lugares, das suas falas e dos seus silêncios, das suas lembranças e dos seus esquecimentos, da conservação e da invenção”. Porém, as cidades não são somente isso. Se vista de maneira ampla, podem ser ilustradas como uma organização, à medida que existem inúmeras transformações assimiladas mediante realidades e metáforas. Inserir a cidade como um objeto no campo da Administração, principalmente no campo dos estudos organizacionais, fez com que a mesma fosse conhecida como uma organização, ou ainda como uma organização-cidade (COIMBRA; SARAIVA, 2013).

Com isso a cidade pode ser percebida, segundo Coimbra e Saraiva (2013) como uma megaorganização, sendo esta, concreta ou simbólica, contendo espaços e ciberespaços ocupados por outras organizações, tanto reais quanto virtuais, concretas ou simbólicas, simples ou complexas, constituindo assim diversas unidades organizativas. Dessa forma, “a cidade é mais do que um aglomerado de pessoas sobre um dado espaço geográfico” (SARAIVA; CARRIERI, 2012, p. 552). Ela tem sua prática focada no que é coletivo, mas é nutrida ininterruptamente por elementos individuais e culturais, que acarretam a construção de uma identidade local, se referindo à cidade em si e à sua gestão.

Dessa forma, as cidades, passaram a ser consideradas um espaço de ressonância cultural, que produz continuidades e rupturas, bem como inovações culturais (COIMBRA; SARAIVA, 2013). Assim sendo, Ipiranga (2010) relata que as inovações e continuidades, produzidas pelos processos das dinâmicas urbanas e de suas expressões, provavelmente estão inseridos em um único movimento e a cultura da cidade cria uma forma de espaço de enraizamento, memórias, interação, demarcações e anormalidades, confeccionando identidades, executando e entendendo identificações e significados.

Contudo, Coimbra e Saraiva (2013, p. 35) alertam que

Se as organizações têm tanto aspectos estruturais formais quanto simbólicos, e se se admite que os aspectos simbólicos não são passíveis de gerenciamento em razão de seu caráter subjetivo, da mesma forma se pode visualizar a presença de tais aspectos na organização-cidade e um potencial amplo para a gestão instrumentalizada e para a aproximação de fenômenos sócios simbólicos complexos.

Dessa forma, por mais aprimorados que sejam as práticas e as ferramentas que impulsionam essa subjetividade dos indivíduos, é necessário lembrar que há uma dinâmica simbólica associada a essa perspectiva. Por isso, existe o

pressuposto, na visão de Saraiva e Carrieri (2012), de que esse conceito, organização-cidade, admite uma visão organizacional das práticas urbanas, dando possibilidade de observar a vida social organizada. Uma cidade, tida como espaço de interação entre indivíduos ou grupos, é marcada por grande diversidade, obtendo e mostrando significados, movendo a atenção para os processos sociais.

Assim, em uma organização-cidade, indivíduos e grupos sociais interagem entre si, produzindo determinada cultura que se alastra por aqueles que têm identidades comuns (SARAIVA; CARRIERI, 2012). Portanto, se as organizações dispõem de aspectos estruturais formais e simbólicos e esses aspectos não podem ser gerenciados por seu caráter subjetivo, da mesma maneira pode-se vê-los na organização-cidade juntamente com uma enorme capacidade para a gestão da operacionalidade, bem como a “aproximação de fenômenos sócio simbólicos complexos” (COIMBRA; SARAIVA, 2013, p. 35). Em mesmo contexto, Saraiva e Carrieri (2012, p. 249) afirmam que:

Emergem, no contexto de uma cidade, algumas categorias teóricas que podem explicar boa parte da dinâmica simbólica na localidade. A primeira delas é a diferença entre povo e elite. A rigor, essa distinção tem inúmeros desdobramentos relacionados, do ponto de vista simbólico, a como cada segmento simboliza e significa seu contexto.

Com isso, Pereira e Carrieri (2005) apontam que com o passar dos anos, a área dos Estudos Organizacionais tentou fazer uma relação entre o espaço e sua dimensão social e Coimbra e Saraiva (2013) salientam que além do campo teórico das organizações-cidade, existe ainda outro tema pouco explorado tanto de forma teórica quanto empírica nos estudos organizacionais: a territorialidade, bem como espaço, território e os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Para os autores, da mesma maneira que o campo teórico das organizações-cidade, outro tema que ainda pode e deve ser explorado tanto de forma teórica quanto empírica nos estudos organizacionais é o território e os processos que dele resultam. Tal discussão será apresentada a seguir.

## 1.2 ESPAÇO, TERRITÓRIO E PROCESSO T-D-R

Existem inúmeros métodos e abordagens no que diz respeito ao espaço e a diversos níveis de reflexão de recorte da realidade objetiva (LEFEBVRE, 2008b).

Dessa forma, pode-se estudar o espaço percebido, o saber, a concepção comum do indivíduo ou grupo, a família, a vizinhança, compreendendo assim, o que se chama de ambiente.

Desse modo, para Lefebvre (1992), a concepção de espaço é produzida mediante relações sociais, não sendo resumida a espaço físico e condições naturais, mas na vida social, tornando assim, um produto social. Nessa perspectiva, os elementos naturais são transformados pelos seres humanos pelo seu trabalho, entre outras formas.

Nesse contexto, Lefebvre (2013) traz a tripla conceituação do espaço, a dialética da tríade, onde o espaço é ao mesmo tempo espaço percebido, espaço vivido e espaço concebido. Assim, a produção do espaço é tratada como uma produção mútua onde os indivíduos influenciam o espaço e este influencia a sociedade. Dessa forma, as ações produzidas pelos indivíduos são derivadas da tríade percebido, vivido e concebido, evidenciando a ideia de troca entre espaço e habitante.

Essa teoria Lefebvreana advém de um proposto de que a produção do espaço é formada por uma tríade que se compõe da prática espacial (espaço percebido), das representações do espaço (concebido) e os espaços de representação (vivido) ao mesmo tempo, podendo ser ordenadas de quantas maneiras forem possíveis. Assim, o percebido, o vivido e o concebido se entrecruzam em uma mesma sociedade. De acordo com Lefebvre (2013, p. 97), a prática espacial “expressa uma estreita associação no espaço no espaço percebido entre a realidade cotidiana e a realidade urbana”, sendo uma identificação da manifestação da natureza conduzida por meio de uma ação coletiva. Assim, o espaço percebido é relativo a objetos e fenômenos imediatos, necessitando de elaborações simbólicas mais complexas.

Já as representações do espaço para Lefebvre (2013, p. 97), é “o espaço concebido, o espaço de cientistas, planejadores, urbanistas, tecnocratas de fragmentação, engenheiros sociais e até mesmo um certo tipo de artistas próximos à cientificidade, que identificam o vivido e o percebido com o concebido”, sendo este um espaço dominante em qualquer sociedade. Por fim, os espaços de representação, também chamado de espaço vivido é, segundo Lefebvre (2013, p. 98):

O espaço vivido através das imagens e dos símbolos que o acompanham e, portanto, o espaço dos "habitantes", dos "usuários", mas também de certos artistas e talvez dos romancistas e filósofos que descrevem e eles só desejam descrever. É sobre o espaço dominado e isto é, passivamente experimentado, que a imaginação deseja modificar e tomar. Sobre o espaço físico usando simbolicamente seus objetos. Consequentemente, esses espaços de representação mostrariam uma tendência (novamente com as exceções precedentes) para sistemas de símbolos mais ou menos coerentes e sinais não-verbais.

É preciso entender que o espaço representado é uma relação e que suas propriedades são desvendadas mediante códigos e sinais. Mas o próprio sistema é apontado por uma infraestrutura, bem como por forças de trabalho e por relações de produção, ou seja, por modos de produção. Isso é o mesmo que dizer que a representação só ganha no espaço o que lhe é suscetível de corresponder às utilidades sociais. Dessa forma, a representação compõe um cenário, fazendo da organização um espetáculo da tomada de poder (RAFFESTIN, 1993). Assim, “o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação” (RAFFESTIN, 1993, p. 147).

Pode-se, nesse caso, falar de ruptura entre o espaço e a sua representação? Certamente não na perspectiva aqui traçada, pois o espaço só existe devido aos objetivos intencionais do ator. Isso significa que, se existe ruptura, esta só pode existir entre as informações desejáveis no sistema de objetivos e na informação à disposição (RAFFESTIN, 1993). Nesse sentido, “os territórios constituem o mundo material percebido e se tornam a ‘matéria-prima’ oferecida à imaginação, para ser ‘trabalhada’ e produzir imagens ou representações que podem ser manifestadas através de diversos tipos de linguagem” (RAFFESTIN, 2009, p. 33), por exemplo, a língua natural terá uma representação literária; a linguagem gráfica, o desenho e pintura; a linguagem plástica, a escultura; a linguagem sonora, musical; e as diversas linguagens, simbólicas, lógico-formais e/ou matemáticas.

Ainda nos estudos da Geografia, porém posteriores como os de Haesbaert (2009), o espaço passou a ser visto como algo fixo, inerte, sem movimento, sendo uma barreira ao progresso e responsável pelo retardamento da história. Já para Santos (2012), espaço é um termo muito abrangente que pode ser utilizado em inúmeras conotações. No sentido geográfico é visto como o produto da ação do indivíduo sobre si próprio, por intermédio de objetos naturais ou artificiais. Assim, “o

espaço é formado por um conjunto indissociável, solitário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2012, p. 63). No início, havia uma natureza selvagem, formada por objetos naturais, que com o tempo foi sendo substituído por objetos fabricados e depois pela cibernética, trazendo uma natureza artificial que tende a funcionar como uma máquina.

Na visão de Saquet (2009, p. 77) “o espaço é uma realidade relacional, envolvendo a natureza e a sociedade mediadas pelo trabalho (energia), técnicas, tecnologias e, evidentemente, pelo conhecimento”. Com isso, Santos (2012) complementa que o espaço pode ser considerado um sistema de objetos que cada vez são mais artificiais, sendo povoado por sistemas de ações igualmente convencidos de artificialidades, com uma tendência cada vez maior a propósitos excêntricos ao lugar e seus habitantes.

Porém, na perspectiva da História, Paoli (2007) vai muito além de um plano arquitetônico ou de planejamentos, estes, brotam na produção real da heterogeneidade social e cultural de seus espaços. E no ponto de vista da Psicologia, Fischer (2010) vê as práticas e intervenções quanto em relação ao espaço como uma apropriação, sendo uma maneira de relação que expõe os aspectos subjetivos dos atores sociais através da ocupação ou da utilização específica do espaço.

Com isso, Fischer (2010) acrescenta ainda que o espaço não é formado apenas de funções físicas, mas também de valores sociais, e é por esse motivo que os indivíduos lhe atribuem algum significado. O espaço como categoria indissociável do tempo, também faz uma junção com a perspectiva de espaço-tempo no que diz respeito a construção social. Sendo assim, tempos e espaços são produzidos pela subjetividade dos sujeitos, obtendo como resultado ações de cunho político (FISCHER, 2010).

Para complementar essa visão social do espaço, Villaça (2011) afirma que

O maior avanço ocorrido no campo da ciência da geografia em todos os tempos tenha sido a consciência e a recente difusão da ideia (Lefebvre, Harvey, Gottdiener e tantos outros) de que o espaço social - no nosso caso, o espaço urbano - é socialmente produzido, ou seja, não é dado pela natureza, mas é produto produzido pelo trabalho humano.

Somente tomando como base essa convicção de espaço social, se foi capaz de introduzir seu estudo no sentido da dominação e do conflito de classes, o que

não ocorria antes, impedindo o desenvolvimento da geografia e dificultando que a mesma excedesse a etapa primária de uma ciência humana, limitando-se simplesmente a descrição do espaço.

Quando tratado pelo campo da Administração, Pimentel (2008) explica a evolução na concepção do espaço, que não ocorreu da mesma maneira que na geografia. Principalmente se tratando da geografia tradicional, criando os espaços a partir de elementos naturais, como relevo, clima, vegetação, entre outros. Somente a partir de 1950, esse conceito ultrapassou os elementos naturais com questionamentos sobre a importância do elemento humano nas configurações do espaço. Com isso, a geografia humana ficou conhecida, surgindo a partir do momento que se visualizou o espaço além de estruturas físicas, como o espaço onde acontecem inúmeras intervenções humanas, sendo os indivíduos, indispensáveis para a configuração e transformação do mesmo (PIMENTEL, 2008).

Nesse sentido, Coimbra e Saraiva (2013) afirmam que o espaço concede um conjunto de sistemas de objetos e de ações, onde os sistemas de objetos determinam a forma como se estipulam as ações e o sistema de ações tem como consequência a criação de novos objetos ou ainda acontece sobre objetos preexistentes; e é a partir dessa prática contínua que o espaço se transforma.

Assim, é possível dizer que um bairro, ou qualquer região enquanto espaços definidos por identidades e emoções compartilhadas são, por conseguinte, espaços vividos e percebidos. Porém, estas regiões, podem ser também territórios, por terem sido reconhecidos pelo Estado como unidades formais que são, por ele, administradas e planejadas, ou ainda, pelos movimentos sociais rebeldes que se opõem ao seu poder (SOUZA, 2009a).

Dessa forma, o espaço e o território são termos semelhantes, mas é primordial entender que o espaço é anterior ao território. Raffestin (1993, p. 143), afirma que “o território se forma a partir do espaço”, sendo, nesse sentido o território, um espaço onde foi projetado um trabalho, onde conseqüentemente se apresentam relações de poder.

Assim sendo, o território pode ser visto como um sistema, sendo considerado tanto meio quanto fim, dependendo da sua conotação. Como meio apresenta um território ou mesmo uma organização territorial. Como fim, indica uma ideologia organizacional, tornando-se meio e fim das estratégias (RAFFESTIN, 1993). Desse

modo, o sistema territorial, por objetivo, pode ser decifrado por acordos estratégicos realizados por atores, sendo produto e meio de produção.

Nesse sentido, nos últimos anos no Brasil, bem como em outros países, iniciando nos anos 1960-70, estudos das áreas de Geografia, Sociologia, Economia e Antropologia, vem reforçando seus estudos a respeito do conceito de território e territorialidade (SAQUET, 2009). Esse processo de pesquisa teórico-metodológico ao qual se pretende refletir, são o território e a territorialidade humana, “estudos que reconheçam, simultaneamente, características fundamentais do processo de apropriação, dominação e produção do território assim como as relações de poder” (SAQUET, 2009, p. 73). É importante reconhecer ainda, as identidades simbólico-culturais, que são os traços comuns existentes, as contradições, as desigualdades, as diferenças e mudanças, bem como a natureza interior e exterior do homem como um ser genérico, isto é, biológico e social. Diante desse raciocínio, é possível observar que, enquanto espaço-tempo vivido, o território é sempre considerado múltiplo, distinto e complexo. Já no território apresentado e retratado pela lógica capitalista hegemônica, o território “unifuncional”, não aceita essa multiplicidade de territorialidades (HAESBAERT, 2007b).

Santos (1988) considera que o conceito de território é subjacente, tendo sua formação pelos recursos naturais, como lagos, rios, planícies, montanhas, e florestas, bem como por recursos criados, como por exemplo, estradas de ferro e de rodagem, barragens, açudes, cidades, entre outros. É nesse conglomerado de peças arranjadas em sistema que se forma uma configuração territorial que a realidade e a extensão se misturam com o próprio território de um país.

Nesse sentido, Souza (2009a) afirma que os autores clássicos costumam usar a palavra “território” como sinônimo de “espaço geográfico”, deixando de lado sua verdadeira definição referente ao exercício do poder. Outro problema trazido ao significado do termo território foi a associação do mesmo à definição do Estado-nação, como “território pátrio” ou “território nacional”, privilegiando seu uso e se tornando difícil de desvincular à projeção espacial posteriormente. Dessa forma, por muito tempo, o território foi associado ao aparelho sobre o qual o Estado exerce seu poder.

É importante lembrar que na Geografia “espaço e território não são sinônimos. São conceitos diferentes que assumem distintos significados de acordo

com cada abordagem e concepção” (SAQUET, 2009, p. 75-76). Segundo Souza (1995), a palavra território vem de território nacional, sendo entendido em escala nacional e associado ao Estado. Porém, a palavra não deve ser reduzida a esta associação, pois os territórios são construídos e desconstruídos por inúmeras escalas, podendo ter caráter permanente ou existência periódica cíclica.

Deixar evidente essa diferenciação é necessário e é ainda “fundamental reconhecer que espaço e território não estão separados: um está no outro” (SAQUET, 2009, p. 83). Dessa forma, o espaço se torna necessário para que haja a apropriação e a produção do território. Nessa apropriação e produção do território, existem indivíduos e organizações sociais, sendo estas, públicas, privadas e não governamentais, onde existem ainda normas, regras, objetivos, princípios, representações e características econômicas, políticas e culturais. Deve-se lembrar, que há múltiplos arranjos sociais e territoriais. Esses arranjos vão desde o indivíduo, sua família e organizações de bairros ou de localidades rurais, até grandes organizações, sendo elas, políticas, culturais e/ou empresariais. Diante disto, pode-se verificar diferenças culturais e políticas, bem como, desigualdades econômicas entre as famílias e unidades produtivas, sejam elas urbanas ou rurais. Verifica-se também traços parecidos entre pessoas, famílias, associações ou empresas. Essa análise torna-se primordial tanto para estudos acadêmicos e científicos como para o ensino e elaboração de projetos de desenvolvimento.

O território, segundo Haesbaert (2007b) desde sua origem, nasceu com duplo significado: o material e o simbólico. Esse duplo significado se dá pela origem da palavra ser tão próxima à *terra-territorium* e a *térreo-territor*, que significa terror ou aterrorizar. Esses significados têm a ver com a dominação jurídico-política da terra, que dá a ideologia de medo, principalmente para aqueles que sofrem esta dominação e são impedidos de adentrar ao território. No entanto, é possível afirmar que, às pessoas que tem o privilégio de usufruir do território da forma que desejar, este pode indicar uma verdadeira apropriação (HAESBAERT, 2007b).

Dessa forma, qualquer que seja a interpretação de território, tem a ver com poder, mas não somente aquele poder tradicional, o poder político, de dominação, que fica explícito, e sim também, o poder simbólico, de apropriação, que fica implícito, repleto de marcas do que se vive. Por isso, de acordo com Haesbaert (2007b, p. 21), pode-se argumentar que o território:

Imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade espaço, desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais subjetiva e/ou 'cultural-simbólica'.

Diante disso, Souza (2009, p. 64), caracterizou o território como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Porém, deixou evidente que essa primeira aproximação ao que realmente é considerado território em sua visão, ainda tinha um entendimento onde o território seria considerado um pedaço de superfície terrestre, dando ainda um conceito de “coisificação”. Em uma segunda aproximação, o mesmo autor diz que “territórios são, no fundo, antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos” (SOUZA, 2009a, p. 65). Destacando assim que são relações sociais e não um espaço terrestre e identificando-o como um campo de forças com relações de poder delimitadas. Dessa forma, Souza (2009a, p. 66) salienta que:

Como passo lógico seguinte, eu comparei o território a um “campo de força”: ele é, obviamente, um aspecto, uma dimensão do espaço social, e ele depende, de várias maneiras, da dimensão material do espaço; mas ele é, em si mesmo, intangível, assim como também o poder é impalpável, como relação social que é.

Todavia, Souza (2009a, p. 66) salienta que “o poder é uma relação social” e coloca o território como sendo a expressão espacial dessa relação. Ele ainda aponta que o que define território é, em primeiro lugar, o poder. Nesse sentido, o que irá definir o perfil, será a sua dimensão política e isso não quer dizer que a dimensão simbólica ou mesmo os processos de produção não sejam expressivos ao se falar sobre o conceito de território. Nesse contexto, as questões a serem analisadas não são as características geocológicas, os recursos naturais ou ainda a identidade entre um grupo e seu espaço, mas a questão de quem e como domina ou influencia determinado espaço.

Saquet (2009) afirma que os indivíduos, na formação de cada território, têm certa centralidade, fixando relações de influência, sendo elas, efetivas, simbólicas, conflituosas ou de identidade. Dessa forma, a própria identidade é exposta pelas relações desiguais e por diferenças que tornam ainda mais complexas as atividades de pesquisa e leitura dos fenômenos e dos processos territoriais.

Assim, na Administração, o significado da palavra apropriação, para Coimbra e Saraiva (2013), é tornar sua dada propriedade, mesmo que ela não lhe pertença de forma legal. Tal método de apropriação demonstra um comportamento humano

que não é passivo, deixando o espaço submetido à interferência física e/ou psicológica dos sujeitos. A territorialidade, neste contexto, consiste na ação apropriativa de um espaço por um indivíduo ou por um grupo de indivíduos em uma relação de posse. Ipiranga (2010) complementa dizendo que a apropriação do espaço indica a forma como o mesmo é ocupado, sendo essa ocupação por objetos, atividades, indivíduos ou grupos.

Nessa concepção entre o território e a territorialidade, Raffestin (1993, p. 161) coloca que “conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse”. A produção do sistema territorial determina e condiciona sua consumação, e cada sistema isola sua própria territorialidade, onde vivem pessoas e sociedades. O mesmo autor reconhece ainda que a territorialidade é manifestada em todas as escalas, tanto espaciais quanto sociais, sendo ela da mesma natureza de todas as relações.

Raffestin (1993) colocou ainda como uma dificuldade identificar a noção de territorialidade, pois ela veio dos naturalistas, que se preocupavam mais com a territorialidade animal do que com a territorialidade humana. Embora antevista há cerca de três décadas, foi apresentada pelos naturalistas em 1920. Na tradição americana, a territorialidade é determinada como um fenômeno de comportamento agregado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios diferentes e exclusivos aos seus ocupantes ou por quem os define.

Posteriormente, os geógrafos expressaram que existem inúmeras concepções diferentes sobre poder, território e territorialidade. Saquet (2009) tenta criar uma concepção multidimensional e histórica sobre o território e a territorialidade, tendo em si, um caráter político bem definido em favor da justiça social. Essa concepção identifica a diferença entre ideia e matéria da multidimensionalidade tanto social quanto territorial. Assim, Saquet (2009) considera que identificar as características de heterogeneidade e homogeneidade das pessoas é indispensável para uma nova concepção histórico-crítica do território e da territorialidade.

É possível entender que existem várias concepções de relações entre território e territorialidade, sendo tanto concepções mais amplas, quanto mais restritas. Por esse motivo, deve-se ter cuidado ao elucidar a qual relação entre território e territorialidade estamos falando. Assim como Haesbaert (2007b), trato

neste trabalho a territorialidade diferenciando sua condição genérica, simbólica e vivida.

Dessa forma, Saquet (2009, p. 86) dispõe que “a territorialidade corresponde às ações humanas, ou seja, à tentativa de um indivíduo ou grupo para controlar, influenciar ou afetar objetos, pessoas e relações numa área delimitada”. Saquet (2009) entende território e territorialidade como multidimensionais e próprio à vida, tanto na natureza, quanto na sociedade onde o homem vive as relações e constrói um mundo material e imaterial. Essas relações sociais vividas pelos indivíduos nas relações de poder constituem o território. Já a territorialidade, se torna concreta em diferentes escalas espaciais e sofre variação através das relações de poder, da dominação, das identidades, e de outras relações sociais.

A territorialidade para Saquet (2009, p. 88) “é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social e de grupos distintos”. Nas territorialidades, existem continuidades e descontinuidades em relação ao tempo e ao espaço, além disso, dão identidade ao lugar, e são influenciadas por condições históricas e geográficas. Dessa forma, é possível reconhecer que a apropriação e a construção do território produzem identidades e heterogeneidades, que assim, produzem territórios.

Na perspectiva da filosofia, Brown (2005) afirma que a territorialidade traz a presença e a aplicação de uma dominação psicológica, referente a sentimentos de posse e de apego a dado objeto. A territorialidade diz respeito às ações e aos comportamentos que, por inúmeras vezes, fluem de uma propriedade psicológica de sujeitos com propósito de construção, comunicação, manutenção ou ainda restauração de um contato com determinado objeto. Assim, o mesmo autor indica territorialidade como a manifestação comportamental de um indivíduo e de seus sentimentos de posse no tocante de um objeto físico ou social. Porém, em desacordo com estudos tradicionais sobre a territorialidade, onde a mesma é limitada a uma análise de espaço ou de objetos físicos, Brown (2005) caracteriza que a territorialidade pode considerar mais que aspectos tangíveis, como o espaço físico e bens, mas também os aspectos intangíveis, como ideias e responsabilidades, e entidades sociais. Tal visão engloba comportamentos que construam comunicação, manutenção e restauração dos territórios ao redor desses objetos em uma organização onde se encontra um sentimento de propriedade.

Na linha que diferencia território de espaço, existem três processos que são base para que haja essa diferenciação. As relações de poder, que constituem um campo de força econômico, político e cultural. A construção tanto histórica quanto relacional das identidades. E o processo T-D-R, o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (SAQUET, 2009) como já citado anteriormente.

Na visão de Souza (2009a), as razões e as motivações para que haja conquista ou defesa de um território, podem ser de cunho cultural, econômico ou político. Mediante as relações sociais mais complexas, pode ser que uma dimensão se sobressaia, porém, isso não significa que as demais não sejam importantes. Caso a caso, ao se examinar os fatores camuflados no processo de territorialização, pode-se desvendar uma mistura enorme de razões e motivações, podendo estar ligada a disputa por recursos e riquezas ou a cobiça material, que não é separada do simbolismo ou da cultura.

Então, a territorialização constitui-se por diferentes temporalidades e territorialidades multidimensionais. Para Saquet (2009, p. 83) “a territorialização é resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional”. Assim, é multidimensional e pode ser vista em virtude das desigualdades e das diferenças através das identidades. Já na visão de Haesbaert (2009, p. 104) “a territorialização do espaço ocorre pelos processos de apropriação, seja ela concreta ou simbólica”. Existe uma prisão original que é o espaço, posteriormente o homem transitará à prisão construída pelo seu próprio trabalho e por relações de poder que o conduzem.

Dessa forma, Haesbaert (2007b) fala em quatro grandes objetivos da territorialização, podendo ser acumulados ou valorizados de forma diferente no decorrer do tempo. O primeiro é como abrigo físico, sendo um recurso material ou meio de produção; o segundo é a identificação ou simbolização de grupos por meio de relações espaciais; o terceiro é o controle e/ou disciplinarização por meio do espaço, fortalecendo a ideia dos indivíduos também através de espaços individualizados; e o quarto é a construção e controle de conexões e redes, sendo tanto fluxos de pessoas, quanto de mercadorias ou de informações.

Contudo, dependendo da situação e da forma que se olha para este processo, uma das dimensões aparecerá mais relevante que as demais, mesmo que

todas as dimensões das relações sociais sejam importantes e devam ser levadas em consideração para se fazer uma análise. Analisando o ponto de vista de Souza (2009), “a questão central, de um ponto de vista conceitual, porém, é a seguinte: o que é um processo de territorialização ou desterritorialização, em sentido forte?” (SOUZA, 2009a, p. 60). Esse processo pode “ter a ver com o desenraizamento (menos ou mais traumático culturalmente) de indivíduos ou grupos”. Pode ainda provocar a privação de recursos a alguns (indivíduos ou grupos), porém sempre irá envolver relações de poder, bem como sua projeção no espaço. Por esse motivo, todas as dimensões sociais devem ser levadas em consideração (SOUZA, 2009a).

Identificando as principais interpretações envolvendo o processo de desterritorialização, Haesbaert (2007a) aponta cinco delas. A primeira é a desterritorialização como domínio das redes, dos fluxos e da mobilidade, onde o território é visto como o “lócus da estabilidade e do enraizamento” (HAESBAERT, 2007a, p. 59). Porém, nessa interpretação, é ignorado que as redes e a mobilidade proporcionada por elas sejam inseparáveis do território. A segunda é a desterritorialização como perda de referências espaciais, concretos, sob o domínio das relações imateriais, onde o território é percebido como fundamento material da sociedade, sendo confundido com espaço geográfico. Seu principal apontamento, é referente à perda de importância das bases materiais na formação dos processos sociais dos “ciberespaços”, ignorando que até mesmo os seus espaços virtuais podem abstrair de bases materiais e contatos feitos pessoalmente e da mesma forma que a territorialidade pode se manter sem uma base material. A terceira é a desterritorialização como perda de poder. Ela diz respeito ao controle dos processos sociais por intermédio do espaço, principalmente a diminuição do território dos Estados-nações, sendo que a crise do Estado traria crescente desterritorialização. A quarta é a desterritorialização como deslocalização econômica, onde o território ou a territorialização é confundida com a atuação de contextos locais que se desenrolam em processos sociais. E por fim, o quinto, que é a desterritorialização como fruto da crescente homogeneização cultural do planeta. Nessa interpretação “o território é valorizado em sua dimensão cultural, identitária, vinculado à diferenciação e à diversidade cultural” (HAESBAERT, 2007a, p. 59). Assim, por supervalorizar a homogeneização estabelecida pela globalização, omite-se sua natureza contraditória

no momento em que une globalização e fragmentação ou homogeneização e heterogeneização, que são condições da cultura tanto mundial quanto local.

Com isso, a desterritorialização antes mesmo de significar “desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas, ou debilitação de controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial” (HAESBAERT, 2007a, p. 68). Assim, da mesma maneira em que cada momento histórico traz seus elementos baseados em sua experiência do espaço, cada contexto também traz seus agentes básicos de desterritorialização.

Existe ainda um mecanismo onde há a readaptação dos indivíduos em determinado território ou ainda a modificações em seu próprio território por inúmeros fatores. Essa modificação pode lhe causar mudanças tanto físicas, quanto espaciais ou simbólicas e esse processo é chamado por Haesbaert (2007b) como reterritorialização. O mesmo autor salienta que os processos de reterritorialização, acontecem quando o indivíduo que está desterritorializado, se localiza em novo território. Isso ocorre de forma automática, visto que esses indivíduos, mesmo que tenham dificuldades para adentrar em determinados territórios, quando o fazem, dão a este tanto suas características pessoais como seus aspectos simbólicos (HAESBAERT, 2007b).

É importante salientar que o interesse de Souza (2009a) são as ações coletivas que mostram um ativismo social e movimentos sociais com poderoso horizonte crítico. Ao examinar essas práticas, é possível verificar que quase sempre são ações de territorialização que se materializam em uma duração muito pequena, porém, sempre marcada pelo confronto com o Estado. Essas ações são estímulos para desprender a visão do território como coisa. Para o mesmo autor, “descoisificar” o território não quer dizer que se deve ignorar a materialidade do espaço, mas que se deve melhorar esse conceito com mais rigidez, deixando-o mais rico.

A territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em tramas, no trabalho, na família, na rua, na praça, na igreja, no trem, na rodoviária, enfim, na cidade-urbano, no rural agrário e nas relações urbano-rurais de maneira múltipla e híbrida (SAQUET, 2009, p. 90).

Diante disto, é possível verificar que redes, territórios, apropriações, territorialidades, entre outros, são elementos e movimentos presentes historicamente, na territorialização, na desterritorialização e na reterritorialização. Esses processos podem ser tomados considerando, por exemplo, os atores sociais

e suas múltiplas relações em forma de redes; as formas de apropriação do espaço, sejam elas simbólicas ou materiais, como econômicas, políticas e culturais, sendo públicas ou privadas; as técnicas e as tecnologias, bem como os instrumentos, as máquinas, o conhecimento e a ciência; as relações de poder e de trabalho que consomem energia e conhecimento, utilizando-se de dominação e exploração; os objetivos, metas e finalidades de uma ou mais atividades sociais, econômica ou política de certos indivíduos ou grupos, em determinado tempo e espaço; as relações do homem com a sua natureza, tanto interior quanto exterior; as continuidades e descontinuidades territoriais; a heterogeneidade e os traços partilhados de desigualdades, diferenças e identidades, sendo estas, correspondentes a elementos ou características comuns entre os indivíduos, a partir das diferenças sociais e territoriais; e o processo T-D-R – territorialização, desterritorialização e reterritorialização, sendo o processo de mudança dos indivíduos sociais e territoriais presentes em todas as apropriações, sejam elas no campo ou na cidade (SOUZA, 2009a).

Assim, Haesbaert (2007b) aponta, que em processo de dominação e/ou apropriação, tanto o território quanto a territorialização, devem ser tratados na pluralidade do seu discurso, tanto no sentido de lutas quanto de resistência, pois poder sem resistência, não existe. Dessa forma, devem-se diferenciar os territórios de acordo com quem o constrói, sejam estes, indivíduos, grupos sociais, Estado, empresas ou instituições. Neste trabalho, a territorialização é vista quando as Cooperativas, visando melhorias, fazem reivindicações, e se organizam para conquistar não somente um território em sua concepção física, mas principalmente simbólica, almejando alcançar objetivos que buscam uma melhor qualidade de vida a seus Cooperados.

Contudo, Souza (2009) fez sua definição de territorialização e desterritorialização como processos onde havia o desenraizamento dos indivíduos ou grupos, privando-os do acesso aos recursos e a riquezas, envolvendo nesses processos, relações de poder. No presente estudo, a desterritorialização é mostrada em face aos movimentos, onde as Cooperativas e seus cooperados têm de deixar de lado sua forma de trabalho (no lixão ou nas ruas) para se adequarem a uma nova forma imposta.

Quanto à reterritorialização, Saquet (2009, p. 88) explica que “na reterritorialização se reproduzem traços comuns e heterogeneidades que, ao mesmo tempo, estão na base da apropriação e produção dos novos territórios”. Dessa forma, este trabalho mostra a reterritorialização das Cooperativas de reciclagem a cada movimento do Estado, onde devem se adequar às normas para conseguirem seus direitos em relação à gestão dos resíduos. Eles se reinventam e se adaptam como modo de sobrevivência, para que a organização continue seu trabalho.

Dessa forma, é possível identificar, que a forma com que os indivíduos ocupam o espaço e produzem suas divisas territoriais, determina os territórios processados nesse determinado espaço e tempo, dando a eles, seus valores simbólicos, econômicos e sociais, constituindo assim o território, por delimitações do espaço, através de características de poder expressas no passado, presente e futuro pelo processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (SOUZA, 1995).

Assim, levando em consideração que os indivíduos são seres territorializadores, Haesbaert (2007b) salienta que não existe a desterritorialização sem haver a reterritorialização. Nesse caso, o que se pode perceber é um movimento complicado de territorialização que engloba uma vivência simultânea em vários territórios, configurando uma multiterritorialidade.

### 1.3 A MULTITERRITORIALDADE

O conceito de território e sua derivação direta, trazida aqui como territorialidade, resultaram em uma proposta onde se trouxe a noção de multiterritorialidade. Diante disso, surge uma concepção de múltiplos territórios e as várias abordagens do que se denomina como territorialidade (HAESBAERT, 2007b).

Entende-se que uma marca primordial é, junto à existência de múltiplos tipos de território, a experiência cada vez mais acentuada daquilo que se denomina multiterritorialidade (HAESBAERT, 2007b). Nesse sentido, a multiterritorialidade, é vista por Haesbaert (2007b) como uma possibilidade conceitual dentro do processo nomeado por muitos, como desterritorialização. Mais do que abandonando nossos

territórios ou processos de territorialização, na maioria das vezes, estamos vivenciando o aumento e a complexidade de um processo de (re)territorialização muito mais variado, ou multiterritorial. Dessa forma, podemos perceber a (des)(re)territorialização como um mito, não no sentido de não existir, mas no sentido de ser um processo inerente à sua oposição, a reterritorialização.

Se falarmos de forma geográfica, não existe desterritorialização sem a reterritorialização, pois os indivíduos são animais territoriais. Sendo assim, o que realmente existe, é um processo complexo de territorialização que insere uma vivência simultânea de vários territórios, configurando assim, uma “multiterritorialidade, ou mesmo a construção de uma territorialização no e pelo movimento” (HAESBAERT, 2007b, p. 20). Porém, o termo seria melhor aplicado na dimensão social da desterritorialização, pois quem mais perde o controle sobre seus territórios, são aqueles mais destituídos, que se encontram mais desterritorializados, ou, para falar de forma mais severa, aqueles mais precariamente territorializados. Com isso, pode-se dizer que para os mais privilegiados, conhecidos como os desterritorializados, evidencia-se um processo de reterritorialização de forma espacial, inconstante e muito complexa, sendo este, um processo de multiterritorialização que necessita ser compreendido, pois neles, existem grandes perspectivas políticas.

De acordo com Raffestin (1993, p. 158) “a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial, pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”. Dessa forma, os indivíduos ao mesmo tempo em que vivem o processo territorial, vivem também o produto territorial por meio de um sistema de relações existenciais ou produtivistas, sendo que estas são vistas como relações de poder, havendo interação entre os atores que buscam modificar tanto a relação com a natureza, quanto as relações sociais. Para Raffestin (1993, p. 159) “o poder é inevitável e, de modo algum, inocente”. Sendo assim, não é possível que haja uma relação onde não há poder e não seja marcado pelo mesmo.

Nesse contexto, torna-se importante diferenciar múltiplos territórios de multiterritorialidade. Para isso, Haesbaert (2007b) propõe a identificação desses múltiplos territórios por meio de algumas modalidades, como: Territorializações mais desterritorializantes, desidentificadoras e destituidoras de cidadania como por

exemplo, os campos de refugiados, bem como outros espaços pelos quais se tenta conter a massa de excluídos; Territorializações mais fechadas, quase que uniterritoriais no sentido de impor uma concordância entre poder político e identidade cultural, vinculada ao fenômeno do territorialismo; Territorializações político-funcionais, que quando se refere ao território, mesmo admitindo certa pluralidade cultural, não admite a pluralidade de poderes; Territorializações mais flexíveis, admitindo uma justaposição territorial simultaneamente; e Territorializações efetivamente múltiplas, uma multiterritorialidade em sentido específico, sendo “construída por grupos que se territorializam na conexão flexível de territórios-rede multifuncionais, multi-gestionários e multi-identitários” (HAESBAERT, 2007b, p. 32), como por exemplo, o caso de diásporas de migrantes.

Com isso Haesbaert (2007b) propõe que os territórios plurais são uma multiplicidade de diferentes espaços culturais, sociais e políticos, contendo domínios em tensão, produzindo formas específicas de identidade territorial como se todo território provocasse a coexistência de múltiplas territorialidades. Dessa forma, é possível distinguir pluralidade de territórios e territórios plurais, obtendo duas qualificações diferentes. A pluralidade de territórios indica sua multiplicidade, se sujeitando a um processo definitivo de organização e diferenciação. Já os territórios plurais, além de criar uma multiplicidade, criam ainda todo espaço terrestre ocupado por diferentes representações sobre este, legitimando a jurisdição sobre os habitantes que ali vivem, caracterizando inúmeras relações sociais (HAESBAERT, 2007b).

Considerando a pluralidade de territórios, os territórios plurais se expressam de duas formas, segundo Haesbaert (2007b, p. 34): a “multiplicidade de territórios – território plural como reunião de vários territórios”; e a “pluralidade de jurisdições – território plural por abranger diferentes jurisdições”. A pluralidade de territórios pode estar assimilada de duas formas nos territórios plurais: uma, vista como conjunto diferentes territórios, e a outra, como conjunto justaposto de vários territórios podendo sua amplitude ir além dos seus limites. Porém, tanto em um quanto no outro, a coexistência de múltiplas territorialidades sempre provoca disputas.

Quando à multiterritorialidade, para que seja possível seu entendimento, primeiramente deve-se entender suas origens, levando em consideração as concepções de território bem como de territórios múltiplos já discutidas nessa

sessão. Dessa forma, é possível afirmar na concepção de Haesbaert (2004) que sempre vivemos uma multiterritorialidade, pelo menos no que diz respeito a experimentar vários territórios ou territorialidades ao mesmo tempo, criando assim, uma múltipla territorialização, visto que este processo se inicia de forma individual ou em pequenos grupos e toda relação social envolve um certo convívio territorial. Nesse sentido, pode-se dizer que sempre teríamos vivido uma multiterritorialidade.

Em mesma vertente, Haesbaert (2004) aponta que é possível diferenciar ao menos duas perspectivas do que se trata a multiterritorialidade. Uma diz respeito à multiterritorialidade moderna, e a outra, se refere à multiterritorialidade pós-moderna. A multiterritorialidade moderna compreende uma mudança quantitativa no que diz respeito à maior diversidade de territórios, e qualitativa, no que se refere a possibilidade de compatibilizar de forma inédita a existência de diversos territórios. Já na sua condição pós-moderna entende-se uma multiterritorialidade consequente da dominação de um novo tipo de território.

Nesse contexto, Haesbaert (2004, p. 344) diz que “a principal novidade é que hoje temos uma diversidade ou um conjunto de opções muito maior de territórios/territorialidades com os/as quais podemos ‘jogar’”. Temos ainda, uma velocidade também maior de acesso e deslocamento por essas territorialidades e, dependendo qual for a condição social da pessoa, também pode-se ter muito mais opções para desfazer e refazer frequentemente essa multiterritorialidade. Assim, se torna importante ressaltar que a experiência multiterritorial contemporânea dos indivíduos é um acontecimento que não se trata simplesmente da sobreposição de múltiplos territórios que, mesmo recombinaos, mantém sua individualidade, mas da efetiva experiência inovadora que a compreensão do espaço temporal permite.

É importante ainda diferenciar a dimensão material e a dimensão simbólica da multiterritorialidade. Da mesma forma que se cria um território dentro de um constante do mais funcional ao mais simbólico, também a multiterritorialidade pode ter uma dimensão material mais incisiva em uma mistura capaz de recriar, processos de identificação e (re)construção territorial (HAESBAERT, 2007b).

Nessa perspectiva, Haesbaert (2007b) coloca que a ação da multiterritorialidade contemporânea é notória e abrange como condições básicas não só “a presença de uma grande multiplicidade de territórios e territorialidades” (HAESBAERT, 2007b, p. 40), como também sua conexão na forma de territórios-

rede. Estes, são definidos sempre como territórios múltiplos, na medida em que podem conjugar territórios-zona por meio de redes de conexão. Em virtude disto, fazem-se também distinções na própria dinâmica de multiterritorialização:

- os agentes que promovem a multiterritorialização e as profundas distinções em termos de objetivos, estratégias e escalas, sejam eles indivíduos, grupos, instituições, o Estado ou as empresas.
- o caráter mais simbólico ou mais funcional da multiterritorialidade – tal como no que se refere à definição de território, ela aparece ora com uma maior carga simbólica (como no caso das grandes diásporas de imigrantes), ora com maior carga funcional (como no caso das redes do megaterrorismo global); no primeiro caso é importante analisar também as múltiplas identidades territoriais (territorialidades num sentido cultural) nela envolvidas.
- os níveis de compressão espaço-tempo (e, conseqüentemente, de "teleação") nela incorporados, ou seja, as múltiplas "geometrias de poder" dessa compressão, bem como o sentido potencial ou efetivo de sua realização.
- o caráter contínuo ou descontínuo da multitenitorialidade, até que ponto ela ocorre pela justaposição (ou "encaixe"), num mesmo espaço, de múltiplos territórios (OU, por outro lado, pela vivência de "territórios múltiplos"), e até que ponto ela corresponde à conexão de múltiplos territórios, em rede (identificando então, tal como na distinção entre territórios-zona e territórios-rede, uma multiterritorialidade "zonal" mais "tradicional" ou em sentido lato, e uma multiterritorialidade "reticular" em sentido mais estrito).
- a combinação de "tempos espaciais" incorporada à multiterritorialidade – devendo-se discutir assim, também, de alguma forma, as implicações das múltiplas territorialidades acumuladas desigualmente ao longo do tempo na construção da multiterritorialidade (HAESBAERT, 2007b, p. 40-41).

O território, visto como espaço dominado e/ou apropriado, evidencia um sentido multi-escalar e multi-dimensional, podendo ser adequadamente captado em uma concepção de multiplicidade, sendo esta, tanto no sentido da convivência de múltiplos territórios, quanto da construção efetiva da multiterritorialidade. Para Haesbaert (2007b, p. 43), se pensar de forma geográfica, "multiterritorialmente significa pensar tanto em múltiplos poderes (ou 'governanças') quanto em múltiplas identidades (em espaços culturalmente mais híbridos) e mesmo em múltiplas funções (a "multifuncionalidade" econômica)". Em suma, uma discussão complexa em benefício de um entendimento maior de construção de uma outra sociedade mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecadora das diferenças humanas.

Visando um entendimento sistemático do processo T-D-R, bem como do conceito de territorialidade e multiterritorialidade sob a perspectiva de Haesbaert (2007b) e (2009), exponho o quadro abaixo:

**Quadro 01 – Conceito de Territorialização, desterritorialização e reterritorialização por Haesbaert (2007b; 2009)**

Territorialidade	A maneira de identificação de indivíduos em dado território, sendo esta, de forma física ou simbólica.
Territorialização	A territorialização do espaço acontece pelos processos de apropriação, sendo eles concretos ou simbólicos.
Desterritorialização	Processo em que o indivíduo ou grupo deixa determinado território, de forma física ou por perda de significados.
Reterritorialização	Movimento onde os indivíduos se adaptam à um novo território ou se readaptam à um mesmo território onde houveram mudanças por determinado fator, trazendo mudanças físicas ou simbólicas.
Multiterritorialidade	Um processo onde há a presença de uma grande multiplicidade de territórios e territorialidades, tendo inúmeras territorializações, desterritorializações e reterritorializações.

Fonte: Haesbaert (2007b; 2009), adaptado pela autora

Diante disto, é possível dizer que, tanto no território quanto na territorialidade, os processos de (des)(re)territorialização e a multiterritorialidade trazem consigo dimensões concretas e simbólicas, que foram demonstradas em pesquisas recentes nos Estudos Organizacionais, como por exemplo “Intervenções urbanas a partir de investimentos do programa de aceleração do crescimento (PAC): a reterritorialização dos moradores do entorno da obra contorno norte de Maringá-PR” desenvolvida por Oliveira (2016); “Os processos de (des)(re)territorialização dos ex-moradores do bairro santa felicidade: uma intervenção urbana a partir do PAC”, desenvolvida por Gonçalves (2016); e “O Programa Minha Casa Minha Vida e as perspectivas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R): uma análise do condomínio residencial Irajá, no distrito de Iguatemi, em Maringá-PR”, de autoria de Damásio Filho (2018).

Nesse sentido, estudar o processo de (des)(re)territorialização das cooperativas de materiais recicláveis de Maringá em sua luta pela ocupação da cidade se torna relevante, visto que esse processo mostra as mudanças ocorridas com a referida luta e o que está sendo feito no momento para conquista dos objetivos cooperativistas, levando em consideração o processo desde a saída do lixão até o presente momento.

Torna-se importante também, entender que nesse processo (des)(re)territorializador encontra-se a gestão dos resíduos sólidos, a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, e o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos, juntamente com Políticas Públicas e leis pertinentes ao

gerenciamento desses resíduos, visto que a PNRS veio de uma luta constituída socialmente com uma organização coletiva.

#### 1.4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A LEGALIDADE NO ÂMBITO DAS COOPERATIVAS DE RECICLAGEM

É necessário primeiramente introduzir o conceito de Políticas Públicas para que se possa entender todo o contexto. Assim, de acordo com Howlett et al (2013), falar sobre políticas públicas necessita de uma compreensão de que iniciativas e propostas podem ou não serem aprovadas por governos, e que as decisões quanto a isso podem por inúmeras vezes ter efeitos não intencionais. Além disso, não existe apenas uma maneira ou uma definição melhor para esclarecer totalmente o processo e a construção das políticas públicas (SOUZA, 2006).

Desse modo, segundo Saravia (2007), políticas públicas podem ser consideradas como decisões públicas destinadas a assegurar ou modificar contextos da vida social, pautadas por desenvolvimento de estratégias e atuações apropriadas à resolução das demandas e objetivos estabelecidos. Secchi (2010), cita que as políticas públicas têm por objetivo fundamental resolver problemas de interesse público, ou ainda tomar decisões racionais quanto à determinada situação. E Villanueva (2007) acrescenta que as políticas públicas envolvem decisões de uma autoridade legítima, sendo estas, tomadas de acordo com sua jurisdição, por meio de procedimentos estabelecidos de forma legal, expressando-se de diferentes maneiras, como por exemplo em forma de leis, sentenças e atos administrativos.

Assim, do ponto de vista teórico, pode-se caracterizar as políticas públicas como um campo multidisciplinar, que busca tanto compreender práticas e ações do governo, que visam solucionar exigências públicas, quanto analisar essas ações e, quando possível, interferir e sugerir modificações às medidas tomadas (SOUZA, 2007).

Nesse contexto, para se implementar o processo de políticas públicas, Saravia (2007) cita um ciclo formado por diversas etapas, contribuindo o planejamento e a execução dessas medidas já determinadas. Assim, partindo para às políticas públicas que contribuem para a diminuição dos resíduos sólidos, Brollo e

Silva (2000), dizem que nem sempre os problemas referentes à falta de gestão dos resíduos sólidos urbanos tiveram uma tratativa satisfatória, pois nos países desenvolvidos, somente na década de 1970 que houve uma preocupação com relação tanto à reciclagem quanto à recuperação dos materiais descartados. Já na atualidade, é possível verificar o estabelecimento dessas políticas para que haja o tratamento e a redução do volume desses resíduos.

Após o estabelecimento de uma aproximação entre políticas públicas e o modelo de organização cooperativista (LECHAT, 2002), procurou-se também uma compatibilidade de interesses que favorecessem os âmbitos econômico e social de ambas as partes dessa parceria (ROSA, et al, 2011). Segundo Kauchakje (2008) quando o cooperativismo adquiriu relevância política, tanto o Estado, quanto as instituições e os atores sociais, contribuíram para uma conexão de espaços sociopolíticos e, conseqüentemente, para uma qualificação da participação social e política da população. Com isso, o processo de conscientização da reciclagem dos resíduos sólidos, bem como sua compreensão no âmbito social, trouxe o amadurecimento econômico e político tanto das comunidades onde as cooperativas estão dispostas, quanto dos catadores.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 veio com a finalidade de impulsionar uma mudança de paradigma de Estado Legislativo Constitucional de Direito, com o objetivo de preservar as diretrizes democráticas e constitucionais. O olhar ecológico nesse contexto ainda é novo e necessita de uma melhor proteção jurídico-institucional, mesmo que a Constituição tenha como meta desenvolver a educação ambiental e a conscientização da população em relação à preservação do meio ambiente (SILVA, 2006).

Além de um artigo na Constituição de 1988, na Carta Magna também encontram-se várias regras quanto às obrigações da Sociedade e do Estado no que diz respeito ao meio ambiente. Nessas regras existem normas de natureza processual, penal, econômica, sanitária, entre outras, com caráter de interdisciplinaridade e de transversalidade advindos do direito ambiental e dos recursos naturais (SILVA, 2005).

Existe ainda, a Política Nacional do Meio Ambiente, que vem da Lei nº. 6.938/81 e traz em seu fundamento, de acordo com Milaré (2011) a educação ambiental em os níveis do ensino e a educação da população, com o intuito de

qualificá-la para atuar de forma ativa em defesa ao meio ambiente. O mesmo autor salienta que a legislação ambiental necessita da participação da coletividade na proteção e desenvolvimento da qualidade ambiental.

Nessa linha, visualizando a humanidade no auge do capitalismo excessivo, o consumismo se desenvolveu de forma avassaladora e o governo se viu obrigado a instituir normas para a proteção do meio ambiente. Assim foi criada a Lei nº 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS. A Lei nº 12.305/2010, estabelece inúmeros instrumentos voltados à obtenção de objetivos nela determinados, destacando-se os Planos de Resíduos Sólidos (Plano Nacional de Resíduos Sólidos, Planos Estaduais de Resíduos Sólidos, Planos Microrregionais de Resíduos Sólidos, Planos de Resíduos Sólidos de Regiões Metropolitanas ou Aglomerações Urbanas, Planos Intermunicipais de Resíduos Sólidos, Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e Planos de gerenciamento de resíduos sólidos) (MILARÉ, 2011).

A PNRS sistematizou princípios, objetivos, instrumentos, e diretrizes ligadas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, mostrando os riscos, as responsabilidades dos produtores, bem como do poder público e os aparatos financeiros adequados. Subordinadas a esta lei, estão as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente pela geração de resíduos sólidos (MAIA NETO, 2011).

Milaré (2011) explica que além das normas estabelecidas na Lei nº 12.305/10, existem ainda outras normas aplicáveis aos resíduos sólidos, como as normas do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) e do Sistema Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO). Nesse sentido, deve ser considerada a responsabilidade compartilhada, instituída pela referida lei, onde os envolvidos são: o governo, a indústria, o comércio e o consumidor e seus objetivos são: a redução da geração de resíduos sólidos; a redução do desperdício de materiais; a redução da poluição e a redução dos danos ambientais.

Em relação à responsabilidade compartilhada, a Lei nº 12.305/10 prevê em virtude do ciclo de vida dos produtos, estabelecer investimentos por parte dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes no crescimento, na

produção e na distribuição no comércio de mercadorias. Dessa forma, se realiza a responsabilidade compartilhada com organizações, onde cada gerador de resíduos sólidos minimize os volumes fabricados, causando menor choque ao meio ambiente, assim como à saúde humana, tentando chegar a um aproveitamento sustentável (MILARÉ, 2011)

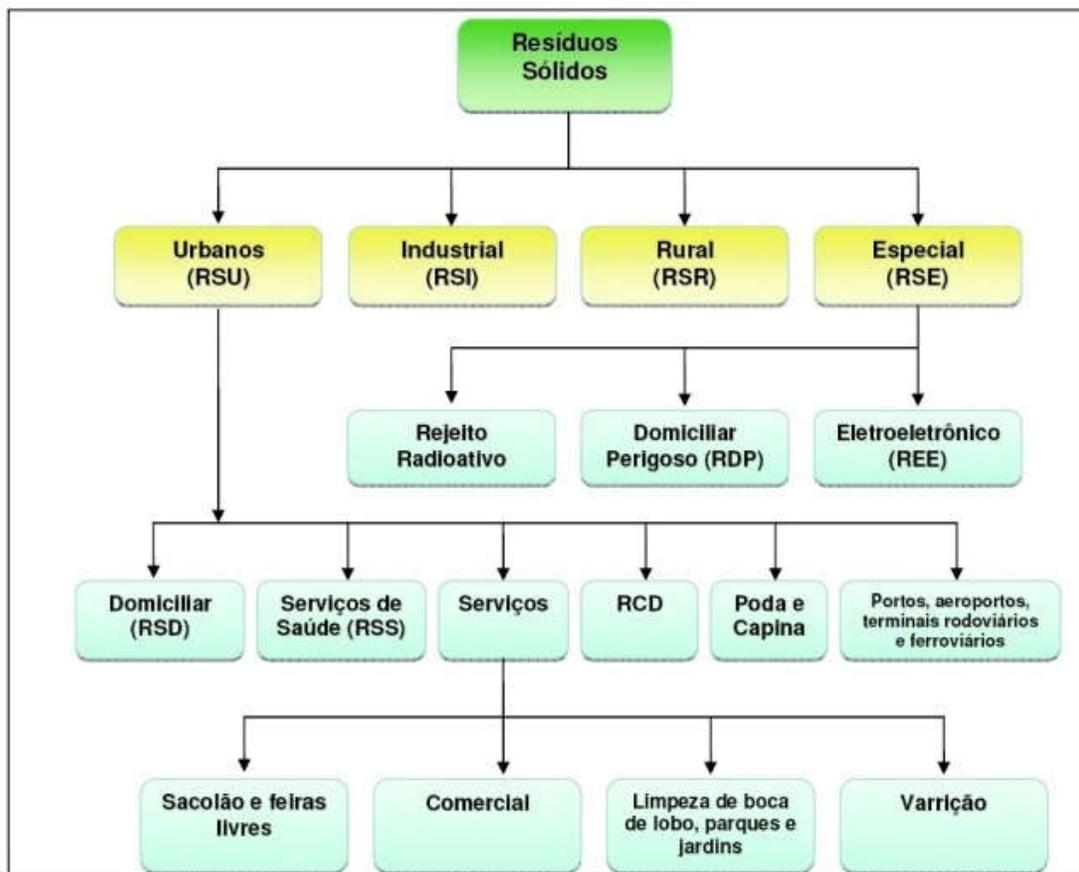
Dessa forma, vem sendo estabelecidas em todo o Brasil, parcerias entre os municípios e as cooperativas de catadores de materiais recicláveis e com isso as cooperativas passam não só a ter preferência em relação à coleta e comercialização dos materiais recicláveis, como também passam pelo processo de inclusão social desenvolvido por agentes envolvidos com atividades de coleta de lixo, tirando-os da informalidade e proporcionando a eles uma posição indispensáveis na limpeza pública (BRASIL, 1990).

Ao citar os resíduos sólidos, é importante discutir a classificação destes, bem como seu histórico pelo mundo.

## 1.5 A TRAJETÓRIA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL E NO MUNDO

Os resíduos sólidos são classificados como àqueles materiais ou substâncias em estado sólido ou semissólido decorrentes das atividades humanas, que são desprezados e precisam de destinação final adequada, dependendo de sua natureza e da tecnologia disponível (CARVALHO; PEREIRA, 2013).

**Figura 01 – Classificação dos resíduos sólidos**



Fonte: Schalch e Córdoba, 2009.

A Figura 01 demonstra a proposta dos autores Schalch e Córdoba (2009) em relação à classificação dos resíduos sólidos de acordo com a sua origem, bem como seus desdobramentos, facilitando assim, a compreensão da dimensão do escopo da questão.

Para que se caracterize um resíduo sólido é importante saber sua origem, pois é a partir disso que se consegue definir os tipos de resíduos e os riscos a eles associados, assim como, a responsabilidade de seus geradores na destinação final. A partir dessa visão é importante trazer o histórico quanto ao surgimento dos resíduos no Brasil e no mundo.

Desde a origem das sociedades os resíduos têm feito parte das atividades desenvolvidas pela humanidade, tanto pelo crescimento populacional quanto pelas alterações ocorridas devido a revolução industrial e as mudanças de comportamento devido ao consumismo exagerado, o que gera o consumo de ainda mais resíduos (ALVES, 2008).

Há décadas, a preocupação em relação aos resíduos vem sendo debatida nas esferas nacional e internacional. Esse debate ocorre devido à expansão da consciência coletiva com relação ao meio ambiente. Com isso, a complexidade referente às atuais demandas ambientais, sociais e econômicas leva tanto o governo, quanto a sociedade civil e a iniciativa privada a terem um novo posicionamento (MMA, 2018).

Essa degradação que ocorre no meio ambiente, estimulou um debate onde veio à tona tanto benefícios quanto os malefícios gerados pela sociedade industrial, visto que a industrialização trouxe consigo consequências indesejáveis e por esse motivo, em muitos países passaram a ser estabelecidas legislações severas referentes à questão dos resíduos gerados. De acordo com a Comissão Europeia (2000, p. 03) a política da União Europeia no que diz respeito à proteção ambiental e dos recursos naturais foi cada vez mais adquirindo importância crescente a partir da década de 1980 devido ao fato de “estarem ainda longe de ser controladas as ameaças de danos ambientais e empobrecimento dos recursos naturais”. Felizmente, hoje existem muito mais pessoas cada vez mais sensibilizadas para os perigos neste domínio, tendo exigido uma ação mais firme de proteção do ambiente a nível nacional e mundial.

Para muitos cidadãos europeus, alguns dos temas são objeto de certa preocupação especial como por exemplo o aumento alarmante da produção de resíduos. Devido a isso, em inúmeras circunstâncias é realizado o transporte de resíduos para outras partes do mundo para serem eliminados, sendo uma maneira ilegal que não soluciona o problema a longo prazo. Porém, esse problema referente à eliminação dos resíduos é apenas um aspecto da questão, pois o volume de resíduos que a sociedade produz é uma consequência de um modo de vida insustentável. O modelo atual de produção e consumo deveria ser adaptado, para que se pudesse diminuir as pressões exercidas pelos recursos não renováveis da Terra (COMISSÃO EUROPEIA, 2000).

A União Europeia (UE) é uma união econômica e política de 28 Estados-membros independentes que se situam principalmente na Europa, sendo criada objetivando colocar fim às guerras entre países vizinhos, onde culminou a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) (EUROPA.EU, 2014). A Comissão Europeia publicou um *Green Paper* referente à gestão de resíduos orgânicos na UE, que define

inúmeras opções de melhoramento da gestão de resíduos orgânicos, compreendendo normas para compostos, medidas de prevenção de resíduos orgânicos e metas rígidas para resíduos urbanos biodegradáveis que são enviados a aterros. Nas vezes em que os resíduos não podem ser reciclados ou reutilizados devem ser incinerados com segurança, dessa forma, os aterros são utilizados apenas como último recurso. Lembrando que os dois métodos exigem rigoroso monitoramento devido a seu potencial de causar danos ambientais (GUARDABASSIO, 2014).

O novo elemento da política de resíduos pensado pela EU é o ciclo de vida que inclui avaliações dos impactos dos resíduos e da utilização de recursos naturais no meio ambiente e na saúde humana. Nessa interpretação, as políticas de resíduos devem cooperar para a ecoeficiência, bem como para o uso sustentável dos recursos (EUROSTAT, 2017).

Quando se fala em países com maior preocupação em relação à gestão dos resíduos, não se pode esquecer do Japão, que é um dos países líderes em relação às tecnologias e práticas desta gestão, pois compreendeu muito cedo que uma gestão apropriada de seus resíduos seria eficiente e bem-sucedida somente quando apoiada pela estrutura legal apropriada. Por esse motivo, sua primeira tarefa legislativa foi realizada em 1954, estabelecendo a Lei de Limpeza Pública, que objetivava proteger e melhorar a saúde pública por meio da disposição sanitária dos resíduos, bem como da limpeza do ambiente de convívio (SMA, ISWA, ABRELPE, 2013).

No entanto, o crescimento econômico rápido do Japão levou a várias mudanças na vida da população e conseqüentemente, nas quantidades e tipos de resíduos gerados, lembrando que por ser uma ilha, o Japão não possui extenso território para que se tenha aterros. Essas modificações trouxeram a necessidade de uma mudança no arcabouço legal do país, visto que a Lei de Limpeza Pública se tornou insuficiente para lidar tanto com as quantidades quanto com os tipos de resíduos crescentes. Por esse motivo, em 1970, o país revogou a lei mencionada estabelecendo o atual sistema de gestão de resíduos (SMA, ISWA, ABRELPE, 2013). A estrutura legal da gestão de resíduos japonesa fundamenta-se na Lei de Promoção da Efetiva Utilização e Recursos de 1991, na Lei Fundamental do Ciclo

de Materiais de 2000 e em outras leis, que tenham relação aos fluxos de resíduos, que tenham sido promulgadas desde os anos 1990 (ERCA, 2010).

A partir dos anos 2000, o Japão vem adotando uma abordagem proativa em relação à gestão de resíduos, focando na redução dos resíduos sólidos encaminhados aos aterros, visto a falta de espaço disponível, o aumento na produção de resíduos, a crescente complexidade e perigo dos resíduos e seus recursos naturais limitados (SMA, ISWA, ABRELPE, 2013). Sua estratégia, é utilizar a Política dos 3Rs (Reduzir, Reutilizar, Reciclar), não considerando os resíduos como coisas rejeitadas, mas como recursos valiosos. Sua abordagem estratégica é baseada basicamente em quatro fatores principais, sendo progressos tecnológicos em incineração e em reciclagem de plásticos; rotulagem abrangente das embalagens do fluxo de reciclagem da produção; e ampla participação dos consumidores e residências na reciclagem bem como na separação de materiais.

Culturalmente, no Japão, os 3Rs refletem o espírito de Mottainai, uma expressão antiga que o povo japonês utiliza quando alguém desperdiça algo), transmitindo arrependimento pelos recursos que se transformam em resíduos sem alcançar sua utilidade total (KOZIMA, 2011). Dessa forma, a política japonesa de gestão de resíduos e reciclagem aborda três tendências principais: as responsabilidades dos negócios que geram resíduos; o conceito de Responsabilidade Estendida do Produtor (REP); e a colaboração entre os interessados engajados na gestão de resíduos (MINISTRY OF THE ENVIRONMENT, 2006).

Feita uma abordagem em relação ao Japão e a EU em relação ao tratamento de seus resíduos sólidos, apresenta-se, a Gestão de Resíduos Sólidos no Brasil.

### **1.5.1 A Gestão dos Resíduos no Brasil**

No Brasil, após vinte e um anos de discussões no Congresso Nacional, houve a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, marcando o início de uma junção entre três entes federados – União, Estados e Municípios, o setor produtivo e a sociedade em geral – na busca de soluções aos problemas da gestão de resíduos sólidos, levando em consideração que isso compromete a qualidade de

vida dos brasileiros. “A aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos qualificou e deu novos rumos à discussão sobre o tema” (MMA, 2018, s/p).

No ano de 2010, mais especificamente a partir de agosto, a sociedade como um todo – cidadãos, governos, setor privado e sociedade civil organizada – começou a ser responsável pela gestão adequada dos resíduos sólidos. Desde então, cada cidadão se tornou responsável não apenas pela disposição correta de seus resíduos gerados, como também se torna de grande importância repensar seu papel como consumidor. Já o setor privado, se tornou responsável pelo gerenciamento correto dos resíduos sólidos, por incorporar estes novamente na cadeia produtiva e por inovações de produtos, trazendo benefícios socioambientais. Quanto aos governos federal, estaduais e municipais, estes detêm a responsabilidade de elaborar e implementar os planos de gestão de resíduos sólidos, assim como outros instrumentos previstos na PNRS (MMA, 2018).

Almejando soluções na área de resíduos sólidos, a sociedade passa a querer mudanças, tendo como motivação os elevados custos socioeconômicos e ambientais. Nesse contexto, pode-se perceber, que se os resíduos sólidos forem manejados adequadamente, os mesmos obtêm valor comercial podendo ser utilizados como matéria-prima ou insumos. Assim, a implantação de um Plano de Gestão pode refletir de forma positiva no âmbito social, ambiental e econômico, pois dessa forma, não só irá diminuir o consumo dos recursos naturais, como pode oportunizar a abertura de novos mercados, gerando trabalho, emprego e renda, conduzindo à inclusão social e minimizando os impactos ambientais decorrentes da disposição inadequada dos resíduos (MMA, 2018).

Levando em consideração a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, destacando a gestão integrada destes resíduos, é fundamental o desempenho dos catadores de matérias reutilizáveis e recicláveis. De forma geral, eles desempenham as atividades de “coleta seletiva, triagem, classificação, processamento e comercialização dos resíduos reutilizáveis e recicláveis, contribuindo de forma significativa para a cadeia produtiva da reciclagem” (MMA, 2018, s/p). Muitas vezes, realizam seu trabalho em condições precárias, sendo de forma individual como autônomo, estando nas ruas ou em lixões, ou ainda de forma coletiva, estando organizados em cooperativas ou associações (MMA, 2018).

A atividade profissional de catador de material reutilizável e reciclável é reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego desde 2002, e sua atuação contribui aumentando a vida útil de aterros sanitários, bem como diminuindo a demanda de recursos naturais, pois fornece às indústrias recicladoras, resíduos que serão reinseridos em outras cadeias produtivas, substituindo o uso de matérias-primas virgens (MMA, 2018).

Por isso, a Política Nacional de Resíduos Sólidos destaca a importância dos catadores na gestão integrada dos resíduos sólidos, reconhecendo os resíduos sólidos reutilizáveis como um bem de valor econômico e social, que gera trabalho e renda e promove a cidadania. Esta política, ainda incentiva a formação e o desenvolvimento de cooperativas ou associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, dando prioridade à sua participação nos sistemas de coleta seletiva e logística reversa. Com isso, destaca-se a Lei nº 11.445/2007, onde foram estabelecidas diretrizes nacionais para o saneamento básico, sendo definida a “contratação de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, por parte do titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, dispensável de licitação” (MMA, 2018, s/p).

Apoiar o fortalecimento da organização produtiva dos catadores em cooperativas e associações seguindo princípios de autogestão, economia solidária e acesso a oportunidade trabalho decente, se torna fundamental para acrescentar na atuação desta categoria profissional, oportunizando a geração de renda pela comercialização em rede, a prestação de serviços, entre outros. Inúmeras conquistas já foram alcançadas, fortalecendo a atuação dos catadores, melhorando suas condições de trabalho, e assim contribuindo para o aprimoramento de sua atuação na implementação da PNRS. Diante disto, o governo federal tem apoiado a promoção do fortalecimento das cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, por intermédio de um conjunto de ações realizadas por diferentes órgãos, articulando e integrando ações de cunho social, ambiental e de ordem econômica (MMA, 2018).

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2018), em 11 de setembro de 2003 foi instituído o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo, sendo renomeado e reestruturado pelo Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010, tornando-se o Comitê Interministerial para Inclusão Social

e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis – CIISC. O comitê é coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República e é composto por representantes não só de vários ministérios, como do Meio Ambiente, Desenvolvimento Social, entre outros, como também de Bancos estatais e Institutos. Em mesmo Decreto que o CIISC, e coordenado por este, foi instituído o Programa Pró-Catador, com o intuito de promover e integrar ações do governo federal voltadas aos catadores, visando apoiar melhorias nas condições de trabalho, bem como, a ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos. Existem ainda outros programas que visam estruturar e fortalecer as redes de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, enquanto empreendimentos solidários, como por exemplo o Projeto Cataforte, e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) – Modalidade Pronatec Catador, que oferece cursos aos catadores. E existe ainda a coleta seletiva solidária, que “estabelece a separação, na fonte geradora, dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, para destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis” (MMA, 2018, s/p).

Houveram alguns decretos de 2006 à 2010, que foram considerados um marco legal referente à atuação dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis na gestão integrada dos resíduos sólidos, dentre eles, o Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, sendo destinado às associações e cooperativas dos catadores; a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, alterando a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, tornando dispensável a licitação na contratação de cooperativas ou associações para se fazer a coleta, o processamento e a comercialização dos resíduos sólidos urbanos recicláveis; a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; o Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010, que institui o Programa Pró-Catador; entre outros (MMA, 2018). Foi a partir da Lei 12.305/2010, que o termo lixo foi substituído por resíduos, os quais devem voltar à cadeia produtiva, ou rejeito, sendo o material descartado que não pode ser reaproveitado e que precisa ter a

disposição final adequada, dependendo de sua classificação, conforme será abordado posteriormente.

Nesse contexto, cabe lembrar a importância da coleta seletiva, sendo esta, uma coleta diferente, onde os resíduos são previamente separados de acordo com sua constituição ou composição. Dessa forma, os resíduos com características semelhantes são selecionados pelo gerador, podendo este ser o cidadão, uma empresa ou outra instituição, e posteriormente, disponibilizados para a coleta separadamente.

De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a implantação da coleta seletiva é obrigação dos municípios e metas referentes à coleta seletiva fazem parte do conteúdo mínimo que deve constar nos planos de gestão integrada de resíduos sólidos dos municípios (MMA, 2018, s/p).

Assim, fazer a separação do material se faz importante, pois “cada tipo de resíduo tem um processo próprio de reciclagem” (MMA, 2018, s/p). Quanto mais tipos de resíduos sólidos forem misturados, mais cara e menos inviável se tornará sua reciclagem, pois há maior dificuldade em separar esses materiais de acordo com sua constituição ou composição. Por exemplo: o processo industrial de reciclagem de uma lata de alumínio, é diferente da reciclagem de uma caixa de papelão, e assim acontece com os demais tipos de materiais.

Foi em virtude disto, que a Política Nacional de Resíduos Sólidos determinou que a coleta seletiva dos municípios brasileiros deve, no mínimo, conter a separação entre resíduos recicláveis secos e rejeitos.

Os resíduos recicláveis secos são compostos, principalmente, por metais (como aço e alumínio), papel, papelão, tetrapak, diferentes tipos de plásticos e vidro. Já os rejeitos, que são os resíduos não recicláveis, são compostos principalmente por resíduos de banheiros (fraldas, absorventes, cotonetes...) e outros resíduos de limpeza (MMA, 2018, s/p).

Vale lembrar, que ainda existe outra classificação dos resíduos, os resíduos orgânicos. Estes, são restos de alimentos e resíduos de jardim, como folhas secas, podas, etc. Os mesmos não devem ser misturados a outros tipos de resíduos, pois podem prejudicar a reciclagem dos materiais secos, além disso os resíduos orgânicos podem ser reciclados e transformados em adubo com toda segurança em um processo simples chamado de compostagem. Em virtude disto, alguns municípios vêm utilizando a separação de seus materiais em três partes: os recicláveis secos, os resíduos orgânicos e os rejeitos. Quando é adotado esse tipo de coleta, os materiais recicláveis secos que são coletados, na maioria das vezes

são transportados para suas centrais ou galpões onde é realizada a triagem de resíduos, sendo separados de acordo com sua composição e vendidos a uma indústria de reciclagem. Já os resíduos orgânicos são geralmente tratados para sua transformação em adubo orgânico. O que sobra, são os rejeitos, que são enviados para aterros sanitários.

A Lei 12.305/2010, foi a lei que instituiu dezoito instrumentos por meio dos quais a Política Nacional de Resíduos Sólidos é implementada, dentre eles estão os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos e os planos estaduais de resíduos sólidos. Segundo a SEMA (2018) a legislação brasileira atual, ao qual foi instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, Lei Federal 12.305/2010, “tem como instrumentos os Planos de Resíduos Sólidos que englobam planos nacional, estaduais, regionais, microrregionais, intermunicipais e municipais”. Elaborar esses planos, assim como revisá-los são requisitos para que a administração possa acessar os recursos financeiros destinados à gestão dos resíduos sólidos.

Por esse motivo, em dezembro de 2011, a Secretaria do Meio Ambiente - SEMA/PR assinou contrato com a Caixa Econômica Federal, para a utilização dos recursos do Ministério do Meio Ambiente para elaborar o Plano de Regionalização, onde foi tratado especificamente os resíduos sólidos urbanos. Segundo a SEMA (2018), o Plano Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos do Paraná – PERS/PR é considerado um instrumento de tamanha importância no que diz respeito ao processo de planejamento da gestão resíduos sólidos no Estado, pois além de contemplar os resíduos sólidos urbanos, ainda irá conter os resíduos de saúde, construção civil, transporte, mineração, saneamento, industriais e agrossilvopastoris. O PERS/PR tem vigência por prazo indeterminado e atuará por 20 anos tendo sua revisão a cada 4 anos, sendo que todos os municípios do Estado do Paraná serão contemplados (SEMA, 2018).

Em relação aos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, Lei nº 12.305/2010, os mesmos determinam em seu art. 8º um rol de instrumentos tratados como necessários para que se alcance os objetivos da política. Nessas novas definições, diretrizes e exigências estabelecidas pela PNRS, os planos de resíduos sólidos são criados

como uma ferramenta de planejamento para que o setor público possa se estruturar em relação à gestão dos resíduos sólidos.

Esses planos trazem como inovação, que o escopo de planejamento não deve tratar apenas dos resíduos sólidos urbanos (domiciliares e limpeza urbana), e sim de uma ampla variedade de resíduos sólidos, que são os descritos no art. 13 da Lei: domiciliares; de limpeza urbana; de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços; dos serviços públicos de saneamento; industriais; de serviços de saúde; da construção civil; agrossilvopastoris; de serviços de transportes e de mineração (MMA, 2018, s/p).

Os planos de resíduos sólidos devem incorporar desde a geração do resíduo, com a identificação do ente gerador, até a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, tendo a responsabilização do setor público, titular ou concessionário, do consumidor, do cidadão e do setor privado na adoção de soluções que diminuam ou coloquem fim aos efeitos negativos para a saúde pública e para o meio ambiente em cada fase do “ciclo de vida” dos produtos. Além disso, a PNRS determina a possibilidade que o PGIRS tenha conteúdo simplificado para municípios de pequeno porte, com menos de 20.000 habitantes, sendo apurado com base no censo mais recente do IBGE. Porém, essa condição não se aplica à municípios que integrem áreas de especial interesse turístico; aqueles inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional; e onde o território abranja, total ou parcialmente, Unidades de Conservação (MMA, 2018).

Importante mencionar, ainda, que a PNRS, estabeleceu que a elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, até 02 de agosto de 2012, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, destinando esse recurso a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos. Porém, ter um plano concluído, aprovado e em conformidade com o mínimo previsto, é condição necessária, mas não suficiente para formular o pedido por recursos. Deve-se, por exemplo, “que o objeto do pleito esteja contemplado pelo plano (MMA, 2018, s/p).

Dessa maneira, sob a visão do órgão que concede os recursos públicos, como por exemplo, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério das Cidades, a Funasa, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o BNDES, entre outros, os pleitos devem ser validados pelo órgão federal mobilizado que, apoiado pelos princípios da discricionariedade, conveniência e oportunidade, irá verificar, no plano

de gestão proposto, além do conteúdo mínimo previsto na lei, se o objeto do pleito está identificado no plano; se há previsão de atender a essa necessidade; se há definição clara das responsabilidades; e se há condições operacionais e previsão de recursos financeiros para a manutenção e/ou continuidade desta atividade (MMA, 2018).

Por meio de programas federais de apoio à elaboração de planos intermunicipais, metropolitanos e municipais de resíduos sólidos, e por meio de esforços próprios, aproximadamente 33,5% dos municípios (representando 1.865 municípios) declararam possuir Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nos termos estabelecidos pela PNRS, segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC (IBGE, 2013 s/p).

Diante disso, tendo como objetivo apoiar e induzir processos de planejamento para a gestão integrada dos resíduos sólidos, o Ministério do Meio Ambiente, por meio do Departamento de Ambiente Urbano da Secretária de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, oferta curso gratuito de ensino à distância (EaD) intitulado “Orientações para elaboração de Plano Simplificado de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PSGIRS para municípios com população inferior a 20 mil habitantes” (MMA, 2018, s/p). Esse curso mostra sugestões metodológicas que permitem que os técnicos de pequenos municípios, sendo estes, maioria no Brasil, possam desenvolver seus planos municipais de resíduos sólidos. Nos últimos anos, foram disponibilizadas cerca de 2.900 vagas, sendo que 2.490 foram preenchidas no ano de 2014.

### **1.5.2 A Problemática dos Resíduos Sólidos no Brasil**

Existe uma problemática de muitos anos envolvendo a gestão de resíduos sólidos no Brasil. De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2008 (MMA, 2018, s/p):

99,96% dos municípios brasileiros têm serviços de manejo de Resíduos Sólidos, mas 50,75% deles dispõem seus resíduos em vazadouros; 22,54% em aterros controlados; 27,68% em aterros sanitários. Esses mesmos dados apontam que 3,79% dos municípios têm unidade de compostagem de resíduos orgânicos; 11,56% têm unidade de triagem de resíduos recicláveis; e 0,61% têm unidade de tratamento por incineração. A prática desse descarte inadequado provoca sérias e danosas consequências à saúde pública e ao meio ambiente e associa-se a triste quadro socioeconômico de um grande número de famílias que, excluídas socialmente, sobrevivem dos "lixões de onde retiram os materiais recicláveis que comercializam.

Comparando com a situação institucional atual, é possível verificar que o quadro também é negativo, porém encontra-se em fase de alteração. A maioria das Prefeituras Municipais ainda não possuem recursos técnicos e financeiros para solucionar os problemas referentes à gestão de resíduos sólidos. Muitas vezes são ignoradas possibilidades de estabelecer parcerias com segmentos que necessitariam ser englobados na gestão e na busca de possibilidades para a implementação de soluções. Em raras vezes se utiliza de alternativas e vantagens da cooperação com os demais entes federados por intermédio do estabelecimento de consórcios públicos nos moldes previstos pela Lei de Saneamento Básico e de seus respectivos decretos de regulamentação. Ainda percebe-se que frequentemente existe a execução de ações relacionadas aos resíduos sólidos sem que haja um prévio e adequado planejamento técnico-econômico, agravando cada vez mais a situação devido a falta de regulação e controle social no setor (MMA, 2018). Assim, diante dessa problemática, torna-se ainda mais importante a implementação da PNRS.

## 1.6 A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Foi a Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Essa lei é bastante atual e tem instrumentos de suma importância para que se tenha o avanço necessário ao País no que tange os principais problemas ambientais, sociais e econômicos que advém do manejo inadequado dos resíduos sólidos. Ela prenuncia a prevenção e a redução no que diz respeito à geração de resíduos, e sua proposta é a prática de hábitos de consumo sustentável, bem como um conjunto de instrumentos para permitir o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos, sendo esses resíduos de valor econômico e que podem ser reciclados ou reaproveitados. Também garante a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos, que são os resíduos que não podem ser reciclados ou reutilizados.

A mesma lei, institui ainda a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos: “fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, o cidadão e titulares de serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos na Logística Reversa

dos resíduos e embalagens pós-consumo e pós-consumo” (MMA, 2018, s/p), criando metas de grande importância que contribuirão para a extinção dos lixões, instituindo instrumentos de planejamento nos níveis nacional, estadual, microregional, intermunicipal e metropolitano e municipal. Além disso, impõe que os particulares elaborem seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Nesse sentido, o Brasil fica em um patamar de igualdade aos principais países desenvolvidos no que diz respeito ao marco legal, inovando com a inclusão de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, sendo na Logística Reversa, bem como na Coleta Seletiva de materiais.

No Brasil, houveram alguns marcos em relação aos resíduos sólidos, como por exemplo em 1991, quando surgiu o projeto de Lei 203, que dispõe sobre acondicionamento, coleta, tratamento, transporte e destinação dos resíduos de serviços de saúde; em 2001 quando a Câmara dos Deputados criou e implementou a Comissão Especial da Política Nacional de Resíduos objetivando apreciar as matérias contempladas nos projetos de lei apensados e formulando uma proposta substitutiva global. Porém, quando se encerrou a legislatura, a Comissão foi extinta. Em 2001, foi ainda realizado o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis em Brasília, contendo catadores, técnicos e agentes sociais de 17 estados, onde foi promovida a 1ª Marcha Nacional da População de Rua. Em 2003 foi realizado, o I Congresso Latino-Americano de Catadores, em Caxias do Sul, onde foi proposto a formação profissional, erradicação dos lixões, responsabilização dos geradores de resíduos. No mesmo ano, o Presidente Lula instituiu Grupo de Trabalho Interministerial de Saneamento Ambiental buscando promover a integração das ações de saneamento ambiental, no âmbito do governo federal. Em 2004, o MMA promoveu grupos de discussões interministeriais e de secretarias do ministério para que se elaborasse uma proposta para a regulamentação dos resíduos sólidos. Foram ainda realizados seminários regionais de resíduos sólidos, promovidos pelo Conama, Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades, entre outras entidades e organizações afins, como por exemplo o Fórum Lixo & Cidadania e Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Lixo.

Em março de 2010, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou substitutivo ao Projeto de Lei 203/91, do Senado, instituindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos e impondo obrigações aos empresários, governos e cidadãos no que tange

o gerenciamento dos resíduos. Em agosto do mesmo ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a lei que criou a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Ainda em agosto, foi publicado o Decreto nº 7405, que institui o Programa Pró-Catador:

denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências (MMA, 2018, s/p).

Isso mostra o quão importante e longa é essa luta pela adequada gestão de resíduos sólidos no Brasil. Tendo em vista que já se caminhou muito, ainda há grande necessidade de melhora, visto que o Brasil ainda não é exemplo de reutilização e reciclagem de resíduos em relação a outros países do mundo.

### **1.6.1 Um Breve Histórico da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada**

Tudo começou a partir de 2004, quando o Ministério do Meio Ambiente concentrou esforços elaborando uma proposta para que fossem criadas diretrizes gerais aplicáveis aos resíduos sólidos no País com o intuito de instituir uma Política Nacional de Resíduos Sólidos. Primeiramente, foi estabelecido um grupo de discussão interministerial sobre o assunto. Posteriormente, o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA promoveu um seminário intitulado "Contribuições à Política Nacional de Resíduos Sólidos", objetivando formular propostas de projeto de lei do governo federal onde pudesse incorporar subsídios colhidos nos diferentes setores da sociedade ligados à gestão de resíduos sólidos. A partir disso, o Ministério do Meio Ambiente – MMA criou grupo de discussão que consolidou e sistematizou as contribuições e os anteprojetos de lei sobre o assunto. Dessa forma foi elaborada uma proposta de anteprojeto de lei da "Política Nacional de Resíduos Sólidos", sendo debatida entre todos os Ministérios com temáticas correlatas e a proposta final sendo discutida com a sociedade nos "Seminários Regionais de Resíduos Sólidos - Instrumentos para Gestão Integrada e Sustentável", promovidos juntamente com os Ministérios do Meio Ambiente, das Cidades, da Saúde, Fundação Nacional de Saúde – FUNASA e Caixa Econômica Federal, resultando

em uma nova proposta, que foi levada à Casa Civil em dezembro de 2005 (MMA, 2018).

Vale lembrar que desde 1991, tramitava no Congresso Nacional - na Câmara dos Deputados - o PL no 203/91, que falava sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde. Assim, em julho de 2006, a Comissão Especial criada para avaliar esse Projeto de Lei aprovou seu substitutivo. Porém, a versão não englobava várias questões discutidas no âmbito do governo federal, juntamente com a sociedade e ao setor produtivo, sendo rediscutido após dezembro de 2005 entre os Ministérios ligados ao tema, acordando uma proposta final. Em setembro de 2007, o governo encaminhou o anteprojeto à Câmara dos Deputados, sendo editado como Projeto de Lei no 1991/2007 e apensado e incorporado a outros projetos relacionados e que já tramitavam na Câmara Federal e foram apensados ao PL 203/91, mais antigo. Dessa forma, o MMA, como coordenador do Programa de Resíduos Sólidos no Plano Plurianual – PPA do Governo Federal, por meio de outras Secretarias lidera o processo de construção da proposta de Política Nacional de Resíduos Sólidos junto aos demais órgãos da esfera federal (MMA, 2018).

Prosseguindo, em junho de 2008, instituiu-se a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados o Grupo de Trabalho de Resíduos. Com isso, foram realizadas audiências públicas, visitas, debates e reuniões técnicas externas e, em junho de 2009, foi apresentada a "Minuta de Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao PL 203/1991 e seus apensos", sendo aprovada pelo Plenário da Câmara e encaminhada ao Senado Federal, onde foi também aprovada, com uma alteração pequena. Em 2010, o mesmo texto que fora aprovado pelo Congresso Nacional foi sancionado pela Presidência da República, sem nenhum veto. Assim sendo a Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010, instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, foi então publicada no Diário Oficial da União. Por fim, na EXPO CATADORES 2010, em dezembro de 2010 na cidade de São Paulo - SP, o ex-Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, assinou o Decreto Nº 7404/2010, regulamentando a Lei no 12.305/2010 (MMA, 2018).

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, o município passou a ser um ente federativo autônomo, dotado de competências próprias, independência administrativa, legislativa e financeira, sendo, portanto, o detentor da titularidade dos

serviços de limpeza urbana e toda a gestão e manejo dos resíduos sólidos, desde a coleta até a sua destinação final. No entanto, mesmo que existam normas que interpelam a temática dos resíduos sólidos, principalmente Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, ainda não existe um instrumento legal que estabeleça diretrizes gerais aplicáveis aos resíduos sólidos no País, para assim orientar Estados e Municípios na gestão adequada desses resíduos (MMA, 2018).

A Lei sancionada compreende conceitos modernos em relação à gestão de resíduos sólidos, trazendo ferramentas novas à legislação ambiental brasileira. Ressaltam-se alguns desses aspectos, como por exemplo o Acordo Setorial: sendo o acordo firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, visando a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto; a Responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: é o conjunto de atribuições dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e serviços públicos, visando a minimização do volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, assim como a redução dos impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos; a Logística Reversa: sendo um instrumento de desenvolvimento econômico e social, cujas ações, procedimentos e meios são destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos; a Coleta seletiva: sendo a coleta de resíduos sólidos previamente segregados; o Ciclo de Vida do Produto: que tem uma série de etapas envolvendo desde o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo até a disposição final; o Sistema de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos - SINIR: que objetiva armazenar, tratar e fornecer informações que apoiem as funções ou processos de uma organização; os Catadores de materiais recicláveis: incentivando os mecanismos que fortaleçam a atuação de associações ou cooperativas, sendo fundamental na gestão dos resíduos sólidos; os Planos de Resíduos Sólidos: englobando tanto o Plano Nacional de Resíduos Sólidos quanto os planos estaduais, microrregionais, de regiões metropolitanas, planos intermunicipais, municipais de gestão integrada de resíduos sólidos e os planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Para os municípios que integram arranjos regionalizados para a gestão integrada dos resíduos sólidos, a PNRS possibilita de elaboração de um único Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, dispensando a elaboração de planos individualizados para cada município, desde que esse plano intermunicipal contemple o conteúdo mínimo previsto na Lei. A PNRS ainda estabelece, prioridade aos municípios que optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos no que tange o acesso aos recursos da União, estando incluso a elaboração e implementação de plano intermunicipal (MMA, 2018).

Assim sendo, pode-se observar que a lei induz os municípios brasileiros a estarem nos processos de planejamento coletivo para a gestão integrada dos resíduos, principalmente os municípios de pequeno porte, onde poderão viabilizar e racionalizar o manejo dos resíduos gerados em seus territórios. Dessa forma, o apoio do Ministério do Meio Ambiente aos planos intermunicipais de resíduos sólidos é considerado uma ferramenta de consolidação dos arranjos intermunicipais, devido a criação de um canal de diálogo, compromissos e acordos firmados em relação aos planos. A participação dos governos estaduais neste processo favorece a aproximação da União, estados e municípios na interlocução interfederativa para a implementação da PNRS (MMA, 2018).

É importante lembrar, que existe o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos, Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos – SINIR, sendo um dos Instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), onde a PNRS está basicamente ancorada e a evolução de sua concepção envolve “o Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente (SINIMA) e o Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento Básico (SINISA), atual SNIS coordenado pelo Ministério das Cidades” (MMA, 2018, s/p).

### **1.6.1 Formulação, negociação e implementação do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos da cidade de Maringá – PR**

A gestão dos resíduos sólidos urbanos está em um momento de transição, sendo proporcionados pelo marco regulatório do setor, abrangendo leis e diretrizes de saneamento básico e instituindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Para

que se faça o descarte adequado dos resíduos Reis, Mattos e Silva (2016) mostram que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº. 12.305 (BRASIL, 2010), da Presidência da República, caracteriza um marco legal da gestão e do manejo dos resíduos sólidos, pois ela oferece diretrizes para a gestão e para o gerenciamento de resíduos, destacando a adoção de práticas hierárquicas como: a não geração, a redução na fonte geradora, seguida pela reutilização, reciclagem e por último, o tratamento e a disposição final adequada dos resíduos.

É visto que a gestão e a disposição inadequada dos resíduos sólidos provocam impactos socioambientais, como: degradação do solo, poluição dos corpos hídricos, intensificação de enchentes, poluição atmosférica, proliferação de insetos vetores de doenças e catação em condições insalubres (BESEN et al., 2010 apud REIS, MATTOS E SILVA 2016).

Para Godoy (2013), as prefeituras são os órgãos que possuem maior participação e responsabilidade na gestão dos resíduos sólidos urbanos. Ultimamente, a ação municipal nas vias social e ambiental foi motivada sendo descentralizadas nas atribuições e competências das esferas federal e estadual para a municipal, sendo justificada por estarem mais próximos da população. Assim, é de responsabilidade dos municípios a elaboração e implementação de seus Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, sendo que, somente desta forma, terão acesso aos recursos e incentivos financeiros que são destinados à limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos.

O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos da cidade de Maringá cumpre a Lei Federal nº 12.305, de 02.08.2010, e a Lei Municipal nº 10.366/2016 de 21.12.2016. O Ministério Público do Paraná apresentou na Ação Civil Pública uma proposta alternativa à coleta e destinação de resíduos sólidos urbanos para o Município de Maringá, sendo esta, elaborada pelo Instituto Lixo e Cidadania juntamente com segmentos da sociedade civil obtendo o apoio de vários segmentos da sociedade civil organizada. Entre os apoiadores do conteúdo do estudo, estão a Universidade Estadual de Maringá, o Observatório das Metrôpoles e uma série de vereadores à época (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2017).

O objetivo geral do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos é de estabelecer um planejamento das ações de gerenciamento de coleta e destinação dos resíduos sólidos de forma que atenda aos princípios da política nacional e que seja construído por meio de uma gestão participativa, envolvendo a sociedade de maneira organizada no seu processo de elaboração. Este Plano, portanto, visa à melhoria da

salubridade ambiental, a proteção dos recursos hídricos, a universalização dos serviços, o desenvolvimento progressivo e a promoção da saúde (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2017, p. 29).

Assim, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Maringá tem vigência indeterminada e contemplará a atuação de 20 (vinte) anos. A revisão e atualização do mesmo deverá ocorrer, no máximo a cada 4 (quatro) anos, juntamente com a revisão do plano plurianual. Desta forma, o Município poderá executar as ações e programas e atingir as metas e objetivos conforme os prazos previstos (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2017).

Na próxima seção, irei discutir os procedimentos metodológicos da minha pesquisa, onde explicarei como a etnografia, metodologia que escolhi, se torna relevante em meu estudo.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa utiliza a etnografia como metodologia para seu desenvolvimento. Trata-se de um método com pouca utilização nas pesquisas na área de Administração e Estudos Organizacionais, porém, pode-se citar alguns estudos de autores da área que já se utilizaram do método para o desenvolvimento de suas pesquisas, como por exemplo: Neusa Rolita Cavedon, Maria Tereza Flores Pereira, Rafael Alcadipani, Márcia de Freitas Duarte, César Augusto Tureta de Moraes, Marina Dantas de Figueiredo, Letícia Dias Fantinel e Josiane Silva de Oliveira, entre outros.

Sendo também uma metodologia explorada no campo da Administração, a etnografia é um método advindo da Antropologia, podendo trazer algumas dificuldades de adaptação interdisciplinar. Todavia, existe uma flexibilidade saudável na adaptação desse método entre as duas disciplinas, Antropologia e Administração, sem retirar os princípios básicos de cada uma, podendo estas, dialogar entre si (CAVEDON, 1999).

Em termos do campo da Antropologia, Geertz (2013), afirma que a prática da etnografia está relacionada ao estabelecimento de relações entre o pesquisador e o campo, à seleção de informantes, às observações, e à transcrição dos diários de campo, além disso, é de suma importância o mapeamento de campo de estudo. Na prática etnográfica, deve-se ainda haver uma descrição minuciosa dos dados, utilizando-se assim de conceitos trazidos da Antropologia. Assim o relato etnográfico é considerado a análise das construções de outras pessoas.

Já no campo da Administração, mais especificamente nos Estudos Organizacionais, a etnografia mostra algumas peculiaridades. Primeiramente, o contato é feito com um integrante da cúpula, a quem deve-se esclarecer que o método é um tanto quanto invasivo. Existe também um compromisso do pesquisador com o pesquisado em devolver o que foi encontrado na organização. Na Administração, deve-se levar em conta que se a apresentação do etnógrafo for formalizada por quem detém o poder, os trabalhadores podem atrelar sua figura a um representante da administração, podendo comprometer a obtenção dos dados. Por isso, uma possibilidade de entrada em campo, seria o próprio pesquisador, após ser autorizado, estabelecer contato com os pesquisados especificando suas

pretensões na organização. No meio organizacional, muitas informações podem trazer efeitos aos funcionários, como por exemplo demissões, por isso o pesquisador deve sempre ter em mente que está lidando com pessoas e por mais que sua pesquisa tenha relevância, de forma alguma ele pode ser um instrumento que prejudique o pesquisado. Existe ainda a possibilidade de o pesquisador estabelecer um vínculo de amizade com os pesquisados, por esse motivo deve-se ter cuidado com as informações advindas desse contato, para que o pesquisado não se sinta traído pelo uso dessas informações. Com isso, é importante que se tenha ética para lidar com a situação pesquisador-amigo (CAVEDON, 2014).

Vale lembrar, que a etnografia apresenta um tipo característico de escrita, onde se escreve em primeira pessoa, pois “tem como finalidade deixar claro que o pesquisador vivenciou em campo todas as experiências relatadas” (OLIVEIRA 2015, p. 20). Dessa forma, neste trabalho, a escrita etnográfica em primeira pessoa é aplicada na introdução e a partir da seção da metodologia de pesquisa até a última seção, sendo escrita de forma impessoal somente o referencial teórico. Vejo que utilizar a etnografia, método procedente das ciências sociais, se torna essencial na presente pesquisa, uma vez que o campo de estudo é um ambiente que possui grande relevância tanto social e cultural, quanto econômica, e as relações entre o campo e os indivíduos pode interpelar novos conhecimentos sociais. Na próxima seção deste projeto de pesquisa, apresento de forma mais específica como o método etnográfico está sendo apropriado para o desenvolvimento do trabalho de campo.

Sendo assim, esta pesquisa apresenta natureza qualitativa, pois investiga e compreende o processo de des(re)territorialização das Cooperativas de reciclagem da cidade de Maringá a partir da implementação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos. Assim, Denzin e Lincoln (2006, p. 16) dizem que “a pesquisa qualitativa é, em si mesma, um campo de investigação. Ela atravessa disciplinas, campos e temas”. As pesquisas qualitativas são muito utilizadas nos estudos de ambientes sociais, estudando a história, as relações, e as interpretações dos humanos em relação ao que vivem e constroem (MINAYO, 2007). Ainda, Vieira (2004, p. 17) diz que “a pesquisa qualitativa tem historicamente sido mais utilizada em alguns campos específicos de investigação nas ciências sociais” e esse número vem aumentando em outras disciplinas, como a

administração em geral e os estudos organizacionais. O mesmo autor, salienta que esse tipo de análise se baseia em conhecimentos teórico-empíricos que transpõem atribuição de cientificidade.

Para atingir o objetivo proposto, esta pesquisa será do tipo descritiva. Para Triviños (1987, p. 110) “O estudo descritivo pretende descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade”. A pesquisa descritiva busca investigações empíricas, tendo como foco a análise das características como fatos e fenômenos, que acontecem em um local determinado (FIGUEIREDO; SOUZA, 2011). Assim, esta pesquisa será do tipo descritiva, pois irá descrever como ocorreu o fenômeno do processo de (des)(re)territorialização nas Cooperativas, no que diz respeito à implantação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da cidade de Maringá.

## 2.1 MÉTODO E TÉCNICA DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para entender de que forma ocorreu o processo de des(re)territorialização das Cooperativas de Maringá a partir da implementação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos da cidade, é preciso perceber as cooperativas com um olhar que busque a superação da dicotomia e outros dualismos decorrentes da mesma, como por exemplo, a ação versus a estrutura, e o indivíduo versus a sociedade. Para que isso seja possível e haja uma maior aproximação do olhar do pesquisador, a presente pesquisa busca levar o pesquisador ao campo, fazendo-o adquirir novos conhecimentos, percebendo “cheiros, cores, dores e amores” (DAMATA, 1978, p. 24). Por esse motivo, o método que escolhi para chegar a esses sentidos foi o método etnográfico.

A etnografia, teve seu início na Antropologia Social, tendo Bronislaw Malinowski como um dos precursores, iniciando sua pesquisa como trabalho intitulado Argonautas do Pacífico Ocidental, publicado em 1922. No livro, que é base para quem deseja incursionar seus estudos na observação participante, Malinowski faz considerações importantíssimas quanto a forma que conduziu seus estudos entre os nativos das Ilhas dos Mares do Sul por ele estudados e seu sistema de troca. É considerável lembrar, que na época dos estudos de Malinowski o foco dos

estudos eram as sociedades consideradas “simples”, isto é, os povos considerados “exóticos”, subjugados pelo sistema colonialista. As pesquisas eram financiadas pelo governo, que queria ter informações sobre as culturas que eles dominavam, para assim, exercer seu poder sobre elas (CAVEDON 2014).

Para Malinowski (1978) a etnografia tem como um dos objetivos, estabelecer e esboçar padrões e fenômenos culturais dos grupos em estudo. Para isso é necessário, em primeiro lugar, uma relação básica com o ambiente, realizando um levantamento geral dos acontecimentos, fazendo observações e ouvindo. Para além das pesquisas com comunidades tradicionais, como desenvolveu Malinowski, a etnografia também foi incorporada no campo da Administração. Uma das principais autoras da área de Administração que utiliza o método etnográfico, Neusa Cavedon, afirma que:

Fazer etnografia significa viver a cultura a ser pesquisada no seu dia a dia ouvir, ver e observar, sentir aromas, desenvolver o tato, o paladar, estabelecer relações afetivas com os informantes, enfim, realizar uma viagem científica, na qual a vida do pesquisador não permanece imune ao que ele capta no campo (CAVEDON 2014, p. 65).

Assim, quanto mais aberto o pesquisador estiver para novas experiências e vivências, mais ricos serão seus dados e maior será seu ganho de cunho pessoal.

Quase cem anos após a primeira expedição de Malinowski, essas sociedades “simples” foram pouco a pouco dizimadas devido aos processos colonizadores. Assim como a postura dos pesquisadores na condução do trabalho de campo etnográfico, as formas de compreensão do “outro” também foram sendo alteradas. O “exótico” foi sendo desconstruído e o diferente já não estava mais em terras distantes, sendo encontrado no próprio reduto do etnógrafo, tendo o mesmo que estranhar aquilo que lhe era considerado familiar (CAVEDON 2014).

Para Hammersley e Atkinson (1995) a etnografia é vista como um método ou um conjunto de métodos. Normalmente um etnógrafo participa da vida cotidiana das pessoas por um período de tempo considerado longo, tendo a finalidade de entender o mundo em que estes vivem. As metodologias críticas têm ampliado o sentido da etnografia e por esse motivo, este trabalho irá optar pela utilização de uma perspectiva crítica, entendendo de forma mais profunda o processo vivido pelas Cooperativas de reciclagem ao ser implantando um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos na cidade onde se encontram.

Nessa visão, Schwandt (1997) diz que a etnografia crítica se atribui a estudos comprometidos com a crítica cultural, pois aprofundam questões políticas, sociais e econômicas, destacando aspectos relacionados à opressão, conflito, disputas e poder. Esse tipo de estudo, faz crítica às visões das etnografias consideradas tradicionais, as caracterizando como românticas, politicamente conservadoras e com visão limitada. Dessa forma, os etnógrafos críticos, na maioria das vezes, exploram lugares, processos e produtos sociais e culturais, objetivando conhecer desigualdades e, talvez, contribuir na resolução de algum problema de realidade social (MAINARDES e MARCONDES, 2011).

A etnografia nos Estudos Organizacionais foi iniciada no começo do século XX (Cunliffe, 2010). Nas décadas de 1920 e 1930 mais precisamente, uma das pesquisas que marcaram essa apropriação do método etnográfico nesse campo de estudos foi realizado com a orientação de Elton Mayo nos Estudos de Hawthorne (Cunliffe, 2010), onde foram realizadas experiências práticas com trabalhadores, vivenciando o dia a dia de trabalho dos mesmos e descobrindo suas capacidades. Desde este período então, importantes pesquisas em organizações foram feitas a partir da abordagem etnográfica, trazendo grande fascínio e relevância ao campo das organizações. Duarte (2015, p. 127) cita como exemplo:

Tempo de Banana: satisfação no trabalho e interação informal”, de Donald Roy (1958); “Homens que gerenciam”, de Melville Dalton (1959); “A dinâmica da burocracia: O estudo das relações interpessoais em dos órgãos do governo”, de Peter Blau (1963); “Socialização Policial” de John Van Maanen (1975); “Tecnologia como ocasião de estruturação”, de S. Barley (1986); “Cultura de Engenharia” de Guindon Kunda (1992); “Organizando a modernidade”, de John Law (1994); “Falar de máquinas: Uma etnografia de um trabalho moderno”, de Julian Orr (1996); “Vida de Laboratório”, de Bruno Latour e Woolgar (1997) e “Em busca da Gestão: Cultura, caos e controle no trabalho gerencial”, de T. J. Watson (2001).

A utilização do método etnográfico na administração, e especificamente nos Estudos Organizacionais, tem algumas peculiaridades a serem consideradas, devendo ser levado em consideração as diferenças entre a antropologia e a administração nesse sentido, para que dessa forma, ocorra um diálogo entre as ciências, principalmente no que se refere à entrada do pesquisador em campo (CAVEDON 2014).

No Brasil, a etnografia ainda é bem pouco utilizada no contexto organizacional, porém, segundo Alcadipani (2013), pode-se reconhecer que já existe

uma tradição de estudos etnográficos em Administração. Duarte (2015, p. 128) destaca algumas como:

cultura organizacional e vínculos sociais numa marcenaria (Bresler, 1997); vida profissional e afetiva de mulheres permissionárias de viaduto (Ferraz & Cavedon, 2004); cultura organizacional e embodiment numa livraria (FloresPereira, 2007); rituais organizacionais não oficiais, corporeidade e cultura organizacional (Flores-Pereira, Davel & Cavedon (2007); cultura de peritos criminais (Cavedon, 2010); práticas organizativas de uma escola de samba (Tureta, 2011); o comportamento dos trabalhadores móveis, usuários de tecnologias móveis e sem fio em um shopping center (Corso, Cavedon & Freitas, 2011); identidades corporalmente vivenciadas (embodied) numa companhia de dança (Almeida & Flores-Pereira, 2012b); globalização corporalmente vivenciada (embodied) por bailarinos (Almeida & Flores-Pereira, 2012a); micropolíticas de práticas cotidianas em organizações circenses (Oliveira e Cavedon, 2013); a organização de uma oficina ferroviária (Santos, 2014). Alcadipani (2008) é brasileiro, mas realizou pesquisa etnográfica em um jornal inglês.

Para Cunliffe (2010) existem algumas razões para a etnografia não ser tão popular nos Estudos Organizacionais quanto nas ciências sociais. Por exigir que haja imersão e grande envolvimento com o campo, boas etnografias necessitam de tempo, o que é considerado um luxo, levando em consideração as pressões de publicação. Os Etnógrafos precisam ainda lidar com as incertezas, tentando equilibrar necessidades de se estar aberto às sutilezas das experiências e significados locais, o que é encontrado no treinamento acadêmico, que prepara os mesmos para serem disciplinados, estruturados e objetivos nas buscas intelectuais. Existe uma missão difícil nesse campo, no que diz respeito à tradução da experiência etnográfica em textos que façam sentido, tendo significado aos leitores e transmitindo riqueza e complexidade da cultura estudada. Por isso, Alcadipani (2013) mostra casos onde a prática etnográfica pode ser considerada prejudicial para a carreira do pesquisador em uma academia dominada pelo produtivismo, visto que as etnografias organizacionais requerem tempo e fazem com que o pesquisador passe por várias inseguranças em sua caminhada, pois a sua pesquisa pode não dar certo na prática. Porém, o mesmo autor complementa que é a melhor forma de se conhecer as organizações como realmente acontecem, com detalhes e particularidades de cada uma. Nesse caso, fazer uma etnografia, é muito prazeroso e útil para o campo, mas em “uma academia dominada pelo produtivismo, é, antes de qualquer coisa, uma prática de resistência acadêmica” (ALCADIPANI, 2013, p. 15).

Esse é o momento em que se inicia minha pesquisa. O campo de pesquisa nesse estudo foi construído com as sete cooperativas de materiais recicláveis de Maringá, uma cooperativa central, o Fórum Lixo e Cidadania e a associação ARPSOL. Para coletar os dados serão realizadas observação participante, entrevista etnográfica, entrevista semiestruturada e pesquisa documental.

Vale lembrar, que neste trabalho, os Cooperados e os agentes que fizeram parte desta pesquisa não serão expostos com seus próprios nomes, por esse motivo, utilizei de nomes fictícios tanto para as Cooperativas, conforme pode ser observado no quadro 02, quanto para os agentes e cooperados, como pode ser visto no quadro 03. Dessa forma os mesmos não serão identificados. Porém, mantive a Associação ARPSOL, com seu nome próprio.

O Quadro 02 mostra os nomes fictícios e dados das sete cooperativas em estudo, bem como o nome da cooperativa central. Mostra ainda os dados da associação ARPSOL, cujo nome permanece sem modificação. Modifiquei o nome das cooperativas com nomes de materiais recicláveis, utilizando como critério o preço dos materiais, sendo os produtos mais caros o nome das cooperativas mais evoluídas no sentido da administração e dos agentes como o nome de colegas de infância.

**Quadro 02 – Características das Cooperativas de Material Reciclável e associação estudadas nessa pesquisa.**

	COOPERATIVAS	INICIO	QNT.	TRAÇOS
1	COOPER COBRE	2003	32	- Tem bastante espaço físico para dispor os materiais; - Barracão cedido pela prefeitura; - Tem esteira.
2	COOPER PLÁSTICO	2016	21	- Espaço pequeno e os materiais não cabem, ficando do lado de fora da Cooperativa; - Servem aos Cooperados: café da manhã, almoço e café da tarde; - O barracão é alugado pela própria cooperativa; - Não tem esteira.
3	COOPER ALUMÍNIO	1999	25	- Localiza-se no centro da cidade; - O barracão é alugado pela própria cooperativa; - Pouco espaço para dispor os materiais; - Tem esteira.

4	COOPER SUCATA	2005	67	- Tem bastante espaço; - Barracão cedido pela prefeitura; - Está utilizando dois barracões; - Tem esteira.
5	COOPER CACO	2004	18	- Pouco espaço no barracão; - Materiais ficam do lado de fora, atrapalhando entrar; - O barracão é alugado, mas a prefeitura paga o aluguel.
6	COOPER PAPELÃO	2010	83	- O mais distante da área central; - Tem esteira; - Muitas pessoas jovens trabalhando; - Barracão da prefeitura com bastante espaço; - Especializada em um tipo de material, mas recebe todos os tipos.
7	COOPER PAPEL	2001	06	- Barracão era cedido pela prefeitura e é bem grande; - Tinha poucos cooperados; - Tinha esteira; - Tinha grade para não esparramar o material; - Está em mudança de local, por não haver mais contrato com a prefeitura.
	COOPER ISOPOR	2016	12	Cooperativa de segundo grau que compra o material das cooperativas.
	ARPSOL	2010	02	Associação formada por catadores, que apoia e presta assessoria às cooperativas.

Fonte: Santos (2018)

O Quadro 03 mostra os nomes fictícios e informações sobre os agentes com quem mais manteve contato nas cooperativas e associações em estudo. Essas pessoas me deram informações de extrema importância à minha pesquisa.

**Quadro 03 – Nomes fictícios e funções dos indivíduos mais relevantes na pesquisa.**

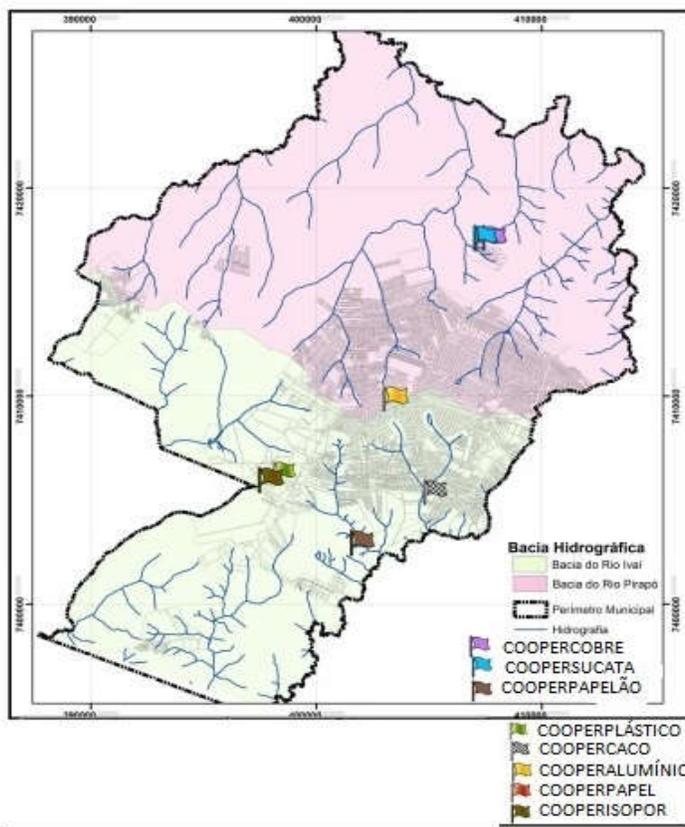
	<b>NOME FICTÍCIO</b>	
1	PATRÍCIA	Presidente da Cooper Papel
2	SUELI	Presidente da Cooper Alumínio
3	JANAÍNA	Cooperada da Cooper Papel que me ensinou a separação de material
4	TAIANE	Cooperada da Cooper Papel

5	DANILO	Prestador de serviço nas cooperativas
6	CRISLAINE	Auxiliar administrativa que auxilia as cooperativas
7	ÉRICA	Colega de quarto
8	ANDRÉ	Cooperado da Cooper Papel
9	MATEUS	Sem identificação
10	TIAGO	Vice-presidente da ARPSOL
11	LUCAS	Advogado da Cooper Papelão
12	MARIZETE	Presidente da Cooper Papelão
13	ISMAEL	Presidente da Cooper Cobre
14	ANA CLAUDIA	Tesoureira da Cooper Cobre
15	EMERSOM	Cooperado da Cooper Papelão
16	FABIANA	Presidente da Cooper Plástico
17	JAQUELINE	Técnica da Cooper Isopor
18	ANA PAULA	Representante do Poder Público
19	DIEGO	Presidente da Cooper Sucata

Fonte: Santos (2019)

A figura 02 mostra os locais onde se encontram as sete cooperativas em estudo, bem como a cooperativa central.

**Figura 02 – Localização das Cooperativas de Maringá**



Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá (2017) – adaptado pela autora

Para fazer os registros dos dados coletados com as observações, serão utilizados os diários de campo. Malinowski chamava a atenção para o registro imediato dos acontecimentos observados em campo, e deveriam ser feitos por meio dos diários de campo. Nele, também deveriam ser registradas as “primeiras impressões, visto que elas podem se esvaír com a aculturação do pesquisador que deixa de notá-las como diferentes ou importantes com o passar do tempo” (CAVEDON, 2014, p. 69).

Minha entrada em campo se iniciou no dia 18 de janeiro de 2018, quando comecei as observações na Cooperpapel, uma das 07 Cooperativas da cidade. Como o principal instrumento de coleta de dados da etnografia é a observação participante, realizei minhas observações de janeiro a abril de 2018. No início, na Cooperpapel, ia a campo uma vez por semana, geralmente no período da tarde e passava o período todo separando material ou ajudando no escritório fechando as contas para fazer pagamento aos cooperados.

A princípio, a pesquisa seria feita em apenas uma Cooperativa, a Cooperpapel, porém, ouve um dilema ético que me levou a refletir sobre a condução do meu estudo. Ao todo, foram 12 idas a campo na referida cooperativa, onde pude mudar completamente minha concepção sobre o “lixo”, e aquilo que era um simples descarte, se tornou para mim meio de sustento para muitas famílias. Em casa eu já separava o que era reciclável do que não era e minha colega de apartamento, Érica, me chamava de “a ambientalmente correta”, mas depois dessa experiência, comecei a fazer essa separação com mais cuidado, pensando que outras pessoas vão ter contato com o resíduo.

Depois de alguns dias em campo comecei a observar que meu campo não poderia ser restrito a uma única organização porque meu objeto circula na cidade, e partir disso, eu adotei a estratégia de seguir meu objeto, o que me levou a adaptar minha construção metodológica, me levando a adotar uma etnografia multilocalizada ou multissituada. Oliveira (2014, p. 101) afirma que “o processo de construção da etnografia está relacionado com a complexidade de construção dos objetos de estudo”. Assim, vendo essa complexidade com relação à (des)(re)territorialização, me atentei que não só a Cooperpapel, mas também as demais cooperativas, passam por esse processo e senti a necessidade de adaptar minha etnografia e iniciar a pesquisa também nas outras cooperativas.

Sendo o objetivo desta pesquisa, compreender o processo de (des)(re)territorialização das Cooperativas de reciclagem de Maringá na luta pela ocupação na cidade, me deparei com uma nova perspectiva de processo de construção desta, e depois de 12 idas à Cooperpapel, resolvi expandir minha visão e optei por fazer uma etnografia multissituada onde minha pesquisa não seria mais em uma, mas em todas as Cooperativas. A etnografia multissituada, para Marcus (1999) é entendida como complementar a expertises preexistentes e, de fato, como antropologia para acadêmicos seniores, não para iniciantes ou projetos iniciais de pesquisa. Marcus (1995) ainda afirma como uma de suas estratégias, que a etnografia multissituada seria acompanhar etnograficamente a movimentação dos atores, dos objetos e também das narrativas por várias perspectivas.

Em minhas idas a campo, na Cooperpapel, muitas vezes ia de carona com o Danilo, que prestava serviço para a Associação de Reciclagem Popular e Solidária – ARPSOL. Em nossas conversas, o Danilo disse que a ARPSOL, seria um bom lugar para que eu fizesse minha pesquisa e pude perceber que fazer a pesquisa lá, me daria acesso as todas as Cooperativas. Foi assim que, no dia 06 de abril de 2018, iniciei minhas observações na ARPSOL.

A Associação de Reciclagem Popular e Solidária – ARPSOL, é uma associação formada por catadores de material reciclável que tem por objetivo apoiar e promover práticas de autogestão e solidariedade, auxiliando as Cooperativas de catadores e catadoras de materiais recicláveis a terem seus direitos garantidos e cumprirem seus deveres. Na ARPSOL, visito as Cooperativas de reciclagem de Maringá, juntamente com a Crislaine (funcionária da ARPSOL) fazendo uma vistoria para verificar quais as mudanças ocorreram ao longo do tempo. As cooperativas foram visitadas de acordo com a necessidade de assistência da ARPSOL. Desde o início fui muito bem recebida, tanto pelo Danilo, quanto pela Crislaine que eram respectivamente técnico terceirizado e assistente administrativa nessa organização. As visitas em todas as cooperativas eram feitas juntamente com a Crislaine, que me apresentava para todas as pessoas, abrindo caminho para minha pesquisa. Estando em campo junto a ARPSOL, consegui adentrar em todas as cooperativas e participar ativamente do Fórum Lixo e Cidadania, onde colhi informações de extrema importância para minha pesquisa enquanto fazia as atas, como já informei anteriormente.

A ARPSOL é também secretaria executiva do fórum Lixo e Cidadania da Região Noroeste do Paraná. O Fórum Lixo e Cidadania começou em nível nacional, tendo na sequência a instalação dos fóruns estaduais, sendo um dos pioneiros o fórum do Estado do Paraná estando há mais de 15 anos ajudando as cooperativas do Estado. O Fórum Lixo e Cidadania de Maringá e Região completou em 2018, oito anos, sendo um espaço de encontro de entidades da sociedade civil, trabalhadores da área dos resíduos, e órgãos públicos que se reúnem ordinariamente de forma itinerante nas instituições de ensino superior para debater as questões dos resíduos sólidos e da cidadania, tendo como foco as questões do trabalho dos catadores de materiais recicláveis, valorizando a organização coletiva do trabalho de catadores em cooperativas e associações, procurando olhar a situação dos catadores nesse sistema, como por exemplo se os mesmos estão trabalhando em condições dignas, se estão sendo contratados pelo município e se estão tendo remuneração adequada para sua sobrevivência.

O trabalho por mim desenvolvido na ARPSOL, começou com minha participação no Fórum Lixo e Cidadania do Noroeste do Paraná para fazer as atas. Após a reunião do fórum ia até o escritório da ARPSOL que fica em uma sala dentro do Sindicato dos Empregados no Comércio de Maringá – SINCOMAR, e fazia a ata, ouvindo o áudio e relendo as anotações. Com minhas observações na ARPSOL, eu ainda círculo pela cidade, em diferentes pontos, visitando as cooperativas e os espaços por elas territorializados, e entendendo todo esse processo de (des)(re)territorialização que ocorre, pois como citado por Oliveira (2016) as pessoas precisam de um local para territorializar-se, obtendo um espaço onde criam sua própria identidade. Porém algumas casualidades podem conduzir a uma situação de ruptura, quebrando a identidade dessas pessoas com o espaço, isto é, desterritorializando-as. Em virtude disto, essas pessoas têm de recriar seu espaço tanto sociocultural quanto econômico, reterritorializando-se. Dessa forma, entendo que essa questão do lixo e das mudanças trazidas pelo plano é multiterritorializada na cidade, ocupando diferentes locais, pois existem, ali, múltiplos tipos de territórios e uma intensificação daquilo que chamamos de multiterritorialidade (HAESBAERT, 2007b).

Dessa forma, analisando as leituras de Souza, Saquet e Haesbaert, desenvolvi meu próprio conceito sobre territorialidade, territorialização, desterritorialização, reterritorialização e multiterritorialidade:

**Quadro 04 – Conceito de Territorialização, desterritorialização e reterritorialização**

Territorialidade	Maneiras humanas, na tentativa de influenciar ou afetar objetos, pessoas e relações numa área delimitada.
Territorialização	Processo resultante de processos sociais de apropriação de territórios por indivíduos ou grupos de forma concreta ou simbólica.
Desterritorialização	Processo de desenraizamento do indivíduo a determinado território.
Reterritorialização	Processo de readaptação do indivíduo tanto a um novo território, quanto a um mesmo território que tenha sofrido modificação.
Multiterritorialidade	Processo onde existem inúmeras territorializações e conseqüentemente a convivência de múltiplos territórios.

Elaborado pela pesquisadora

Nessa multiterritorialidade encontrada, circulam também multinarrativas, existindo uma polifonia destas. Considerando então que meu objeto de estudo seja um objeto que circula na cidade, ocupando diferentes locais, conseqüentemente encontro estas múltiplas narrativas e é visando investigar quais são essas e como elas se entrecruzam nesse território que optei por utilizar a entrevista como técnica para que eu pudesse compreender essa multiterritorialidade, me proporcionando captar as múltiplas narrativas que circulam pelos diferentes locais.

Assim, além da observação, o etnógrafo também pode utilizar-se de outras técnicas de coleta de dados, como por exemplo, a entrevista ou pesquisa documental (WATSON, 2001). Hammersley e Atkinson (1995) salientam que a combinação de observação com entrevistas é considerada uma estratégia importante para os trabalhos etnográficos, pois dados coletados com uma técnica podem ajudar a compreender dados obtidos com a outra técnica. Por esse motivo, essa pesquisa englobou tanto a entrevista etnográfica e a entrevista semiestruturada quanto a pesquisa documental.

Realizei as entrevistas semiestruturadas, também “conhecida como semidiretiva ou semiaberta”, segundo Manzini (2004, p. 02), com alguns dos agentes envolvidos nessa luta, a assistente administrativa da ARPSOL, a Presidente da

ARPSOL que também é presidente de uma das sete cooperativas estudadas, um ex advogado da ARPSOL que esteve engajado nas questões da luta e ainda está, porém, agora representando umas das cooperativas, a presidente da maior cooperativa de Maringá, um representante do Ministério Público do Trabalho, o vice-presidente da ARPSOL que também é presidente de uma das cooperativas da região e esteve presente como catador no Lixão de Maringá, e o Presidente de outra cooperativa estudada que também trabalha com reciclável desde a época do Lixão, acompanhando a luta desde seu início.

Optei por entrevistar esses sujeitos, pois fazendo as observações nesses multilocais (ARPSOL, Cooperativas e Fórum Lixo e Cidadania), consegui perceber o quão importante são essas várias narrativas para entender o processo. Para salientar essa importância, vale lembrar que muitas dessas vozes são silenciadas. Em campo, perguntei para Dona Janaína (funcionária da Cooperativa onde iniciei minha pesquisa) por que ninguém da Cooperativa havia ido na reunião do fórum, e ela me respondeu: “não adianta ir, que não resolve nada mesmo” (diário de campo, 02 de março de 2018). Isso pode demonstrar o quão silenciadas essas vozes já foram para não quererem mais participar de uma reunião onde eles podem falar abertamente sobre os problemas das Cooperativas.

Quando passei a frequentar a ARPSOL, também ia uma vez por semana ou duas vezes na semana se por ventura houvesse visita nas cooperativas. A partir de agosto, após minha banca de qualificação, aumentei minha frequência no campo e passei a ir 3 ou 4 vezes na semana, meio período, pois além de fazer visitas nas cooperativas, eu passei a fazer o balanço financeiro e a prestação de contas da ARPSOL, assim, meu último dia em campo foi em 21 de dezembro de 2018.

Enquanto estava em campo tanto nas cooperativas quanto na ARPSOL, senti a necessidade de fazer alguns questionamentos referente a minha pesquisa para conseguir maiores informações sobre o que eu estava pesquisando. Assim, fui elaborando algumas questões buscando entender mais sobre o processo pelo qual as cooperativas vinham passando. Para ampliar o entendimento de minhas observações optei por utilizar a entrevista etnográfica com alguns cooperados e agentes aos quais tive contato durante a pesquisa, principalmente na ARPSOL, incluindo a informante-chave, que foi uma intermediária na realização da observação participante.

Nas conversas eu geralmente perguntava sobre o trabalho rotineiro e principalmente como era o trabalho nos anos anteriores. Todos se sentiam bem à vontade para me contar como que era antes, o que tinha melhorado e o que tinha piorado em relação a coleta, disposição e separação do material reciclável. Geralmente eu fazia as perguntas às pessoas que eu tinha mais contato, pois já havia uma relação de confiança e coleguismo com estes e isso me fazia desinibida para fazer qualquer tipo de pergunta.

Assim, informações advindas das entrevistas interessam ao detalhamento das técnicas qualitativas e para isso escolhi a entrevista etnográfica. Para Heyl (2007) a definição de entrevista etnográfica, inclui projetos nos quais os pesquisadores estabelecem relacionamentos respeitosos e contínuos com os entrevistados, incluindo uma afinidade suficiente para que haja uma verdadeira troca de pontos de vista. Dessa forma, as observações, ampliariam a compreensão do que foi relatado nas entrevistas atuando de maneira a identificar temas a serem explorados ou até mesmo dúvidas a serem esclarecidas com maiores detalhes nas entrevistas.

Nas entrevistas etnográficas, os pesquisadores estabelecem relacionamentos respeitosos e contínuos com os entrevistados, havendo afinidade suficiente para verdadeira troca de pontos de vista. Assim, “ambos os fatores do tempo - duração e frequência de contato - e a qualidade do relacionamento emergente ajudam a distinguir entrevistas etnográficas de outros tipos de entrevistas” (HEYL, 2007, p. 369). Dessa forma, o entrevistador pode moldar suas perguntas se voltando para o foco da pesquisa. Pesquisadores salientam que esse tipo de entrevista envolve uma forma complexa de interação social com os entrevistados e que os dados das entrevistas são co-produzidos nessas interações. O autor diz ainda, que a entrevista etnográfica vem sendo utilizada há muitos anos pela sociologia como forma de esclarecer experiências pessoais, as dinâmicas interpessoais e os significados culturais dos participantes em seus mundos sociais. Assim, as entrevistas são vistas como uma conversa entre entrevistador e entrevistado e o conhecimento produzido através dessa conversa é fruto de uma interação, diferenciando a entrevista etnográfica dos demais tipos de entrevista.

Para análise dos dados, utilizarei a analítica interpretativa, empregando como base as articulações entre o teórico, o êmico e o ético. A interpelação teórica, diz respeito aos conceitos encontrados referentes ao tema estudado. A abordagem ética

concerne a uma interpretação de aspectos de uma cultura diferente, iniciando nas categorias dos que a observam, os próprios pesquisadores e/ou investigadores. No entanto, a abordagem êmica busca entender determinada cultura tendo como base as referenciais dela própria (ROSA; OREY, 2012).

Dessa forma, serão feitas interpretações dos diários de campo escritos durante a observação participante, bem como serão analisadas as entrevistas.

### 3. ENTRADA EM CAMPO

#### 3.1 TRAJETÓRIA ETNOGRÁFICA

Antes de fazer o processo seletivo no mestrado da Universidade Estadual de Maringá – UEM e pensar em estudar resíduos sólidos, eu já tinha um certo comprometimento com a separação do material reciclável, pois na cidade onde eu morava antes de vir para Maringá, a cidade de Paranavaí, há grande preocupação com a separação e é realizada educação ambiental com distribuição de panfletos e prêmio aos bairros que melhor fazem a separação do material. Quando fiz o processo do mestrado, não imaginava que iria trabalhar nessa vertente, mas ainda assim separava o material de forma simples, em casa. Depois que passei nos processos seletivos do mestrado e da bolsa, tive que vir morar em Maringá e minha colega de apartamento teve que se acostumar a separar o material seco e úmido.

Cheguei na cidade de Maringá em abril de 2017 para início do ano letivo no mestrado. Estava procurando lugar para morar na zona 07, pois era mais próximo da Universidade e tinha uma concepção de que a cidade de Maringá era ótima para se viver, visto que havia sido eleita a melhor em comparação com 100 municípios brasileiros com mais de 266 mil habitantes (ODIARIO, 2017) e eu só conhecia as regiões centrais da cidade, desconhecendo qualquer parte da periferia. Assim, tinha uma noção de que a cidade tinha essa qualidade de vida para todos que nela moravam.

Quando me mudei, notei que a cidade se caracterizava por seus lugares bonitos e turísticos, geralmente nas áreas centrais, mas que nas ruas, dispersos e invisíveis estavam alguns de seus moradores mais comuns. Notei que na cidade haviam alguns elementos que a caracterizava como cidade Universitária, principalmente no bairro onde vim morar, a Zona 07. A rua Paranaguá é um desses elementos, pois ali encontram-se muitos bares e uma quantidade considerável de jovens universitários que moram no mesmo bairro e em outros. Outro elemento, inclusive muito marcante para mim, foi o “aroma diferente” que era característico da juventude brasileira. Segundo Coutinho, Araújo e Gontiès (2004) a demanda, principalmente dos jovens na utilização de substâncias psicoativas aumentou significativamente nas últimas décadas e seu consumo tem ligações nas diversas

esferas da sociedade, envolvendo uma série de fatores políticos, econômicos, culturais e sociais.

Nesse sentido, existe um aparato estatal de repressão desses “aromas”, mas para alguns grupos sociais isso é permitido, visto que em inúmeros espaços esse aroma predominava, isso porque a cidade para a juventude se constitui enquanto uma cidade contraditória, pautada pela privatização dos espaços, onde é permitido que alguns grupos sociais façam o que outros grupos não podem. A partir dessas contradições outros espaços vêm sendo produzidos, tendo na cidade, espaços da juventude, o espaço das pessoas em situação de rua, o espaço dos universitários, entre outros.

Nesse trabalho, considero cidade como sendo uma organização social. Então, essa lógica de contradição e segregação que observei nesses primeiros dias em Maringá são evidências desse entendimento que conceitua cidade como um lócus além do espaço físico, como um espaço histórico e social onde relações humanas se materializam pela prática de relação entre sujeitos, bem como entre sujeito e objeto (CARLOS, 1994).

Foi nessa discussão contraditória dos locais escondidos na cidade que pude perceber que Maringá era muito mais do que suas áreas centrais e eu poderia encontrar dentro dessas contradições a disputa pelos espaços da cidade. Na busca de um tema que me interessasse pela cidade, separei alguns silenciados como pessoas em situação de rua, trabalhadores do sinal, hippies e catadores de materiais recicláveis. Em conversa com minha orientadora quanto à ocupação dos espaços e mostrando meu interesse por esse tipo de pesquisa, ela sinalizou que haveria uma sessão na Câmara dos Vereadores do município nos próximos dias sobre o a implantação de um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos na cidade e eu fui procurar mais informações. Verifiquei a data e fui até a câmara para assistir a sessão e ver exatamente sobre o que se tratava. Foi assim que no dia 26 de julho de 2017 iniciei minhas saídas exploratórias indo até a Câmara Municipal nesse dia para observar como seria a condução da aprovação de um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos da cidade de Maringá.

As saídas exploratórias são primordiais para o desenvolvimento de um estudo etnográfico. Rocha e Ecket (2008) destacam que é necessária a realização dessas

saídas, sendo conduzidas pelo olhar atento ao contexto e a tudo que ocorre no espaço observado. Dessa forma, a curiosidade é tanto substituída por interrogações quanto como a realidade social é construída (ROCHA; ECKERT, 2008).

O referido plano estava sendo discutido para que houvesse um melhoramento tanto em questões ambientais quanto em questão às condições de trabalho dos catadores, pois o primeiro plano foi feito há muito tempo por uma obrigatoriedade legal advinda de um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) que o município assinou com Instituto Ambiental do Paraná (IAP), onde um dos termos é que o município apresentaria um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos (PGRSU), contemplando a reciclagem e a compostagem dos resíduos sólidos domiciliares, evitando a destinação destes materiais na área onde se encontrava o Lixão (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2017).

Assim, no início de 2017 a Procuradoria Geral do Município de Maringá, no uso de suas atribuições legais expressas no art. 20 da LC n°.1074/17, recomendou que os trabalhos a serem realizados pela Secretaria do Meio Ambiente e Bem Estar Animal, que dizem respeito a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos levasse em consideração o estudo elaborado pelo Instituto do Lixo e Cidadania, que havia sido apresentado na Ação Civil Pública obtendo anuência do Ministério Público, da sociedade civil organizada e, do atual Prefeito Ulisses Maia, quando ainda era vereador (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2017). Com o passar do tempo, pude perceber que a luta para o melhoramento do plano, que já havia sido esquecido pelo poder público e outras entidades, passou por uma sequência de esforços conjuntos das entidades de controle como o Ministério Público (MP), Organizações não governamentais (ONG's), Observatório das Metrôpoles, Universidade Estadual de Maringá e do próprio Poder Judiciário, que vinham trabalhando por cerca de 17 anos em prol da resolução da problemática do lixo no Município de Maringá.

Ainda no dia 26 de julho 2017 que fui assistir à votação, houve toda uma discussão e apresentação do plano, mas devido a uma cláusula quanto ao pagamento dos cooperados das cooperativas de reciclagem, o plano seria levado a uma nova votação no dia seguinte. No dia 27 de julho de 2017, fui novamente à Câmara dos Vereadores para acompanhar a votação, onde somente um dos vereadores votou contra a implantação do mesmo, e com 14 votos a favor e 01

contra, o plano foi aprovado. Neste mesmo dia, o então prefeito, Ulisses Maia (2017 – 2020), foi até a câmara dos vereadores para homologar o plano, iniciando assim a coleta seletiva da cidade a partir do dia primeiro de agosto do mesmo ano.

**Imagem 01 – Prefeito Ulisses Maia assinando a aprovação do Plano Municipal Integrado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos da cidade de Maringá.**



Fonte: Pesquisadora em 27 de julho de 2017

Em ambos os dias, estavam presentes na Câmara dos Vereadores, membros da sociedade civil, da igreja católica e de outras instituições, bem como os cooperados de algumas cooperativas da cidade, que estiveram engajados na luta para que o presente plano fosse elaborado e implantado na cidade. Nesse sentido, o diagnóstico de gestão dos resíduos sólidos foi considerado a principal ferramenta para fundamentar um modelo de gerenciamento para o município de Maringá e dessa forma, assegurar seu desenvolvimento sustentável. “Através dele, busca-se dar continuidade a melhoria da qualidade de vida e da preservação do meio ambiente, bem como prestar um serviço público de qualidade” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2017, p. 124-125).

Neste dia, escolhi que minha pesquisa seria referente à disputa das cooperativas e seus agentes para conquistarem seu espaço na cidade, pois existia, ali, um cenário de luta desconhecido pela maioria das pessoas. Além disso, me senti curiosa em saber como seria esse meio de sobrevivência advindo do tão desprezado “lixo” que ocupa as cidades.

A cidade se constitui em diferentes espaços. Para Lefebvre (1992) o espaço é produzido mediante relações sociais, não sendo resumida a espaço físico e condições naturais, mas na vida social, tornando assim um produto social. Desta forma, os elementos naturais são transformados pelas pessoas pelo seu trabalho, entre outras formas. Assim, circular pela cidade possibilitaria um melhor entendimento sobre como meu campo de pesquisa produz e ocupa essa cidade, por isso, andei pela urbe para verificar os locais onde os catadores poderiam estar e os encontrei nas periferias, afastados das áreas centrais da cidade, disputando já um espaço periférico onde foram colocados há muitos anos quando saíram do lixão e das ruas.

Na Câmara dos Vereadores, no dia da aprovação do plano, haviam vários cooperados uniformizados com a camiseta de suas respectivas cooperativas juntamente com os atores que trabalharam para que essa conquista acontecesse e aparentavam terem saído do trabalho para assistir à votação. Os cooperados festejaram a aprovação do plano, pois havia a esperança de que fossem feitas mudanças após a aprovação do mesmo, visto que foi elaborado por instituições que apoiam o fomento das cooperativas de reciclagem da cidade e o melhoramento das questões ambientais e do ambiente de trabalho dos catadores. E eu, mal sabia há quanto tempo essa luta teria começado.

Ao pensar em qual seria a metodologia de pesquisa que melhor se encaixaria em minha dissertação, lembrei das aulas que tive no primeiro semestre na disciplina de tópicos especiais em Estudos Organizacionais. A disciplina apresentava a etnografia, uma metodologia não muito usual no campo da Administração, porém que traz não só observação participante como também grande vivência em campo.

Durante a disciplina iniciei uma etnografia no time de Rugby feminino da cidade de Maringá e tive uma experiência maravilhosa de conhecimento quanto ao esporte e as relações das pessoas do time, bem como a forma que o time ocupava os espaços na cidade. E foi pensando em toda essa experiência e toda vivência que tive, que surgiu a ideia de utilizar a etnografia como metodologia em minha pesquisa para que eu pudesse não só observar, mas também vivenciar a luta das cooperativas e alguns atores em busca de condições melhores de trabalho. Levando em conta essa experiência empírica, também pude perceber que do ponto de vista

teórico essa metodologia é bastante adequada, visto que pode me proporcionar a vivência nos diferentes espaços ocupados na cidade.

A partir daí, comecei a obter informações sobre as cooperativas de materiais recicláveis de Maringá. Foi então, que minha orientadora me informou que a Rede Paranaense de Comunicação – RCP-TV havia feito uma entrevista com algumas presidentes dessas cooperativas. Assisti via internet e consegui, junto a emissora, o telefone da presidente de uma das cooperativas inclusas no plano, a Cooperpapel. Entrei em contato com essa presidente para tentar uma visita, e mesmo assim continuei pesquisando outras cooperativas que faziam parte desta luta.

Primeiramente, fui até a Cooperalumínio para verificar a possibilidade de fazer minha pesquisa lá, pois é a única Cooperativa que fica próxima ao centro de Maringá. Na distribuição espacial das classes sociais, as áreas centrais são ocupadas pela elite, marcando uma verdadeira segregação (CORREA, 1995). Nesse sentido eu me perguntava como aquela cooperativa ainda conseguia manter seus trabalhos naquele local, visto que as demais se mantinham segregadas em locais periféricos da cidade. Posteriormente, descobri que em sua fundação, ali não era área central. Chegando lá, notei que o local era pequeno e o cheiro de “lixo” estava forte, apesar da cooperativa estar em uma área central. Além disso, tinha grande quantidade de material acumulado. Porém, o que mais me chamou a atenção foi que a quantidade de mulheres trabalhando era maior do que a de homens. Expliquei a presidente, Dona Sueli, sobre a minha pesquisa, mas ela se mostrou um pouco arredia e me informou que já havia outros estudantes fazendo um trabalho na Cooperativa (Diário de campo, 18 de janeiro de 2018).

Liguei novamente para a Patrícia, presidente da Cooperpapel e ela disse que eu poderia ir até a Cooperativa para conversarmos sobre minha pesquisa. No mesmo dia, segui o endereço que se encontrava no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos da cidade de Maringá, para ir até a referida Cooperativa. Porém, não encontrei o local, pois o endereço descrito no plano estava errado. Liguei novamente para a Patrícia e ela me explicou que a Cooperativa ficava ao lado de uma grande empresa, distante cerca de 8 quilômetros do centro da cidade. Busquei o endereço na internet e fui até lá. Chegando, vi que havia 3 cooperativas no mesmo endereço, cada uma em um barracão diferente, a

Coopercobre, a Coopersucata e a Cooperpapel. Fiquei um pouco perdida, mas consegui chegar na Cooperpapel perguntando a algumas pessoas.

Foi então que no dia 18 de janeiro de 2018 fiz minha primeira entrada em campo na Cooperativa Cooperpapel. Assim, para Rocha e Eckert (2008, p. 05):

Para o(a) etnógrafo(a) “entrar em campo” significa tanto a permissão formal do “nativo” para que ele disponha de seu sistema de crenças e de práticas como objeto/tema de produção de conhecimento em antropologia, quanto o momento propriamente dito em que o(a) antropólogo(a) adquire a confiança do(a) nativo(a) e de seu grupo, os quais passam a aceitar se deixar observar pelo(a) etnógrafo(a) que passa, por sua vez, a participar de suas vidas cotidianas.

A primeira coisa que me chamou atenção nesta Cooperativa foi a quantidade de material para fora do barracão, onde havia água acumulada, trazendo a preocupação com o mosquito da dengue. Outro apontamento foi quanto à estrutura do barracão, e a questão de não ser todo fechado, me indagando o que faziam quando chovia. Percebi que, diferente da Cooperalumínio, na Cooperpapel, praticamente não havia cheiro de “lixo”.

Com a presidente, Patrícia, não tive nenhum problema com a entrada em campo, apesar de sentir muita vergonha e medo da forma que os cooperados iriam me ver. Ela foi muito receptiva e depois de eu explicar que teria que participar da seleção dos materiais, ela me informou a mesa que eu poderia ficar, juntamente com sua mãe, Dona Janaína, que iria me ensinar seu ofício, a separação do material reciclável. Notei ser uma Cooperativa pequena, com apenas 8 Cooperados, mas como alguns haviam faltado, vi apenas 4 pessoas trabalhando, Patrícia, Dona Janaína, Taiane e Gabriel. A Dona Janaína, assim como sua filha, me receberam muito bem, mas notei que a Taiane, que também trabalhava na cooperativa, era bem “fechada” e mal me cumprimentou (Diário de campo, 18 de janeiro de 2018). No início eu tive receio de conversar com a Taiane, pois ela era sempre bem silenciosa e não conversava com os demais cooperados com a mesma frequência que a Dona Janaína.

Quanto às instalações, o local, como disse anteriormente, era aberto e eu tinha a preocupação de como seria nos dias de chuva, e foi o que aconteceu no meu primeiro dia em campo. Começou a chover e como eu havia notado que o barracão, apesar de coberto, não era fechado, molhava os materiais. Perguntei à Gisele como faziam o trabalho quando chovia e ela me respondeu: “Temos que trabalhar assim mesmo!” Fiquei imaginando que se a chuva fosse forte os molharia. (Diário de

campo, 18 de janeiro de 2018). É possível perceber que os cooperados trabalham mesmo em condições adversas, pois não tem outra opção. Porém, dificilmente outras organizações passam por essa situação, sendo essa uma das formas de segregação na cidade de Maringá. Villaça (2011) explica que a segregação urbana somente se torna satisfatória se for estruturada com a desigualdade, pois ela se dá mostrando os vínculos que encadeiam o espaço urbano segregado com a economia, com a política, ou com a ideologia, por onde assume a dominação.

Em outro dia em campo, notei que havia um aparelho de som preto antigo, retangular, onde estava tocando músicas de uma rádio local. No escritório havia um computador, uma impressora, alguns materiais de escritório em uma mesa (canetas, régua, lápis, borracha e alguns papéis), uma mesa grande como se fosse para reuniões, algumas cadeiras, um armário e uma caixa de papelão, como se fosse caixa de arquivo (Diário de campo, 02 de fevereiro de 2018).

Antes de iniciar meus trabalhos de campo tinha uma visão de que quem trabalhava em cooperativa de reciclagem eram pessoas que não tinham outras opções de trabalho e então se prestavam a separar “lixo”. Era um pré-conceito que me fazia ver os cooperados como “coitados” que não tinham condições de trabalhar em outro ramo de atividade. Porém, isso me deixava com mais curiosidade ainda em saber como esse ofício era desenvolvido.

A princípio, eu pensava que os cooperados tinham que separar lixo de material reciclável. Mas, logo no primeiro dia em campo, já percebi que a separação era muito mais complexa do que eu imaginava. Fui trabalhar na mesa de separação e a Dona Janaína, mãe da Patrícia, me explicou como funciona a separação do lixo, onde coloca cada tipo de material e me surpreendi com duas coisas: primeiro, com a quantidade de tipos de material a ser separado (por exemplo: plástico tem que separar em pet transparente, pet verde, plástico branco e plástico colorido; os vidros também são diferentes e elas não sabem me explicar, qual a diferença entre eles, somente que são diferenciados entre bons e ruins). Depois, me surpreendi com alguns materiais que sempre achei que fossem recicláveis, mas não são (por exemplo: plástico de bolacha, copo descartável). Elas me disseram que pode até ser que alguém recicle esse material, mas que eles não têm ninguém que compre, por isso, jogam fora. (Diário de campo, 09 de fevereiro de 2018). Nesse contexto, fica visível como a minha subjetividade mudou durante o trabalho em campo, fazendo

com que pudesse constituir e interpretar essa nova realidade que estava vivenciando.

O horário de trabalho da Cooperativa variava muito, mas geralmente trabalhavam das 7h30 da manhã às 16h30, porém nas sextas-feiras por estarem muito cansados, iam embora por volta das 15h30. Ao entrar em campo não me importei em ficar na separação do material, pois tinha curiosidade. Valladares (2007, p. 153) diz que “o pesquisador não sabe de antemão onde está “aterrissando”, caindo geralmente de “pára-quadras” no território a ser pesquisado”. Por não saber o que me esperava fiquei com medo de passar mal com o cheiro, mas por ser aberto, quase não sentia e não me incomodava. Senti bastante vergonha de conversar com as pessoas e do que elas iam achar de mim, uma estudante branquinha de olhos claros que foi na cooperativa só para ver como funcionava, mas não iria aguentar ficar. Foi justamente pensando no que eles iam achar de mim, que desde o primeiro dia fui vestida com roupas velhas, cabelo preso, sem maquiagem, sem joias e sem perfume, pois de acordo com Alcadipani (2013, p. 13) “a identidade que será construída depende de como os demais agentes do campo irão interagir e engajar com certos atributos do pesquisador, reforçando alguns aspectos ou tirando ênfase de outros”.

Alcadipani (2013) cita que em um de seus fracassos etnográficos, quando ficou acertada sua visita à empresa a qual estudaria, lhe foi designado um local no estacionamento dos executivos, o que fez com que os funcionários aos quais ele teria contato acreditassem que ele fosse amigo dos “chefes” e isso fez com que os operários ficassem sempre reticentes ao lhe responder algumas perguntas. Além disso, a própria forma com que o autor gesticulava e falava era diferente dos funcionários e, dessa forma, não foi possível romper as barreiras existentes, tendo que ser finalizada a pesquisa. Dessa forma, é possível entender que existem fronteiras macrossociais onde se encontra certa materialidade, inclusive de nosso próprio corpo. No caso de minha pesquisa na cooperativa essa materialidade foi sendo produzida com as roupas que utilizei, com minha cor de pele, meu jeito de falar e articular, tornando meu corpo um espaço simbólico que ressignifica o “centro”, sendo os cooperados a “periferia”, considerando as marcações estruturais de nossa sociedade que produz a pele clara, os cabelos lisos e os olhos claros como

sendo centralidades das relações sociais. Passei a compreender que a segregação social nas cidades está produzida e incorporada em nossos próprios corpos.

Essa minha visão quanto à forma que as pessoas que trabalhavam lá iriam me interpretar pela cor de pele, forma de falar e tudo mais pode ter sido preconceituosa, porém se reafirmou em um dos meus diários de campo: Enquanto eu estava carregando algumas caixas de papelão, a Taiane começou a conversar comigo. Ela, que nunca havia puxado assunto estava conversando sem parar. Disse: “A primeira vez que você veio aqui eu pensei: ‘Essa aí, com essa carinha não dura uma semana’”. E acrescentou: “Agora tá aí no meio do lixo”. (Diário de campo, 15 de março de 2018). “Aprendi que as pessoas não esperavam que eu fosse igual a elas. Na realidade estavam interessadas em mim e satisfeitas comigo porque viam que eu era diferente. Abandonei, portanto, meus esforços de imersão total” (VALLADARES, 2007, p. 304). Foi o que senti ao ouvir o que a Taiane me disse, uma satisfação em saber não só que estava sendo aceita, mas que tinha conseguido alcançar um dos objetivos da entrada em campo, me inserir entre eles.

Minha aproximação com a Dona Janaína foi fácil, pois ela era muito receptiva e gostava de fazer piada por tudo, mas com a Rosana foi um pouco mais difícil, pois era sempre fechada e não conversava nem com os colegas de trabalho. Eu estava com vergonha, mas tinha que encontrar uma forma de me aproximar dela. Então, certo dia a Dona Janaína saiu da mesa para levar um saco de um material que já estava cheio e eu fiquei sozinha na mesa. Tive uma dúvida quanto a um vidro de vinho, pois não sabia se era do bom ou “caco” como eles falam, então perguntei para a Taiane (que é meio fechada, mas seria uma boa forma de me aproximar perguntando algo para ela) e ela foi lá me mostrar. Quando ela estava me explicando, o Gabriel foi lá e a ajudou a me explicar. Como os meninos estavam no monte (local onde fica o material que chega), eu aproveitei para ficar mais próxima deles também e interagi perguntando sobre as músicas que eles colocavam na rádio. Nesse momento, a Rosana, que estava em outra mesa, riu e disse que universitário gosta é de Rock (querendo dizer que eu era universitária). O Gabriel ficou mais receptivo nesse dia e a Taiane também. Somente o Giovani não falava nada em nenhum momento. (Diário de campo, 06 de março de 2018).

Dessa forma, é possível citar que existem estratégias de resistência contra pesquisadores no que diz respeito à construção de suas identidades, bem como a

aspectos organizacionais. Dessa forma, a organização pode ajudar ou atrapalhar a realização da pesquisa etnográfica (ALCADIPANI, 2013) dando ou não ao pesquisador o acesso ao campo. No meu caso, embora não tenha conseguido a confiança de todos no início da pesquisa, posteriormente isso foi acontecendo, me trazendo cada dia mais acesso a essas pessoas e as informações que a mim eram necessárias.

Nos demais dias em campo, tive muito contato com a Dona Janaína, que não só me ensinou as técnicas operacionais de seu ofício, como também ficava conversando sobre sua vida pessoal, me contando problemas de cunho financeiro devido ao ganho baixo na Cooperativa, pois estavam recebendo pouco e mal estava dando para pagar o aluguel. Com o passar dos dias, fui conquistando também uma amizade com a Taiane, que relatou problemas parecidos. Com menor frequência, a Patrícia também conversava comigo, e algumas vezes, também comentou sobre o mesmo tipo de preocupação (Diário de campo, 06 de março de 2018). Levando em consideração que eu não fazia parte desse território, nesses momentos pude perceber que havia uma certa confiança em relatarem tais problemas a mim. Com o passar do tempo surgiu uma relação de amizade, o que me fez ouvir relatos de suas vidas pessoais. Assim, Villaça (2011) afirma que o maior avanço no campo da ciência foi a ideia de que o espaço social é socialmente produzido, não sendo dado pela natureza. Dessa forma, entendo que nessa aproximação estabeleci uma relação onde fronteiras foram quebradas, me fazendo sentir que pertencia àquele território, me reterritorializando e sendo aceita pelo campo. Esse momento de aceitação a mim como pesquisadora por parte dos indivíduos no campo é considerado por Cavedon (2014) como uma das etapas mais importantes da pesquisa etnográfica, pois é uma das características da observação participante, estabelecendo proximidade entre pesquisador e pesquisado e intensificando os contatos, sendo essencial para a coleta dos dados.

Nessa situação de falta de recursos foi o momento que me vi em minha maior dificuldade em campo, pois quando ouvi esses relatos não conseguia ficar inerte às dificuldades das pessoas com quem eu estava tendo uma ligação. Todo aquele cenário comigo compartilhado me sensibilizou profundamente, e juntamente com minha colega de apartamento, Érica, resolvi fazer uma mobilização com meus colegas do mestrado e doutorado para arrecadar alimento às famílias que

trabalharam naquela cooperativa. Arrecadamos muitos alimentos e minhas orientadoras, solícitas ao que eu lhes contei, fizeram também uma mobilização entre os professores, o que repercutiu muito bem e aliviou meu coração em relação às necessidades daquelas pessoas. Com isso, continuei minha pesquisa na cooperativa e a cada dia fui tendo mais proximidade com os cooperados.

Outro momento que me mostrou a aceitação do campo foi no dia 23 de fevereiro, quando fui até à Cooperativa como de costume e ao chegar não encontrei ninguém. Saí e encontrei o guarda na guarita, então perguntei a ele se os cooperados da Cooperpapel haviam ido de manhã trabalhar e ele me respondeu que não. Liguei para a Patrícia e ela me disse que a Kombi quebrou, por isso não haviam ido. Pedi-me desculpas por não ter avisado e eu disse que tudo bem. Ela me perguntou se havia bastante material e eu respondi que sim. Depois, me perguntou se eu vi a grade que haviam colocado e eu disse que sim, então ela perguntou o que eu achei e eu respondi que ficou bem melhor, com mais espaço para transitar e sem material caindo. Ela disse que também gostou. (Diário de campo, 23 de fevereiro de 2018). O simples fato de ela querer saber minha opinião sobre algo da cooperativa, visto que eu sequer era uma cooperada, fez com que eu me sentisse aceita no campo.

Voltei na semana seguinte e quando me viu, a dona Janaína disse: “Você não veio mais pra ‘nóis da’ umas risadas”. (Diário de campo, 02 de março de 2018). Esse foi o momento que mais me vi fazendo uma etnografia, pois embora eu não estivesse lá todos os dias, ela já me esperava para o trabalho. Nesse dia fiquei especialmente feliz, não só pelo fato de estar sendo reconhecida na etnografia, como também pelo fato de estar sendo tratada com carinho pelo grupo, ou parte dele.

Outro dia a Dona Janaína havia saído para ir ao banheiro e eu havia separado todo o material da minha mesa, perguntei para a Taiane se eu poderia ficar na mesa dela até a Dona Janaína voltar e ela disse que sim. Sendo outra mesa, os lugares para separação dos materiais são diferentes também e eu fiquei meio perdida procurando onde estava cada tipo de material. Ela notou e falou: “a gente fica perdida quando vai pra outra mesa, né?” Eu respondi que sim. Ela começou a contar que quando começou a trabalhar na cooperativa quem a ensinou era muito rígida. Ela disse: “olha, eu vou te ensinar uma vez só, depois você se vira sozinha”.

Eu disse: “eita!” Taiane falou que a mulher a ensinou, detalhe por detalhe e ela aprendeu bem. Disse também que essa mulher era bem “fechadona” e não falava com ninguém, nem ria. Fiquei lá com ela um tempo separando material e a Dona Janaína voltou e disse: “Você vai ficar aí com ela, não vai voltar pra minha mesa não? A Taiane tá roubando a minha ajudante?” nós rimos e a Taiane disse: “olha lá a Janaína com ciúme”. (Diário de campo, 06 de março de 2018). Nessa ocasião, senti realmente minha imersão como pesquisadora, visto que a Taiane era a mais difícil de se comunicar no local, mas era essencial para coleta de dados.

Essa imersão citada anteriormente, ajudou no meu foco de pesquisa etnográfica, que é compreender a luta no território do tratamento do lixo e a forma que isso ocorreu nas cooperativas de reciclagem de Maringá com a ajuda de agentes na conquista de condições melhores.

Com as idas às reuniões do Fórum Lixo e Cidadania, pude perceber que esse seria um espaço para as cooperativas exporem suas dificuldades e compartilharem suas vivências a fim de melhorar o funcionamento de todas. Porém, nem todas as cooperativas de Maringá demonstram interesse nessa coletividade. Percebi que muitas cooperativas não enviavam sequer um representante, incluindo a primeira cooperativa a qual tive acesso. Perguntei à Dona Janaína e a Patrícia o motivo de não irem nas reuniões do fórum e a Dona Janaína me respondeu que “não adianta ir, que não resolve nada mesmo”. (Diário de campo, 02 de março de 2018). Essa fala mostra o quão descrente alguns cooperados são em relação às mudanças que devem ocorrer para o melhoramento das cooperativas. Mostra ainda o quão devem ter sido “calados” para hoje não terem “fé” no sistema, visto que a coleta e o processamento dos resíduos sólidos são como um campo de constante luta marcado por espaços de poder, e conforme afirma Lefebvre (2006) o espaço constitui-se por relações de poder, campo de lutas e confrontos ideológicos.

Por outro lado, pude perceber as melhorias nas cooperativas em virtude do que se é discutido nos fóruns, quando cooperativas de outros municípios da região contam suas experiências de sucesso. Verifico ainda que as cooperativas que comparecem são ouvidas e embora nem sempre consigam resolver totalmente seus problemas, sempre debatem sobre possíveis soluções mostrando que em uma organização-cidade, indivíduos e grupos sociais interagem entre si, produzindo determinada cultura que se alastra por aqueles que têm identidades comuns

(SARAIVA; CARRIERI, 2012). Um exemplo desses foi quando Mandaguari fez sua apresentação no fórum, mostrando um problema que se encontra na cidade de Maringá e como fora resolvido em seu município, como por exemplo a questão de normas e regras estatutárias, que são indispensáveis às cooperativas, a questão da educação ambiental no município e a questão do melhoramento das condições de trabalho dos cooperados.

O responsável pela cooperativa de Mandaguari disse que organizaram a associação de catadores, empregando estatuto, gestor ambiental, palestras e tudo que era necessário para um melhor entendimento e funcionamento do negócio, principalmente no que diz respeito aos associados entenderem que eles que são os donos do negócio. Contou que fazem monitoramento nos bairros com a ajuda da associação dos catadores e o apoio da igreja católica. Ainda afirmaram que fizeram, em Mandaguari um trabalho nas escolas e viram que no colégio que foram estava “tudo misturado”. Explicou que em Mandaguari, eles trabalham apenas com duas modalidades, o que é úmido e o que é seco, porém o que é seco deve estar limpo. Falou ainda que a 3 anos a associação iniciou um rodízio de férias aos associados. A princípio era uma semana, aumentou para duas semanas e esse ano está sendo pago um mês de férias. (Diário de campo, 21 de maio de 2018).

É dessa forma que as cooperativas vão conquistando seu espaço na cidade, sendo ouvidas, discutindo seus problemas e vitórias e continuando na luta pela conquista de novos espaços sociais, podendo ser ordenados de inúmeras maneiras o espaço percebido, vivido e concebido se entrecruzando em uma mesma sociedade (LEFEBVRE, 2013).

Senti-me muito atraída tanto pelo campo de pesquisa em que estive inserida, quanto pelas pessoas que lá trabalham. Sempre me interessei por questões ambientais, e saber a importância que o trabalho das cooperativas tem em relação ao meio ambiente me chamou ainda mais a atenção. Outro fato que me chamou muita atenção foi saber que existem tantos atores envolvidos nessa luta. Percebi que esses atores são realmente engajados na causa e em defesa das cooperativas e do meio ambiente, como por exemplo a Igreja Católica e o Dr. Fabio do MPT. Durante a pesquisa me vi também engajada em defesa da causa e amando estar envolvida, por esse motivo, aceitei um trabalho com as cooperativas após o término do meu mestrado.

Meu último dia na Cooperpapel foi dia 06 de abril de 2018. Agradei e me despedi de todos, pois foram muito importantes para o meu trabalho. Já minha saída de campo na ARPSOL se deu no dia 21 de dezembro de 2018, quando percebi que minha etnografia já havia tempo suficiente e eu havia produzido as informações necessárias para cumprir com o objetivo do meu trabalho. No último mês fui deixando todos a par da minha saída. Durante meu trabalho na ARPSOL organizando as planilhas financeiras, fui convidada por uma dessas cooperativas para prestar assistência quando acabasse de fazer meu estudo, por esse motivo não me despedi das pessoas após o término do meu trabalho, visto que logo, estarei indo novamente ao campo.

## **4 AS COOPERATIVAS NA CIDADE DE MARINGÁ**

### **4.1 MARINGÁ, CIDADE HABITADA**

Na concepção de Mac-Allister (2004) a cidade já não é mais vista como a cidade demarcada pelo Estado estabelecendo fronteiras, mas como uma organização social dotada de indivíduos e grupos conquistando seus espaços. Esse processo acontece por meio de indivíduos que se organizam na conquista de seus direitos estabelecidos, como é o caso das cooperativas de reciclagem de Maringá e os agentes que os auxiliam nessa luta pela cidade.

Maringá não é diferente de outras cidades tendo em vista suas regiões centrais e periféricas. Não divido centro e periferia em seu âmbito geográfico ou em questão de localidade, mas trago o centro como sendo a elite da cidade, o centro de poder. Maringá é uma cidade arborizada com inúmeros locais bonitos a se visitar em sua região central, mas como em outras cidades, além das áreas centrais encontram-se as periferias, onde estão localizadas as cooperativas de reciclagem e seus cooperados. Assim, nas áreas centrais encontram-se shoppings, lojas bonitas, locais enfeitados, bem asfaltados e sinalizados, entre outras coisas. Já nas áreas afastadas, encontram-se as sobras, e lá estão as cooperativas de reciclagem.

**Imagem 02 – Fotografia do centro de Maringá, onde se encontra a Catedral.**



Fonte: CNB, 2018

**Imagem 03 – Fotografia da periferia de Maringá.**



Fonte: Pesquisadora em 04 de maio de 2019

Por isso, segundo Maricato (2002), as cidades não são para todos. A mesma autora afirma que os problemas enfrentados pelas cidades brasileiras não são devido à falta de Planos Urbanísticos, mas que os planos aprovados vêm com

interesses tradicionais de uma política local que privilegia grupos específicos que têm ligação com o governo, sendo as leis aplicadas conforme as circunstâncias, com um discurso cheio de boas intenções, porém distante da prática.

Dessa forma, a mesma autora afirma ainda que a cidade é apenas para uma parcela da população, reproduzindo assim, desigualdades entre os indivíduos e privilégios há apenas alguns, existindo uma exclusão urbanística que se faz presente pela grande ocupação ilegal do solo urbano e que é ignorada na representação do que é a cidade oficial. Assim, percebe-se que existe a segregação territorial juntamente com todas as suas consequências, como por exemplo, a falta de saneamento ambiental, os riscos de desmoronamentos, o risco de enchentes, a violência, entre outros (MARICATO, 2002). Assim sendo a cidade é segregada e produz diferentes espaços na cidade, sendo um deles, os espaços das cooperativas de reciclagem e seus cooperados.

Foi feito um mapeamento na cidade de Maringá e o serviço de recebimento e triagem de materiais recicláveis ficou alocado nas áreas industriais, áreas mais afastadas na cidade, sendo que a cooperativa que se encontra no centro da cidade recebeu um laudo do Instituto Ambiental do Paraná – IAP informando que não é possível liberar licença ambiental nessa área. Certo dia fui com a Crislaine até a Cooperpapelão para que a presidente assinasse alguns papéis e notei o quanto essa cooperativa é longe. A cooperativa que fomos fica próximo ao aterro sanitário e a pedreira e grande parte do trajeto é estrada não asfaltada. Assim que entra na estrada de chão já avistei duas estradas e entramos na estrada da direita, depois tem uma curva e outra curva e outra bifurcação que entramos à direita, e outra bifurcação e pegamos a estrada da direita, e outra curva, e outra bifurcação onde entramos à direita. Havia muitas curvas e muita bifurcação e eu disse para a Deise que estava me sentindo a Alice no país das maravilhas (Diário de Campo, 03 de junho de 2018).

“Tatear” a cidade pelos seus caminhos tortuosos me fez lembrar as discussões de Rolnik (1995) sobre a cidade, quando a mesma indica que havendo o surgimento das cidades, os indivíduos transformaram sua relação com a natureza, trazendo inúmeras e gigantescas mudanças em suas relações sociais. Esse acontecimento, fez com que nascesse nas pessoas, um sentimento de conquista de

seu próprio lugar, de seu próprio território, criando vínculos e laços em sua vida social, afirma a referida autora.

As pessoas que trabalham nessa cooperativa afirmam satisfação com a instalação nessa localidade, apesar de terem grandes dificuldades para chegar nos dias de chuva. Segundo a presidente “lá onde nós tá ninguém enche o nosso saco” (Diário de campo, 07 de novembro de 2018). Isso mostra o quanto já estão acostumados a serem mantidos afastados, sendo este, considerado o território conquistado, tendo ali, um vínculo maior que apenas espaço físico, mas um local onde a cooperativa criou suas raízes.

Existe uma cooperativa que ainda está instalada no centro da cidade, a Cooperalumínio. Em visita a esta cooperativa na tentativa de fazer minha pesquisa lá senti um forte cheiro de lixo. “O cheiro de lixo estava bem forte nesta cooperativa. O espaço era pequeno e havia apenas um corredor para os cooperados transitarem, isto, devido a quantidade de material acumulado no espaço” (Diário de Campo, 18 de janeiro de 2018). Na hora achei o lugar um tanto quanto insalubre, visto que o cheiro me incomodou bastante.

Em conversa com a Deise, ela se mostrou bastante preocupada com a situação da cooperativa a qual ela faz parte, a mesma cooperativa citada acima, pois não estão liberando um dos alvarás para esta, devido ao local onde ela está instalada, no centro da cidade. Ela está à procura de um barracão fora dessa área, mas não encontra nenhum do tamanho necessário e quando encontrou não aceitaram a cooperativa devido ao tipo de atividade desenvolvida (Diário de Campo, 12 de setembro de 2018). O fato de as manterem afastadas devido ao odor fétido me chamou a atenção, até porque quando fui visitar as demais cooperativas, percebi que não tinha o mesmo cheiro.

Quando fui até a Cooperpapel, me chamou a atenção “que não havia tanto cheiro de lixo quanto na cooperativa que eu havia ido anteriormente, talvez por ser aberto” (Diário de Campo, 12 de setembro de 2018). Frequentando esta cooperativa por 3 meses não houve nenhum incômodo em relação ao cheiro. Isso para mim foi uma grande surpresa, pois eu pensava que seria como a primeira cooperativa que visitei e sou bem chata em relação à odores.

Ao visitar a Cooperpapelão notei o mesmo, não senti mal cheiro algum. Ao chegar na cooperativa, apesar de estar bem cheio de material, assim como na

Cooperpapel, não senti cheiro de lixo como na Cooperalumínio (Diário de campo, 03 de junho de 2018). Penso que essa situação se dá devido ao local não ser fechado e ter um espaço maior para se colocar o material, não ficando aglomerado. Ou, meu olfato já poderia estar acostumado com o cheiro e por isso não sinto incômodo e imagino quando isso pode ter ocorrido comigo e o quanto os cooperados estão acostumados. Além disso, alguns cooperados saíram do lixão da cidade para adentrar à cooperativa, para estes, mesmo que houvesse cheiro, é muito melhor. Em entrevista com o Sr. Tiago e com o Sr. Ismael eles disseram que na época do lixão era tudo misturado, “comida, seringas, cachorro morto, tudo misturado” e ainda tinham contato direto com o material, não utilizavam nenhum equipamento de proteção, sequer uma luva. Para eles, o cheiro ruim não é um problema, pois estavam acostumados com cheiro muito pior.

E é nessa construção com aromas e formas que Lefebvre (2013) salienta que a produção do espaço é tratada como uma produção mútua onde os indivíduos influenciam o espaço e este influencia a sociedade. Dessa forma, as ações produzidas pelas pessoas são derivadas da tríade percebido, vivido e concebido, evidenciando a ideia de troca entre espaço e habitante.

É perceptível durante meu trabalho de campo, que existem aromas que não são permitidos pela cidade, pois eles podem despertar outros sentidos em nosso corpo individual e coletivo: a visão. Olhar todos os dias para a pobreza que se encontra a minha frente, me faz perceber o quão difíceis podem ser suas lutas diárias, não só na cooperativa, mas também suas lutas pessoais. Esse tempo em campo aguçou meu sistema sensorial, pois todos os meus sentidos viviam situações diferentes das que eu costumava viver. Primeiramente meu olfato foi se adaptando ao cheiro do lixo e do material reciclável. Minha audição ouvia continuamente o som dos maquinários, principalmente da prensa, que ao prensar o papelão fazia um barulho não muito agradável. Mas também ouvia o som das músicas que tocavam no aparelho de som da cooperativa, bem como algumas discussões entre familiares que trabalhavam na mesma cooperativa. Era importante a audição também para a separação correta de alguns materiais. Para saber se determinado plástico é reciclável ou não eu tinha que apertá-lo, se fizesse barulho não era o reciclável (Diário de campo 09 de fevereiro de 2018).

Por isso, o processo de segregação das cidades é um processo de segregação de corpos que impede a produção de experiências sociais no encontro com o diferente. Sobre esse processo de higienização e homogeneização das cidades, encontram-se inúmeros tipos de pessoas, porém cada uma em seu lugar. Lugar este, determinado pela própria segregação social existente nas cidades.

Minhas mãos tocaram locais jamais tocados, materiais jamais vistos, principalmente após sua transformação. Apesar de usar luvas, ali é possível sentir a textura do material, visto que se deve entender do mesmo para sua separação, afunilando assim meu tato. Notei que tinha dificuldade em saber qual era o alumínio e qual era o aço. Então a Dona Janaína me explicou que o aço colava em uma placa que eles tinham. Colocaram essa placa na mesa justamente porque existe essa dificuldade em diferenciá-los e é de extrema importância a separação correta, pois o aço vale muito mais do que o alumínio (Diário de campo, 06 de março de 2018).

Dentre os cooperados me surpreendi também com a aparência das cooperadas. Imaginava encontrar pessoas mais velhas, surradas da vida, em situações precárias de vida. Apesar de sempre levar em consideração o ofício de catador como um trabalho, tendo em vista que inclusive já escrevi um artigo sobre o tema, eu imaginava encontrar pessoas que não tinham condições de conseguir outro trabalho, que aquilo não era uma opção.

De fato, ouvi relatos de algumas pessoas, que por não conseguirem outro trabalho devido à idade, ficaram sem opção e começaram a trabalhar com reciclagem. Em entrevista, Sr. Tiago contou que começou a trabalhar no lixão porque em seu ofício de pedreiro ele nunca sabia quando teria trabalho e não podia comprar nada à prestação, já o material reciclável não parava nunca, sempre tinha material. Sr. Ismael disse que iniciou seu trabalho no lixão porque com sua idade de 39 anos não conseguia encontrar nenhum trabalho e sua energia e água estavam cortadas. E Dona Sueli disse que quando chegou em Maringá aos quarenta e poucos anos, não conseguia encontrar trabalho devido à idade e à escolaridade.

Assim, a visão foi o sentido que mais me surpreendeu, pois eu via uma realidade muito diferente: a do trabalho com materiais recicláveis. Vi pessoas de todos os tipos, loiras, morenas, negras, altas, baixas, gordas, magras, as que aparentavam ser usuárias de drogas, as que tinham dificuldades em casa, as jovens vaidosas, com sobrancelhas de rena e unhas de gel e as mais velhas e fortes que

mostravam uma vida inteira de trabalho duro. Vi homens e mulheres em sua diversidade, vigorosos, batalhadores, sem medo do trabalho difícil, e vi pessoas cansadas do trabalho pesado, contando os minutos para ir para casa descansar. Por incrível que pareça os vaidosos e os fortes, os vigorosos e cansados são as mesmas pessoas.

A etnografia foi o método de pesquisa que me possibilitou, portanto, o reconhecimento de existências outras que até então eram silenciadas pela própria forma de produção dos espaços nas cidades. Essas pessoas, que por muitas vezes eram consideradas “invisíveis”, se mostraram para mim, de muito valor e importância na sociedade, principalmente pelo trabalho que realizam. Dessa forma, pude ver e sentir o que o “outro” via e sentia constantemente, me constituindo enquanto sujeito.

Por fim, meu paladar também participou da minha pesquisa. Eu não sentia muitos gostos na cooperativa, mas quando bebia água na primeira cooperativa que fiz a pesquisa, senti um gosto e água não tem gosto... Esqueci minha garrafinha de água em casa, a qual eu levava todos os dias. Me deu sede e eu disse: “droga, esqueci minha garrafinha!” A Dona Janaína, muito prestativa tão rápido me disse: “pega essa daqui, tá limpinha”. Quando olhei, ela estava retirando uma garrafinha do monte de material reciclável que estava na mesa e disse: “eu tomo nessa garrafinha mesmo”. Meu primeiro instinto foi de dizer que não, pois eu não sabia a procedência da garrafa, além disso a garrafinha saiu de uma casa ou de um estabelecimento, ficou na rua por um tempo, passou pelo caminhão de recicláveis e estava misturada a todo tipo de material reciclável na mesa. Porém, ela utilizava-se daquela garrafinha para tomar água e eu não podia agir como se tivesse nojo. Então, peguei a garrafinha, fui até a torneira, tomei a água na minha mão e enchi a garrafa até a metade, voltando para a mesa com a garrafa como se fosse tomar o restante da água depois (Diário de campo, 02 de março de 2018).

Naquele momento meu sentimento mudou e parei para pensar em que situação aquela pessoa viveria que não se importava com a sujeira ou as bactérias que poderia ingerir. No campo sempre foi assim, uma mistura de sentimentos que muitas vezes não conseguia expressar nos diários de campo. Muitas vezes eu não sei descrever os sentimentos que sinto em campo, na verdade, na maioria das vezes. Por exemplo, no caso que escrevo que eu senti pena de um garoto. Não acho que pena seja exatamente o que eu senti, mas uma tristeza pelo que

aconteceu com essa pessoa devido as escolhas que ela fez e poucas oportunidades que deve ter tido. Tristeza por essa pessoa que talvez não tenha tido pais como os meus, que apesar de não terem condições financeiras para muitas coisas, sempre tentaram me ensinar a fazer as melhores escolhas para eu não sofrer, pois sempre se importaram demais comigo (Diário de campo, 02 de março de 2018).

Esse talvez tenha sido meu grande “tapa na cara”, pois apesar desses relatos pude perceber que hoje não é mais assim. Encontrei homens e mulheres jovens trabalhando na reciclagem. Pessoas bem vestidas e bem arrumadas que estão lá por opção, por gostar do trabalho que realizam e muitas dessas dizem que não querem sair da reciclagem. Muitos ainda desejam ser reconhecidos como trabalhadores e não como “coitados”, mostrando cada dia mais a conquista desse espaço na cidade.

Emerson e Dona Fabiana, cooperados nas cooperativas de Maringá, conversavam sobre o que encontravam no meio do material reciclável como por exemplo, dinheiro, relógios caros, roupas novas, celular novo, entre outras coisas. Diziam que as pessoas desprezavam coisas boas as colocando no lixo e os dois disseram que nunca querem parar de trabalhar na reciclagem. Romualdo disse que por alguns problemas teve que sair, mas que assim que puder irá voltar, pois sente falta. (Diário de Campo, 15 de junho de 2018).

Tendo a cidade o conceito de organização social no que diz respeito a um conjunto de indivíduos e grupos não estruturados que se posicionam no tempo e espaço, trazendo consigo toda complexidade e coletividade, e com isso, incorporando seus processos individuais e sua cultura, obtendo como resultado uma identidade cultural tanto relativa à totalidade da cidade quanto à gestão da mesma (MAC-ALLISTER, 2004), lembro-me que antes de começar o mestrado, minha concepção de cidade se diferencia de agora. Para mim, a cidade tinha aquela visão de demarcação do Estado e hoje a vejo como um campo de luta, onde existem diferentes atores, com interesses também diferentes. Hoje vejo o capital tentando moldar a cidade de uma forma e outros grupos tentando combater essa visão mais hegemônica. Dessa forma, é importante ressaltar que dentro da cidade existem diferentes espaços e um desses espaços é o espaço das cooperativas.

Diante disso, Carlos (2008) diz que a cidade surgiu devido à necessidade de haver uma organização no espaço. Nesse sentido, vejo as cooperativas se organizando

cada vez mais juntamente com os agentes e instituições que as apoiam conquistando cada vez mais seu espaço na cidade, visto que há grande melhora na vida dos cooperados devido ao que já se foi conquistado até agora. Ana Claudia está na luta para conquistar esses espaços há muitos anos e disse que adora trabalhar com reciclagem e que não quer sair da cooperativa para trabalhar em outro ramo de atividade, muito menos agora que as coisas estão melhorando. Disse ainda que agora ela sente que as pessoas não olham mais para os cooperados como coitadinhos e estão começando a entender o trabalho na cooperativa como um ofício como outro qualquer, embora alguns cooperados ainda se sintam “coitados” e veem o contrato com a prefeitura como uma ajuda. (Diário de Campo, 27 de novembro de 2018).

Diante desse cenário, as disputas das cooperativas de materiais recicláveis pelos espaços na cidade de Maringá estão a cada dia conquistando mais atores, principalmente a sociedade civil, que vem conhecendo o trabalho das cooperativas e a importância do seu trabalho no crescimento da cidade tanto em termos ambientais quanto sociais.

#### 4.2 MARINGÁ E A DISPUTA POR UM ESPAÇO

Na disputa por um espaço na cidade de Maringá, alguns atores, como a Igreja Católica, a Universidade Estadual de Maringá – UEM, o Observatório das Metrópoles, o Ministério Público do Trabalho, a ARPSOL, a Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis – ANCAT, a sociedade civil organizada e os cooperados que fazem parte das cooperativas de Maringá e região, vem se juntando para serem reconhecidos e para conseguir um lugar digno de trabalho. Mas essa luta não é de hoje. Esses atores e catadores vêm trabalhando em prol de melhores condições há muitos anos. Diante disso, Fischer (2010) vê as práticas e intervenções quanto ao espaço como apropriação, sendo uma forma de relação que expõe os aspectos subjetivos dos atores sociais através da ocupação ou da utilização específica do espaço.

Danilo disse que alguns agentes, como ARPSOL, ANCAT, representantes do MNCR em Maringá e os catadores de várias regiões se uniram e foram até Brasília

lutar pelos seus direitos. Tanto que existe na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO a profissão do catador que hoje é reconhecida assim como as outras profissões. Outras conquistas foram por exemplo a PNRS, a contratação das Cooperativas sem licitação. “Isso só aconteceu porque o movimento dos catadores se organizou para conseguir essas conquistas” (Diário de campo, 06 de abril de 2018).

O reconhecimento estatal é importante na produção do espaço e na constituição das cidades, pois, de acordo com Corrêa (2013) tanto as esferas Federais e Estaduais quanto as esferas Municipais podem gerar diversas ações que devem estar sempre ligadas. Além disso, é possível dizer que um bairro, ou qualquer outra região enquanto espaços definidos por identidades e emoções compartilhadas são, por conseguinte, espaços vividos e percebidos. Porém, estas regiões, podem ser também territórios, por terem sido reconhecidos pelo Estado como unidades formais que são, por ele, administradas e planejadas, ou ainda, pelos movimentos sociais rebeldes que se opõem ao seu poder (SOUZA, 2009a).

A organização coletiva para ocupação da cidade também é uma prática importante, pois, no que diz respeito à organização econômica dessas pessoas, a ocorrência de maior destaque é a formação de várias associações e cooperativas formadas por catadores e catadoras de material reciclável em todos os estados do Brasil. Essas organizações surgem com o intuito de fortalecer aos catadores que estão inclusos no elo economicamente mais frágil na cadeia de valor da reciclagem no que diz respeito a renda (IPEA, 2013). Diante disto, Benvindo (2010) complementa indicando que o trabalho coletivo dos catadores faz com que haja uma materialização da sua forma de trabalho, dividindo o mesmo espaço físico e seu conhecimento quanto a triagem do material, podendo influenciar no resultado financeiro de todos.

Uma das formas coletivas de organização das cooperativas para provocar um debate institucional sobre esse trabalho é o Movimento Nacional de Catadores Materiais Recicláveis – MNCR, um movimento social que tem como vertente organizar os catadores por todo o país e valorizar a classe sob os princípios da autogestão, ação direta, independência de classe, solidariedade de classe, democracia direta e apoio mútuo (MNCR, 2013). Um fato que marcou o surgimento do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis foi o primeiro

encontro Nacional de Catadores de Papel, no ano de 1999. Outro fato marcante foi o primeiro congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, que ocorreu em Brasília em 2001, sendo considerado ainda um marco da fundação do Movimento (MNCR, 2013).

Houve grande mobilização para que este evento acontecesse e reuniu mais de mil e setecentos catadores e catadoras e resultou no lançamento da Carta de Brasília, um documento que manifesta as necessidades de pessoas que sobrevivem da coleta de materiais recicláveis (MNCR, 2013). O movimento nacional dos catadores tem mais de dez anos de luta, e vem cada vez mais organizando pessoas por todo o Brasil, mas ainda convive com a realidade dos catadores que trabalham nos lixões e nas ruas em péssimas condições, mas hoje, os catadores já são ouvidos em vários espaços. Como por exemplo nos encontros estaduais e regionais que presenciei enquanto estive em campo, bem como o Fórum Lixo e Cidadania.

Pude participar de um desses encontros na Faculdade de Engenharia e Inovação Técnico Profissional de Maringá – FEITEP. Estavam presentes na reunião, o procurador do trabalho de Maringá, cooperados de várias cooperativas de Maringá e região, representantes de organizações e associações presentes na luta em favor das cooperativas de reciclagem, um professor da Universidade (FEITEP) e alguns estudantes da área de meio ambiente. Já era 18h50 quando a reunião começou e eu peguei meu bloquinho de anotações para fazê-las. Vi que a maioria das pessoas que lá estavam, era simples, estavam com vestimentas simples e tinham rostos de pessoas simples. Primeiramente, Sr. Tiago, presidente da ARPSOL iniciou a fala. Ele se apresentou e falou sobre as pautas do fórum. Foi bem receptivo conosco, agradeceu nossa presença e falou sobre a importância da presença de cada vez mais pessoas e depois pediu para que cada um se apresentasse. Após as apresentações, Mateus, o procurador do trabalho, pediu para que os Cooperados falassem sobre os problemas de suas Cooperativas, para que o fórum possa ajudar. Sr. Tiago, perguntou então, qual a situação das Cooperativas que ali estavam e pediu para que todos os participantes do fórum dessem sugestões para melhorar o funcionamento das Cooperativas (Diário de Campo 19 de fevereiro de 2018).

Essa situação mostra que existem locais onde os cooperados podem ser ouvidos, apesar de haver inúmeras reclamações onde o poder público não responde aos ofícios enviados pelas Cooperativas. São locais onde podem expor os

problemas e compartilhar soluções e melhorias nas condições de trabalho e renda. Em cada Fórum uma cooperativa faz a apresentação sobre seu funcionamento e é possível perceber melhoras nas questões de trabalho e questões econômicas dos cooperados, porém é sempre visível a luta que foi necessária para se conseguir esses benefícios.

Levando em consideração que essa luta vem desde a época do lixão que existia na cidade, é possível considerar mais de 20 anos de luta e mesmo assim ainda tem muito o que se melhorar. Em entrevista com o Mateus, um dos procuradores do Ministério Público do Trabalho – MPT, o mesmo listou algumas vitórias do movimento em que está inserido. Apesar de iniciar sua participação a partir de 2008, esteve presente de forma ativa em prol de condições melhores e reconhecimento das cooperativas.

Em relação a essa disputa pelo espaço e pelo território, Souza (2009), salienta que as razões e as motivações para que haja conquista ou defesa de um território, podem ser vistas em várias vertentes, sendo de cunho cultural, econômico ou político por meio de relações sociais simples e complexas, desvendando uma mistura de razões e motivações, podendo estar ligada a disputa por recursos e riquezas ou a cobiça material, que não é separada do simbolismo ou da cultura.

Segundo Mateus, quando chegou na cidade, em 2008, afirma que não existia nada em relação às cooperativas que fosse formalizado. As cooperativas utilizavam os barracões cedidos pela prefeitura, mas não havia qualquer documento que desse respaldo a isso. Além disso, sequer havia diálogo entre as cooperativas e a prefeitura e, por esse motivo, o mesmo tentou fazer um intermédio entre as cooperativas e o poder público para que as mesmas pudessem ser ouvidas e houvesse alguma formalização nessa relação Município-Cooperativas e estas, não acabassem por inanição.

Nesse sentido foi possível perceber que o problema era muito mais complexo do que somente o ambiente de trabalho das cooperativas ou mesmo as questões de formalização. A cultura que havia nas cooperativas e as dificuldades destas em compreender sua posição, eram questões que talvez fossem mais difíceis e serem resolvidas. Por esse motivo, no ano de 2010 houve a criação do Fórum Lixo e Cidadania que, a princípio, englobava Maringá, Sarandi e Paiçandu, sendo um fórum intermunicipal. Porém, hoje se tornou um fórum regional, atuando de forma

articulada, induzindo melhorias e ao debate sobre a temática do lixo. Além disso, engloba não só a promoção do trabalho digno para os catadores como também questões de benefícios ambientais, como educação ambiental, coleta seletiva, entre outras situações.

Em todas as entrevistas que fiz, algo que me chamou muito a atenção foi falarem sobre a Usina de incineração, pois a instalação desta, acabaria com o trabalho das cooperativas da cidade, além de haver grande degradação do meio ambiente. A batalha pela não instalação da usina foi citada em todas as entrevistas como uma vitória na luta pela ocupação do espaço. É notório que existe uma luta cotidiana para que haja apropriação do espaço urbano, o que define uma dimensão política da cidade no que diz respeito à execução da dominação da autoridade político-administrativa sobre os grupos de habitantes. Esta questão pode ser vista mais facilmente em grandes manifestações civis, onde a comunidade urbana se faz notória, não só mostrando suas divisões, suas hierarquias e seus conflitos, mas também sua solidariedade e alianças (ROLNIK, 1995).

Em vários dias em campo eu já tinha ouvido a Crislaine e o Danilo falarem sobre a luta para que não fosse instalada na cidade a Usina de Incineração, mas falaram de forma bem rápida e eu também já havia lido no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos da cidade, mesmo assim me surpreendi por todos os entrevistados citarem esse momento. A Usina de incineração precisa de material reciclável para funcionar e isso tiraria a matéria prima dos catadores, diminuiria postos de trabalho, e ainda diminuiria a renda, porém mais do que isso, seria um problema de saúde pública e teria custo extremamente alto para o município.

Por todos esses motivos, os cooperados, juntamente com alguns agentes e a sociedade civil se organizaram para impedir esse ato. Na época, houve ações nas ruas, foi falado sobre a importância dessa luta nas igrejas e o Ministério Público do Trabalho, juntamente com o Ministério Público Estadual e Federal enviaram uma recomendação ao IAP para não licenciar o empreendimento, informando as implicações que isso traria em cada uma das esferas. Essa ação das três esferas do Ministério Público teve um peso ajudando a impedir a ação, juntamente com a manifestação dos atores e cooperados na disputa pelo território.

Nessa perspectiva de luta, o espaço é anterior ao território, segundo Raffestin (1993, p. 143) o território é visto como um espaço onde foi projetado um trabalho, apresentando em consequência relações de poder. Nessa diferenciação entre espaço e território está o processo T-D-R, que diz respeito ao movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

#### 4.3 DESTERRITORIALIZAÇÃO: DO LIXÃO À COOPERATIVA

Primeiramente, tendo em vista todo um histórico para a abertura das cooperativas de Maringá, pude perceber que elas não surgiram do nada ou apenas da vontade de se ter um empreendimento cooperativo que lhes ajudaria na sobrevivência.

Inicialmente, como em outros municípios brasileiros, em Maringá existia um “lixão” que fora instalado em 1957, onde eram depositados todos os resíduos gerados na cidade. Este lixão era localizado no Jardim Aclimação, mais precisamente onde hoje funciona o UniCesumar - Centro Universitário Cesumar. Houve um crescimento demográfico muito rápido na cidade, e a população que era de 38.588 habitantes em 1950, passou para 121.374 habitantes em 1970. Além disso, houve a ampliação da cidade devido à aprovação de loteamentos e o lixão começou a causar transtornos aos moradores próximos, devido ao mau cheiro e à presença de moscas (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2017). Assim, devido à problemas ambientais e a estar próximo à área povoada da cidade, o poder público passou a depositar os resíduos do município em outro local, na Gleba Ribeirão Pinguim, ao lado de onde atualmente está instalado o aterro sanitário.

No lixão, as pessoas trabalhavam de forma insalubre, dia e noite, sem nenhum equipamento de proteção, para o sustento de suas famílias. Sr. Tiago, um dos entrevistados, Vice-presidente da ARPSOL, contou que trabalhava como pedreiro, mas tinha muita concorrência e as vezes não tinha trabalho. Além disso, sua remuneração não era adequada aos seus custos de vida. Então, decidiu trabalhar com os resíduos porque “o lixo não para”, sempre tinha resíduos para serem separados no lixão.

Já o Sr. Ismael, outro entrevistado, Presidente da Coopercobre, contou que começou a trabalhar no lixão aos 39 anos, e disse que:

foi difícil arrumar emprego porque eu não tinha estudo e as firma falava que não pegava pra trabaia porque não tinha estudo e eu já era bem de idade e pra não ficar parado fui pro lixão, e graças a Deus conseguia manter minha família lá no lixão [...] Fui trabaia no lixão também porque tava com a luz e a água cortadas. Só isso já dava R\$ 580,00 e um comprador me emprestou dinheiro pra paga as conta logo no primeiro dia (ISMAEL, 2018).

Além da falta de equipamentos de proteção para o trabalho, no lixão (Figura 06), o lixo era despejado juntamente com o material reciclável e os catadores tinham que, no meio de todo aquele resíduo, encontrar o que tinha valor monetário. Sr. Ismael me disse na entrevista: “Vinha tudo no lixo, tinha comida, tinha cachorro morto, seringa de hospital, tinha de tudo, só que nós não podia reclamar porque já estavam trazendo pra nós né” (Sr. ISMAEL, 2018). Nesse momento da entrevista como o Sr. Ismael, senti que ele falava como se não pudesse reclamar daquela situação e tinha que se sentir agradecido pelo órgão público deixar com que eles utilizassem aqueles resíduos para sua sobrevivência. O Sr. Tiago relatou a mesma situação dizendo além de o lixão ser à céu aberto, havia “material misturado, mal cheiro, cachorro morto, gato morto, tinha um cheiro horrível e trabalhávamos embaixo de sol e chuva. Era misturado com comida, resto de banheiro, e lama quando chovia” (TIAGO, 2018). Ele ainda acrescentou: “era um material de péssima qualidade, material contaminado porque estava muito misturado” (TIAGO, 2018).

De acordo com Oliveira (2016), a desterritorialização é um processo que se constitui pela destruição de antigos territórios, mediante a reapropriação do espaço em redes. Nesse caso, é possível observar que no território existe uma estrutura de domínio e uma apropriação simbólica pelo grupo determinando suas ações.

É notável que para que as pessoas tivessem interesse em trabalhar no lixão havia uma questão de necessidade, de sobrevivência. Rolnik (1995) diz que a princípio, nas civilizações, as pessoas escolhiam determinadas regiões como por exemplo, os arredores de lagos e rios, para que fosse possível plantar e cultivar, mantendo sua alimentação e dessa forma, obtendo vantagens no que dizia respeito à sobrevivência. Apesar do desenvolvimento de territórios, indivíduos constroem suas territorialidades, de acordo com a busca por segurança. A Figura 03 é uma fotografia do lixão de Maringá no ano de 2005.

**Figura 03 – Lixão de Maringá em 2005**



Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá (2017, p. 120)

Os resíduos de Maringá ficaram depositados a céu aberto por um período de 34 anos e, posteriormente, isso passou a ser considerado inadequado. “A gravidade do problema do lixão havia alcançado níveis intoleráveis, montanhas de lixo acumuladas ao longo das últimas três décadas, uma lagoa de chorume prestes a romper e mais de cem catadores vivendo do garimpo do lixo” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2017, p. 106). No antigo vazadouro eram depositados todos os tipos de resíduos, domésticos, industriais, da saúde, auto fossas, resíduos de postos de combustíveis, Resíduos de Construção e Demolição – RCD, pneus, entre outros (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2017). Por esse motivo, no ano de 1994, o IAP declarou o lixão de Maringá irregular, orientando a construção de um aterro controlado, bem como a instalação de uma Usina de Reciclagem.

No mesmo ano iniciaram-se os programas de coleta seletiva no município, no entanto, o recebimento dos rejeitos continuou irregular. Aos poucos o programa de coleta seletiva foi sendo ampliando e em 2001 passou a atender os bairros (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2017). Em 2004, o município foi autuado pelo IAP com uma multa pela inadequação do passivo ambiental, sendo condenado ainda a pagar uma quantia mensal por não recuperar a área do vazadouro. Por fim, em 2005 o município assinou o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta

– TAC com o Instituto Ambiental do Paraná – IAP objetivando obter as condições mínimas para que se pudesse operacionalizar a área utilizada como disposição final dos resíduos sólidos urbanos e a apresentação de uma nova área ou uma solução que fosse definitiva para disposição dos resíduos gerados (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2017). Além disso devido ao mal cheiro gerado pelo lixo, bem como a presença de insetos, houve transtorno com os moradores que moravam nas proximidades.

Essas práticas se constituíram como o marco temporal para que eu iniciasse o debate sobre o processo de desterritorialização, visto que é um processo contínuo. Lembrando que esse início ocorreu com a contribuição do Estado. Os atores que participam da dinâmica de desterritorialização produzem um território a partir do espaço. Esse território é produzido pelos atores por meio da energia e da informação (SAQUET, 2009) ampliando a utilização de uma retórica do desenvolvimento territorial, permitindo o conhecimento das relações de poder, e assim buscando uma gestão territorial que potencialize diferentes interesses (SOUZA, 2009b).

Com todos esses acontecimentos, a prefeitura, juntamente com alguns órgãos, como o MNCR, a Igreja Católica, a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – UNITRABALHO/UEM, entre outros que apoiavam melhores condições de trabalho as pessoas que trabalhavam no lixão, iniciaram em 2001 a tentativa de acabar com o mesmo e colocar essas pessoas em outro ambiente, até porque crianças ficavam junto com os pais no meio dos resíduos e segundo Sr. Ismael que ia para sua casa todos os dias, haviam pessoas que ficavam lá trabalhando dia e noite. Esse que ficavam à noite, por não haver iluminação, pegavam um ferro, colocavam uma bucha, punham fogo e assim, podiam trabalhar lá a noite inteira.

A primeira cooperativa a ser formada no ano de 2001 foi a cooperapapel. Segundo o entrevistado, Sr. Ismael, “tinha mais ou menos umas 200 pessoas trabalhando no lixão. De lá abriram 3 cooperativas. Eles ficavam lá tirando as pessoas [...] em 2003 o prefeito Zé Claudio trouxe nós pra cá. Fez um almoço e trouxe pras 90 pessoas que vieram do lixão” (Sr. ISMAEL, 2018), sendo a última das 3 cooperativas, a cooperacobre. A prefeitura cedeu um local, um almoço para os catadores e despejava o material a ser separado. Não houve uma preocupação com

as condições de trabalho por parte da prefeitura, mas sim dos órgãos de apoio, principalmente a Igreja Católica, que se preocupava se os catadores estavam alimentados. Foi dessa forma que surgiram as primeiras cooperativas de Maringá, porém não havia nada formalizado, apenas um local, afastado da cidade, já que a cidade não aceita alguns aromas nem certos tipos de empreendimentos, onde todo o material era depositado da mesma forma que era feito no lixão e as pessoas trabalhavam com todos os materiais misturados, no sol ou na chuva como era no lixão. Segundo Sr. Ismael “era lixo bruto igual do lixão. Vinha 15 caminhão e jogava lá em riba. O caminhão trazia à noite” (Sr. ISMAEL, 2018).

O Danilo me explicou que antigamente as pessoas que coletam material se instalavam nos lixões para encontrar o que poderiam vender e houve maior preocupação com a situação dessas pessoas, depois que uma criança foi encontrada em um lixão se alimentando de restos mortais que lá haviam sido depositados. Segundo ele, isso foi o estopim para a criação do Fórum de Lixo e Cidadania em 2010, bem como à PNRS. Mostrou-me na Política Nacional de Resíduos Sólidos que em 2010, começou a valer a lei que fecha todos os lixões e iniciam as Cooperativas e Associações de catadores. (Diário de campo, 06 de abril de 2018).

Assim, as cooperativas surgiram também de uma necessidade do Estado em cumprir com a norma da PNRS de art.15, inciso V, onde a meta é a eliminação e a recuperação de lixões, associando isso à inclusão e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis (PNRS, 2012), embora os movimentos cooperativos tenham se iniciado antes da política.

Quando se cita a desterritorialização, Raffestin (1993) traz o termo como uma mudança de significado. Assim, o processo de desterritorialização desses indivíduos se deu com a saída dos mesmos do lixão, sendo levados ao local onde seriam abertas 3 cooperativas de material reciclável, gerando uma perda ou mudança de significado dessas pessoas. A “saída” do lixão deve, entretanto, ser considerada como um processo e não como um evento pontual. Para Haesbaert (2007a), deve-se considerar a desterritorialização em níveis simbólicos e culturais, além de sua dimensão material, pois a desterritorialização não é apenas a destruição do território ou mudança de local. Nesse sentido a saída de determinado território pode ser por vontade própria ou por destituição do local físico ou simbólico.

No caso dos catadores, os mesmos foram resistentes em sair do trabalho no lixão, pois segundo o Sr. Tiago, no lixão o material era úmido e pesava mais, além disso não acreditavam na promessa da prefeitura de que iam disponibilizar barracão, caminhões e maquinários para trabalharem, pois segundo ele:

a gente era esquecido lá, aí chega uma proposta assim a gente achou meio duvidoso, será que vão ser mesmo, será que vai ter barracão mesmo, será que a gente vai ter prensa mesmo, será que eles vão dar o que eles tão prometendo? Então a gente ficou com medo, mas depois que a gente foi, a gente viu que era verdade (Sr. Tiago, 2018).

Foi possível perceber que os catadores estavam relutantes em sair do local onde era seu território e nesse processo de desterritorialização tiveram que se acostumar com o novo local, sofrendo um sentimento de invasão, de exclusão, gerando conseqüentemente um impacto emocional ao haver esse deslocamento, pois como cita Raffestin (1993), nesse processo existe a perda de um território. Nesse caso, o poder de influenciar na escolha dos indivíduos se fez presente de modo a levá-los de maneira forçada para outro local. Assim, existe um conceito de cidade, juntamente com os conceitos de poder público e de governo da cidade que são acometidos de novos significados, como as novas formas de se trabalhar dos catadores, em um procedimento amparado a uma transformação da cidade em ator econômico, sendo este, um sujeito de natureza mercantil e empresarial que estabelece o poder em uma nova lógica, onde se objetiva reconhecer a apropriação direta dos instrumentos de poder público por empresas privadas (VAINER, 2002), assim como o Poder Público de Maringá, que utilizou-se do poder para desterritorializar os catadores de materiais recicláveis que trabalhavam no lixão.

Outro motivo para que os catadores demorassem para se acostumar com o novo espaço que lhes fora concedido foram as questões de privação dos recursos financeiros, pois com a saída do lixão passaram a receber menos pelo material coletado. Segundo o entrevistado, Sr. Tiago “na verdade a gente não queria sair do lixão, porque o material lá ele pesa mais. O material é mais pesado, mais sujo, úmido” (Sr. TIAGO, 2018). E o entrevistado, Sr. Ismael disse que “quando a gente veio pra cooperativa era melhor de trabaia, mas ganhavam menos” (Sr. ISMAEL, 2018). Segundo eles, chegaram a receber no mês o que ganhavam em uma semana no lixão.

Segundo Souza (1995), o processo de desenraizamento dos indivíduos ou grupos pode ser considerado mais ou menos traumático, visto que pode implicar na

privação do acesso a recursos e riquezas. Porém, primeiramente é considerado um processo envolvendo relações de poder projetadas nos espaços tanto vividos quanto percebidos.

Para esses catadores, a forma como trabalhavam no lixão era percebida como satisfatória, pois era o melhor que tinham e havia junto a isso um medo de não terem o que lhes fora prometido e, conseqüentemente, diminuindo o rendimento mensal do trabalho resultando na dificuldade de arcar com suas despesas financeiras e se deslocarem para outro ambiente. Além disso, não havia entre eles o mesmo processo de reflexão sobre proteção e condições de trabalho como era apresentado pelas instituições públicas, pois, em suas palavras, já haviam se acostumado com o que lhes era oferecido pela sociedade. “Não existia máscara, não existia luva, não existia nada. Hoje está mais fácil porque tem até uma pré-triagem” (Sr. TIAGO, 2018).

No processo de desterritorialização também há uma disputa de sentidos e significados, ou seja, a dimensão simbólica também está em disputa, conforma discute Haesbaert (2007a) quando cita que um dos tipos de desterritorialização é a desterritorialização como perda de referências espaciais.

Porém, esse processo de desterritorialização dos catadores não se deu somente com os catadores do lixão. Posteriormente, os catadores informais que buscavam os materiais em ruas, casas e condomínios e vendiam para atravessadores<sup>2</sup>, foram também convidados a participar das cooperativas, pois acredita-se que a organização e formalização, por meio da criação de cooperativas e associações, pode trazer maior acesso a políticas públicas e recursos financeiros. Segundo Souza (2018), nos últimos 15 anos, aumentou a quantidade de catadores e catadoras significativamente e com isso, conquistaram ações importantes para a categoria, especialmente em termos legislativos. Dessa forma, o aumento da criação de cooperativas e associações contribuiu para que se fortalecesse a luta coletiva.

Com esse apoio, muitos dos catadores informais passaram a fazer parte das cooperativas, surgindo assim outras cooperativas na cidade e aumentando o número de pessoas para essa luta. Essas pessoas, ao adentrarem nas cooperativas, ainda passam por um processo de desterritorialização, não só pela mudança de espaço

---

<sup>2</sup> Atravessadores são os compradores informais que compram materiais tanto dos catadores informais quanto das cooperativas para revender para empresas maiores em grande quantidade.

físico, mas também pela mudança na forma de trabalho e outras consequências com a saída da catação nas ruas. Nesse sentido Haesbaert (2007b) considera a desterritorialização em níveis simbólicos e materiais, trazendo um desenraizamento territorial. Um exemplo disso foi quando a Patrícia me contou que quando trabalhavam na rua, as pessoas davam almoço para eles e no natal, faziam bilhetes, entregavam nas casas e recebiam doações de alimentos e brinquedos. “Uma vez, nós ficamos 3 meses sem precisar fazer compras, de tanto alimento que arrecadamos”. (Diário de Campo, 06 de março de 2018).

Nesse sentido, existe uma dimensão territorial de motivação aos indivíduos, sendo ela simbólica e material. Houve assim uma desterritorialização em nível físico, quando houve a modificação no espaço onde trabalham, sendo esta, em acordo ou desacordo com a própria vontade do indivíduo, havendo uma intervenção do Estado, mostrando a relação de poder existente nos territórios. Em questões simbólicas e culturais, essa desterritorialização ocorreu quando foram perdidas suas referências, seus laços, perdendo assim suas relações com o espaço e com o território. Com isso, Haesbaert (2007a) diz que existem duas posições antagônicas, onde mostra-se duas visões extremas da desterritorialização e uma delas é a desterritorialização do “alto”, vinculada às categorias sociais privilegiadas e a outra, a desterritorialização de “baixo”, que envolve os grupos mais expropriados, sendo privados do acesso ao território tanto material quanto imaterial.

Em resumo, o processo de desterritorialização ocorreu, para além do deslocamento de local na cidade, das formas de trabalho, de remuneração e da relação com as instituições públicas da cidade. Essa nova configuração do território evidencia o caráter político desse processo, onde houve uma obrigatoriedade de mudança física, causando um deslocamento simbólico, uma mudança de significado, da sua forma de vida e de trabalho. Nesse sentido, Medeiros (2009) diz que o encontro com uma nova realidade provoca uma desterritorialização dos processos simbólicos, gerando novas ressignificações e redimensionamentos dos objetos, das coisas e dos comportamentos, trazendo consigo conflitos.

Independentemente da maneira que ocorre o processo de territorialização, sendo esta a apropriação do espaço e a transformação em um local habitado de forma coletiva, o indivíduo tende a sempre alterar o meio em que vive, seja por não ter outra opção, ou por imposição. Essa modificação realizada no território, é

chamada de desterritorialização e, segundo Souza (1995) como consequência, existe a reterritorialização de novos territórios no tempo e no espaço.

#### 4.4 RETERRITORIALIZAÇÃO: AS ADAPTAÇÕES E A LUTA PARA MANTER SEUS TERRITÓRIOS

Com o passar dos dias em campo, pude perceber inúmeros motivos que fizeram os cooperados se reterritorializarem. Levando em consideração que segundo Haesbaert (2007b) o movimento de reterritorialização aparece com perda ou modificação de significados de um ou vários territórios por parte do indivíduo de forma individual ou coletiva, pude não só ver modificações e ouvir relatos, como também vivi algumas dessas modificações juntamente com os cooperados e os agentes de apoio.

A primeira modificação percebida é em relação à estrutura física das cooperativas, pois a estrutura física é algo que não passa despercebido aos olhos de ninguém, muito menos de uma pesquisadora. Logo que cheguei em cada uma das cooperativas, desde o primeiro dia em campo, o espaço físico chamou a atenção. Algumas em locais pequenos, outras em barracões maiores; algumas mais abertas, outras mais fechadas; as que choviam dentro e aquelas onde não cabia mais material; as que continham escritórios, ar condicionado e aquelas que não tinham nem mesmo ventilador. Lembro-me dos pernilongos, lembro-me do abandono do poder público em relação ao matagal que se fazia presente trazendo inúmeros perigos, além dos perigos que já se tinha com o depósito daquele tipo de material.

Esse olhar na estrutura física me fez ter ainda mais curiosidade em relação ao processo pelo qual as cooperativas passaram até chegarem no patamar que estão hoje, principalmente porque era perceptível muitas diferenças entre uma cooperativa e outra, bem como todas as melhorias que eu mesma presenciei com as idas a campo.

O meu primeiro questionamento foi compreender o processo reterritorializador vivenciado pelos catadores que vieram do lixão em relação à estrutura do local. Saíram de um local a céu aberto, onde todos os materiais vinham misturados, sem

utilização de nenhum tipo de equipamento de proteção ou maquinário para manuseio do material, onde conviviam com animais (cachorros, urubus...) que se alimentavam dos restos de alimentos que havia no lixo. Logo que chegaram nas cooperativas, segundo os entrevistados, Sr. Tiago e Sr. Ismael, o material era depositado da mesma forma que no lixão, todo misturado, e seu manuseio também era feito da mesma forma.

Posteriormente o local foi sendo modificado e foram feitas algumas parcerias com organizações que apoiavam a causa, como o MNCR, ANCAT, empresas privadas e outras cooperativas, onde foram sendo doados e emprestados alguns maquinários para ajudar no trabalho. Sr. Tiago contou que na cooperativa onde é presidente, a princípio, a prefeitura cedeu apenas o caminhão para ser realizada a coleta dos materiais para o trabalho. Depois, foram fazendo parceiros e projetos, e dessa forma conseguiram ganhar esteira, prensa, elevador de carga, entre outros equipamentos. Sr. Ismael disse que no lixão trabalha sem nada, mas na cooperativa foi aprendendo a trabalhar com todos os equipamentos e hoje faz todos os tipos de trabalho na cooperativa, desde as atividades desenvolvidas com o auxílio da esteira, carregar caminhão, na prensa de materiais e em qualquer outro lugar que precisar. Essa adaptação ocorreu pela necessidade dos catadores em manter seus trabalhos após terem passado por um processo de desterritorialização ao saírem do lixão.

Como já discutido anteriormente, questões de identificação e perdas de territórios, podem se configurar como desterritorialização também em dimensões objetivas, visto que onde exista a perda de território de forma física, a partir da mudança ou destruição de um determinado território. Como base nessa colocação, Haesbaert (2007b) aponta que tanto de maneiras objetivas, físicas, quanto simbólicas, subjetivas, as várias formas de reterritorialização aparecem, a partir de seu reconhecimento e/ou identificação de perda de determinado território, onde se inicia uma lógica de readaptação a um novo território por parte dos indivíduos. Assim, após terem saído de um território e adentrado a outro, os catadores tiveram que passar por inúmeras adaptações e readaptações para que assim pudesse permanecer nesse território.

É por isso que esse processo se configura como sendo dinâmico e não somente pontual. As mudanças ocorrem em diferentes aspectos e formas e assim, a adaptação dos cooperados que adentraram nesse território também aconteceu de

diferentes formas, tanto em termos de aceitação quanto em outros movimentos que foram necessários.

Porém, não foi somente os catadores que vieram do lixão vivenciaram o processo de reterritorialização. Como já relatado, os catadores informais que se encontraram fazendo a coleta nas ruas também tiveram que se adaptar ao local que decidiram ficar e se readaptar de acordo com a necessidade de melhoramento das condições de trabalho nas cooperativas. Logo no primeiro dia em campo, Patrícia, a presidente da primeira cooperativa que tive contato no início de minha pesquisa, me informou que houve muitas mudanças nos últimos cinco anos e me mostrou onde os catadores separavam o material enquanto a prefeitura ainda não havia feito os barracões (Diário de Campo, 18 de janeiro 2018). Essa informação me fez primeiramente perceber que as mudanças em relação à reciclagem no município iniciaram-se antes mesmo de ter sido aprovado o plano que estava sendo discutido na câmara dos vereadores em julho de 2017, onde estive presente. Posteriormente, imaginei como seria a forma de trabalho dessas pessoas saindo das ruas e ainda assim trabalhando sob o sol e a chuva.

No ano de 2014 o Conselho Gestor do Programa Pró-Catador – CGPPC emitiu o Ofício nº 06/20 14-CGPPC, respondendo ao ofício nº 3.077/2014-PMM (Prefeitura do Município de Maringá), no qual solicitava a elaboração de um Projeto da Central de Triagem de Resíduos Sólidos Recicláveis, deliberou, entre outras coisas, a:

Conclusão do projeto e construção dos barracões na Estrada 200, Zona Norte, no prazo fixado - março de 2015, garantindo-se nesse projeto a adequação arquitetônica destes barracões à recepção, triagem, armazenagem e transporte dos resíduos sólidos recicláveis; bem como, espaço de apoio a esta atividade para o trabalho administrativo, reuniões e treinamento, cozinha, refeitório, sanitário, chuveiro e vestuário, nos quais funcionará um conjunto de Cooperativas de Triagem de Resíduos Sólidos Recicláveis (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2017, p. 115);

Após essa deliberação, foram construídos 3 barracões, onde hoje funcionam as cooperativas: Coopercobre, Cooperpapel e Coopersucata. Os barracões ficam separados, mas a área administrativa é em comum, assim como o refeitório e os banheiros, porém cada cooperativa tem sua sala para utilizar como escritório. Esse processo passado pelas pessoas que trabalhavam naquelas cooperativas me fez perceber que aos poucos eles vão conseguindo melhores condições de trabalho, e

embora haja um barracão para que não trabalhem a céu aberto, as condições de trabalho ainda não são as melhores que se pode ter.

No meu primeiro dia em campo começou a chover e como eu havia notado que o barracão, apesar de coberto, não era fechado molhava os materiais, perguntei à Patrícia como faziam o trabalho quando chovia e ela me respondeu: “Temos que trabalhar assim mesmo” (Diário de campo, 18 de janeiro de 2018). Nessas condições, a cooperativa ainda corria o risco de perder uma quantia de material, pois se a chuva fosse forte os molharia, ficando inutilizáveis para a venda.

Ao adentrar na ARPSOL e visitando as demais cooperativas, pude constatar que essa mudança não ocorreu somente nas 3 cooperativas cujo barracão foi construído pela prefeitura. Algumas cooperativas ficam em barracões com o aluguel pago pela prefeitura, outras pagam o próprio aluguel. Independente de seus barracões, ambas passam por processos parecidos como, por exemplo, ampliação de barracões, o que pode ser observado na Cooperplástico e na Cooperpapelão, é a compra ou o ganho de maquinários, que pude constatar em todas elas.

Considero que de uma forma ou de outra, as cooperativas tentam se adequar para conseguirem melhores condições de trabalho e renda e também para cumprirem com alguns requisitos impostos para terem contrato com a prefeitura, como por exemplo a liberação dos alvarás. A Cooperalumínio, uma dessas cooperativas, está instalada em um barracão que passou por uma pequena reforma, visto que seus recursos financeiros são escassos para uma grande reforma e o local é alugado. Essa cooperativa teve de ser ampliada por não haver mais local para depositar os materiais, principalmente depois que começaram a adquirir maquinários importantes para seu funcionamento (Diário de campo, 11 de maio de 2018).

Não só devido ao contrato com a prefeitura, mas também à fiscalização do Ministério Público do trabalho, as cooperativas devem se adequar a algumas normas. Essas normas são para que se tenha um ambiente de trabalho digno, na percepção das instituições que regulam o trabalho nas cooperativas, porém essas modificações geram custo para as cooperativas e as mesmas muitas vezes não tem recursos financeiros para supri-las. O Danilo me disse que foram fazer uma vistoria nas cooperativas e as mesmas têm que cumprir alguns requisitos de segurança, que não seguem. Assim, foi dado um prazo para as Cooperativas fazê-lo. Ao chegar na cooperativa percebi que realmente havia muito material, tanto que não se conseguia

transitar tranquilamente sem esbarrar no mesmo (Diário de campo, 02 de fevereiro de 2018).

Assim, essa adequação se torna necessária devido aos riscos que esses catadores e catadoras estão expostos. Isso porque, segundo a NR 15 do Ministério do Trabalho e Emprego, a atividade de catação de materiais recicláveis é considerada como grau máximo de insalubridade, visto que são inúmeros os fatores de risco, como por exemplo, químicos, físicos, biológicos, acidentais, ergonômicos e emocionais (IPEA, 2013).

Apesar de toda essa luta, de acordo com o Ipea (2017), esses empreendimentos coletivos ainda têm carências, principalmente no que diz respeito à problemas estruturais, sendo um grande obstáculo no processo histórico de luta desses indivíduos, mas não só isso, ainda existe outra dificuldade que abrange boa parte dessas pessoas, que trabalham dando o melhor de si e recebem apenas uma pequena renda para suprirem suas necessidades e as de seus familiares.

Pude perceber essas mudanças e a preocupação da presidente da cooperativa quando a Dona Janaína e a Patrícia me contaram o que pretendiam fazer na Cooperativa. Segundo elas, nas próximas semanas iriam colocar uma grade para que houvesse espaço para as pessoas transitarem e o lixo não ficar caindo. A Patrícia disse que isso foi pedido em uma vistoria feita e que eles têm um prazo para se adaptarem ao que foi pedido, ressaltando o que havia sido contado pelo Danilo na semana anterior (Diário de campo, 09 de fevereiro de 2018). Notei uma certa preocupação da Patrícia, presidente da cooperativa, em relação ao cumprimento desse requisito, pois ela se mostrou bastante empenhada nos orçamentos e ansiosa nos demais dias esperando a instalação, principalmente porque melhoraria o trânsito dos cooperados, não tropeçando ou pisando no material. Nesse sentido, Benini e Benini (2010) salientam que existe uma enorme frustração dos cooperados e associados por não poderem, muitas vezes, oferecer um ambiente de trabalho que seja ideal aos trabalhadores.

Certo dia, fui até a cooperativa como de costume e não havia ninguém. Quando liguei para a Patrícia e disse que estava na Cooperativa, ela me perguntou se eu vi a grade que haviam colocado e o que eu achei e eu respondi que ficou bem melhor, com mais espaço para transitar e sem material caindo (Diário de campo, 23 de fevereiro de 2018). Ao telefone ela estava toda contente porque haviam colocado

a grade e eu percebi que era uma vitória para eles. Durante o período que estive lá vi que ainda haviam muitas coisas a serem modificadas para que se tivesse um ambiente melhor para o trabalho, e com o passar do tempo via o quanto eles se esforçavam para que conseguissem fazer todas as adaptações, não só na estrutura física, mas em tudo que lhes foi pedido.

Para que pudessem se adequar, as cooperativas também contrataram uma técnica em segurança no trabalho, Jaqueline. Ela orienta as diretorias quanto ao que é necessário para cumprir as normas de segurança no trabalho e os ajuda a organizar não somente as questões estruturais de segurança, como também a questão dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e organização de documentos. Em reunião com as cooperativas, Jaqueline falou sobre um estudo de outros barracões porque em alguns chove dentro e o layout está errado. Falou também que se os documentos estiverem organizados, fica fácil entregar quando a prefeitura pedir (Diário de campo, 09 de novembro de 2018). Essa reunião aconteceu com quase 10 meses que eu estava indo a campo e apesar de terem havido inúmeras modificações ainda há muito a se melhorar. É importante dizer que a contratação da Técnica de Segurança não foi uma obrigatoriedade, porém o trabalho que a mesma irá realizar é visto como importante já que a contratação com a prefeitura depende dos alvarás, que somente são liberados quando as cooperativas estão adequadas aos termos de segurança.

Desse modo, é relevante considerar que se nos voltarmos “à substância paisagística, pensemos no encontro entre artefatos simbólicos, materiais e estruturais através dos quais se exprime o processo de territorialização”. Uma paisagem, pode se revelar como uma exteriorização empírica da territorialidade, ocorrendo quando um observador tiver a capacidade de organizar, fragmentos do processo de territorialização, tanto em termos simbólicos como materiais e estruturais (TURCO, 1984, p. 39).

Jaqueline comentou que as cooperativas não têm recursos financeiros para se adaptar as normas de segurança do trabalho que são impostas e eu comentei sobre a imposição que é feita sem enxergar a realidade de cada organização. A Jaqueline comentou ainda uma questão de maquinários quebrados e fios expostos que as cooperativas não têm dinheiro pra arrumar, ficando lá o risco de um acidente grave. Comentou também sobre um maquinário que estava sendo arrumado pelos

próprios cooperados na Cooperpapelão e a presidente pediu para pararem de arrumar devido ao risco de alguém se machucar (Diário de campo, 25 de setembro de 2018).

Entre as adaptações e modificações que ocorreram nas cooperativas com o passar dos anos desde a saída do lixão, estão a compra e os projetos para adquirir maquinários para o trabalho, sendo para melhoramento do funcionamento destas; a utilização de EPIs para que o trabalho se torne o mais seguro possível, sendo uma determinação para se obter contrato com a prefeitura; e o apoio de ONGs, de empresas e do setor público. Levando em consideração que quando saíram do lixão e foram para as cooperativas o trabalho era realizado da mesma forma, sem proteção ou adaptação nenhuma, conforme salientou Sr. Ismael em entrevista “nem na cooperativa usava equipamento” (Sr. ISMAEL, 2018), é notável que muitas mudanças já ocorreram, como contou Sr. Tiago, que diferente da época do lixão quando tudo era manual, “hoje a gente trabalha com esteira, temos caminhão, temos apoio da prefeitura, é contratado pela prefeitura, temos apoio dos vereadores, apoio do MP, apoio da ARPSOL, tem vários parceiros” (Sr. TIAGO, 2018).

Os entrevistados, tanto Sr. Tiago e Sr. Ismael que trabalhavam do lixão; Dona Sueli e Dona Marizete, que trabalham a cerca de 20 anos com material reciclável; quanto Crislaine, que iniciou seu trabalho na cooperativa aos 18 anos; Lucas, que trabalhou em ações junto as cooperativas e esteve em outros países estudando a questão dos recicláveis; e Mateus, que desde que se tornou procurador do trabalho vem ajudando as cooperativas e se adequarem e terem melhores condições de trabalho; disseram que as condições do ambiente de trabalho mudaram muito. Disseram ainda que os cooperados não tinham noção da importância de se trabalhar em um local adequado com equipamentos de segurança. E ambos, tanto os que vieram do lixão quanto os que faziam a catação de maneira informal nas ruas, contam que sequer usavam luvas, tinham contato direto não só com o material reciclável como também com o que não era reciclável e com o que era orgânico.

Como não eram utilizados EPIs, os cooperados corriam inúmeros riscos. Chegando na Cooperpapel, ao descer do carro, pisei em alguns cacos de vidro, mas estava de tênis e não me machuquei, porém, fiquei imaginando o quão importante é o uso dos equipamentos de proteção individual naquele local. Perguntei à Dona Janaína sobre os equipamentos e ela contou que precisavam de mais EPIs e que a

Patrícia, presidente da cooperativa iria comprar. Ela me mostrou sua luva que estava rasgada nos dedos da mão esquerda e assim ela tinha contato direto com o material que separava. Disse que as luvas eram de qualidade ruim e por isso não duravam. Perguntei a ela se a bota que estava usando era a indicada para a proteção deles e ela disse que não. Disse que a dela rasgou e ela pegou aquela de uma amiga, mas não é ideal por ser curta e seu material ser diferente (Diário de campo, 02 de fevereiro de 2018).

Quando ia à cooperativa separar material, a presidente, Patrícia ou a Dona Janaína sempre conseguiam equipamentos de proteção para o meu trabalho. A Patrícia me emprestou sua luva, o que não é recomendável por não ser higiênico, para que eu não tivesse contato direto com o material. Ela e a Dona Janaína me disseram que o material das luvas é muito ruim e que logo elas furam na ponta dos dedos e eu já havia percebido isso em uma visita anterior, onde vi que as luvas da Dona Janaína estavam rasgadas na ponta dos dedos. Dona Janaína sempre prestativa encontrou um avental florido e me emprestou também. Segundo ela, ajuda a não sujar tanto a roupa (Diário de campo, 09 de fevereiro de 2018). Embora o avental não fosse um equipamento de proteção como as luvas, se fazia importante seu uso com a separação nas mesas, visto que eu não utilizava uniforme como eles e mesmo com uniforme as roupas sujam muito e estragam. Dessa forma, o “enraizamento” tanto social quanto individual ocorre como um vínculo com os demais elementos sociais, como corpo, paisagem, estado, entre outros, fundando um território autônomo quanto a liberdade na escolha dos relacionamentos (SAHR; SAHR, 2009).

Trabalhando na ARPSOL eu tinha não só contato com as cooperativas, mas também ficava a par dos problemas encontrados nas mesmas. Certo dia Crislaine comentou que algumas cooperativas estavam com muitas coisas erradas em relação ao uso dos EPIs e a Jaqueline disse que precisa fazer mais visitas em todas devido às questões de segurança no trabalho que ainda estão sendo organizadas (Diário de campo, 05 de setembro de 2018). Tendo em vista que as cooperativas muitas vezes não têm recursos financeiros para a compra dos EPIs, tem-se sempre o risco tanto de acidentes de trabalho quanto de contaminação por meio dos materiais que os mesmos têm contato direto devido à falta de equipamento ou do mal-uso destes.

Outro problema existente nas cooperativas em relação aos EPIs é a falta de conscientização de alguns cooperados em relação a sua utilização. Muitos cooperados se recusam a utilizá-los por não ter costume e não gostarem. Essa reterritorialização se torna mais difícil para alguns cooperados que têm uma dificuldade maior em se adaptar a estes equipamentos, principalmente devido ao calor. Eles relatam que as luvas e o capacete são quentes e que as vezes esquecem de utilizar o protetor auricular quando vão para a prensa. É difícil também para os presidentes ficar cobrando, se tornando “chatos” pela insistência no uso destes. Isso ocorre porque anteriormente não havia essa obrigatoriedade.

Eu estava sentada na calçada conversando com um cooperado quando passou perto de nós outro cooperado. Notei que ele estava sem a luva de proteção e eu perguntei “cadê a luva?” Ele disse que estava no bolso da calça e quando pegou, a luva estava rasgada. A Presidente da cooperativa, Dona Fabiana, que estava do meu lado, comentou que ela cobra sempre a utilização desses equipamentos, mas os cooperados não gostam (Diário de campo, 15 de junho de 2018). Esse evento mostra a fragilidade a qual se expõe esses cooperados, que muitas vezes não têm nem a noção do quão importante é para a própria saúde a utilização dos EPIs.

É sempre difícil lidar com as várias visões existentes em um único território, pois existem inúmeras divergências que impactam no processo de reterritorialização dos indivíduos, envolvendo a partir de uma análise simbólica e material as percepções destes sobre o território ao qual se inserem. Nesse sentido, Sack (1986) enfatiza que a territorialidade atravessa condições determinadas a níveis abrangentes ou individuais, podendo esses indivíduos possuir territorialidades específicas sobre o mesmo espaço. Por esse motivo, é possível verificar que em várias ocasiões, em um mesmo território pode-se ter diferentes interpretações de um mesmo local para cada um dos indivíduos.

Nesse sentido, Jaqueline, a técnica em segurança do trabalho, vem fazendo um trabalho de conscientização desses cooperados, iniciando pelos replicadores (pessoas com cargos nas cooperativas que devem repassar as informações sobre os equipamentos de proteção e fazer a cobrança dos mesmos), fazendo cursos e treinamentos. Porém, ela ainda sente medo de os cooperados ficarem arredios com as cobranças em relação à segurança no trabalho, pois as cooperativas ainda têm

muitos procedimentos a corrigir, sendo ainda mais necessário essa cobrança de adequação (Diário de campo, 14 de setembro de 2018) Nesse sentido, segundo Gonçalves Filho, Andrade e Marinho (2011), questões culturais podem, diversas vezes, se transformar em entraves significativos para as mudanças solicitadas em relação à implementação do Sistema de Gestão da Segurança do Trabalho.

Com o passar dos dias de pesquisa, pude perceber que a visão dos líderes das cooperativas em relação aos equipamentos de segurança também modificou-se e estão cobrando os cooperados de sua utilização. Entre suas despesas mensais, estão a compra dos EPIs necessários para o trabalho e Ana Claudia, tesoureira da coopercoobre, disse que hoje os próprios cooperados vão até ela pra pedir luvas e botas quando rasgam, ela nem faz mais tanta cobrança, porque o pessoal já tem ciência, principalmente os cooperados que adentraram na cooperativa a pouco tempo (Diário de Campo, 04 de dezembro de 2018), mostrando como o território se materializa nas subjetividades dos sujeitos.

É perceptível também nas visitas, a preocupação de algumas cooperativas em comprar o equipamento mais adequado, que sejam de boa qualidade e que vão realmente protegê-los. Fui com a Crislaine e a Jaqueline na Cooperpapelão e a presidente, Dona Marizete, mostrou para Jaqueline a cotação que havia feito das botas e disse: “quero comprar essa mais cara, porque vai durar mais tempo e aqui nós trabalhamos muito com vidro e é mais perigoso” (Diário de Campo, 20 de novembro de 2018).

Isso mostra o empenho da presidente da cooperativa não só em se adequar ao que foi pedido, como também em manter seus cooperados protegidos dos possíveis acidentes de trabalho. Essa conscientização se torna importante para as cooperativas, pois quando seus líderes têm a consciência da importância dos equipamentos, podem repassar aos demais cooperados. Entendendo o processo de reterritorialização passado pelos líderes das cooperativas em relação à utilização de EPIs, pode-se subentender que os demais cooperados seguirão as regras impostas quanto a utilização destes, mesmo que de maneira forçada, com cobrança e punição via regimento interno, construindo assim uma territorialidade advinda da vivência na coletividade e sendo afetada pelo processo de mudança, já que a territorialidade procura gerar a representação do território (HAESBAERT, 2011).

Nesse desenvolvimento das condições de trabalho, além da saída do lixão ainda houve outras transformações, como por exemplo, a forma de se coletar o material. Muitos que hoje são cooperados, antes, coletavam o material nas ruas como eu já disse anteriormente, se sujeitando a condições muitas vezes difíceis devido ao sol, a chuva, ao peso de se carregar o material, entre outros fatores. Perguntei para Dona Janaína como era antes a separação do material e ela me contou que tinham que buscar lixo na rua e isso não era bom, pois tinham que separar o lixo na chuva algumas vezes (Diário de campo, 09 de fevereiro de 2018).

Depois de passarem pelo processo de desterritorialização e após iniciarem suas atividades nas cooperativas, ainda tinham muitas dificuldades na hora da coleta, pois, tinham que ficar dentro dos caminhões fazendo a coleta e separação do material. Dona Janaína me contou que era muito quente. “E quando enchia de material então... ficava mais quente e o cheiro era ruim menina”. Segundo ela, quem ficava dentro do caminhão baú separando, revezava com quem ficava fora “catando”, porque se não, não aguentava. Para ela, é muito melhor agora por terem um lugar específico e não precisar ficar dentro do caminhão buscando o material e já realizando uma primeira seleção lá mesmo (Diário de campo, 09 de fevereiro de 2018).

Hoje, o caminhão da prefeitura coleta o material e entrega na cooperativa. Dessa forma, os cooperados ficam em um lugar fixo, que embora ainda seja quente, não é como quando ficavam dentro dos caminhões. Vejo que a ocupação do espaço foi se formando e se aprimorando nesses momentos, quando a luta foi trazendo conquistas e os cooperados foram se adaptando ao novo local de trabalho, sendo que essa modificação pode causar mudanças tanto físicas, quanto espaciais ou simbólicas num processo chamado por Haesbaert (2007b) como reterritorialização.

Nessa perspectiva simbólica no processo de reterritorialização que os cooperados passaram, tem-se os ganhos financeiros, pois ao sair do lixão, por volta no ano de 2003, segundo Sr. Tiago e Sr. Ismael, passaram a receber menos, tendo que se adaptar para o sustendo de suas famílias. Essa situação foi se modificando com a luta dos agentes junto às cooperativas, e hoje, recebem mais material, o que traz mais ganhos. Além disso, hoje as cooperativas têm um contrato com a prefeitura mais bem estruturado, mas tiveram que ser adequadas de forma a cumprirem com

alguns requisitos, como já foi citado anteriormente, para que esse contrato pudesse ser firmado.

O processo de reterritorialização vai sendo moldado com a dinâmica local, sendo influenciado pelo meio onde estão instaladas as cooperativas, nesse caso, Maringá. Isso faz com que estas se adaptem em um modo de sobrevivência. Assim, com a chegada de uma maior quantidade de material para ser triado, os cooperados sentiram-se motivados a trabalhar, pois melhorariam seus ganhos. Conversando com a Dona Janaína, ela me falou que estava muito contente, pois o mês todo veio bastante material e iria gerar mais dinheiro do que no mês anterior. Comentou ainda que de tanto material que tinha chegado, a cooperativa iria trabalhar no sábado para dar conta de triar todo o material. Fiquei bastante contente por eles, pois sabia que as contas não andavam bem (Diário de campo, 23 de março de 2018).

Essa quantidade maior de material também trouxe à cooperativa a necessidade de contratação de mais pessoas para o trabalho. Quando cheguei na cooperativa, vi a Dona Janaína puxando o carrinho cheio de papelão e ela me disse que ali estava muito cheio e que precisavam de mais pessoas para trabalhar, pois a quantidade de material havia aumentado muito (Diário de Campo, 27 de março de 2018). Isso não aconteceu em somente uma das cooperativas, mas em todas elas. Cooperativas de tinha 8 cooperados, passaram a contar com cerca de 20 e não tem mais pessoas trabalhando devido ao espaço físico ser escasso. A Cooperpapelão, por exemplo, que tem um espaço físico maior que as demais cooperativas e tem mais de 50 cooperados. Esse crescimento nas cooperativas não ocorre somente no município de Maringá. Os catadores e catadoras de materiais recicláveis são uma categoria de trabalhadores que está em constante crescimento. Segundo os dados do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, existe no país cerca de 1 milhão de catadores e catadoras e, ainda que não haja uma quantia exata quanto ao seu número, é considerável a quantidade de indivíduos que sobrevivem do trabalho da coleta e triagem dos materiais recicláveis (MAGALHÃES, 2016).

Dessa forma, tanto a desterritorialização quanto a reterritorialização são discutidos no domínio das relações de poder no espaço, envolvendo dimensões materiais e imateriais. Nas dimensões materiais podem ser consideradas às questões de infraestrutura urbana e nas dimensões imateriais os aspectos culturais, econômicos e políticos, nesse caso, levando em consideração os sentimentos, as

perdas, o isolamento geográfico, etc (SOUZA, 1995). No caso das cooperativas de reciclagem de Maringá, o processo de reterritorialização se deu na medida em que estas se organizaram em novas formas de apropriação do espaço. Porém, existe ainda o processo de territorialização dessas cooperativas, que se dá no momento de hoje, quando as mesmas buscam a conquista de um território por meio de luta.

#### 4.5 TERRITORIALIZAÇÃO: A CONSTANTE LUTA DAS COOPERATIVAS DE RECICLAGEM E SEUS AGENTES DE APOIO

Em meus dias em campo, principalmente no Fórum Lixo e Cidadania, o que mais ouvi, foi que há o apoio aos catadores, porém quando estes se organizam em forma de associações ou cooperativas. Isso evidencia a influência das instituições sociais nos modos de territorialização desses grupos. Sobre isso, de acordo com Saraiva, Carrieri e Soares (2014) é possível em qualquer organização, obter-se uma via dinâmica de mão dupla, com um fluxo contínuo entre as extremidades – atores sociais e território. De um lado, objetivações nascendo de indivíduos isolados ou de forma coletiva, e, do outro, subjetividades surgindo do lugar em um processo onde se escrevem histórias, um espaço se transformando em território por meio de diferentes aspectos.

Essa articulação é considerada importante para fortalecer relações e trazer melhorias na cadeia de reciclagem. Existe ainda grande apoio às cooperativas quando estas se juntam em prol dessas melhorias, para assim superarem as limitações estruturais e organizativas, que, conseqüentemente, impedem que se agregue valor a seus trabalhos.

Para Raffestin (1993), territorializar-se significa criar vínculos, tornar próprio, ou familiarizar-se com dado território. Nesse contexto, as cooperativas de Maringá e região, juntamente com os agentes de apoio, incluindo o MPT e a ARPSOL, vêm cravando uma luta de anos para ampliar seu espaço na cidade. Mas para entender melhor esse processo no contexto das cooperativas de Maringá, é importante compreender também o conceito de territorialidade, que para, Sack (1986) são formas de controle de determinado espaço pelos indivíduos, estando ligados tanto a aspectos materiais quanto imateriais.

Pude perceber que essa luta dos catadores se dá principalmente pelo suporte de seus apoiadores. Hoje as cooperativas contam com diversos apoiadores, como por exemplo, o MPT, a ARPSOL, a ANCAT, a Igreja Católica, o Movimento Nacional dos Catadores – MNCT, as universidades Unicesumar e Universidade Estadual de Maringá – UEM, a Unitrabalho, o Fórum Lixo e Cidadania, o Conselho Gestor e alguns vereadores. Quanto a esse apoio Sr. Tiago disse em entrevista que “Hoje é difícil acontecer alguma coisa pra acabar com a gente, porque hoje a gente tem vários apoiadores. Hoje a gente é reconhecido na sociedade e antigamente não era” (Sr. TIAGO, 2018).

Isso evidencia o caráter coletivo e organizacional dos territórios. Sobre isso, de acordo com Saraiva, Carrieri e Soares (2014), territórios não estão categorizados de forma hierárquica, porém exercem papéis distintos em meio a uma realidade socialmente construída. Assim, o que evidencia o equilíbrio é que os atores sociais se movimentam entre os territórios desenvolvendo inúmeros papéis com o intuito de resolver problemas relacionados ao território em que atuam, percebendo-se que ocorre uma tentativa desses indivíduos em fazer parte, demonstrando que eles buscam se aproximar do grupo majoritário e iniciar um processo de incorporação da ideologia dominante.

Atualmente, as cooperativas de Maringá se organizam coletivamente e com o auxílio da ARPSOL, seus representantes participam de reuniões fora do município, com a participação de cooperativas de outros Municípios, bem como de outros Estados para discutir assuntos referentes à gestão dos resíduos sólidos, à economia solidária, ao cooperativismo, à forma de se gerir uma cooperativa, suas finanças, possibilidades de investimento, entre outros assuntos. Participei de uma das viagens com a ARPSOL e alguns integrantes das cooperativas para Curitiba – PR. Era o encontro de economia solidária do Paraná, onde foi discutido entre outras coisas, o Plano plurianual de economia solidária e o que seria solicitado quanto aos investimentos na área. Foi uma viagem que me proporcionou ter uma visão do todo no Estado e o que os diferentes tipos de cooperativa pensavam e desenvolviam. Em um dos momentos todos de Maringá ficaram no mesmo grupo que falava sobre as questões financeiras da economia solidária, como banco comunitário, linha de crédito, finanças solidárias, fundo de reserva, entre outras coisas. (Diário de campo, 28, 29 e 30 de setembro de 2018).

Em outra ocasião houve uma viagem para Florianópolis, mas eu não pude participar, porém a Crislaine comentou como foi. Era o encontro da região sul. Segundo ela, apesar de Santa Catarina e Rio Grande do Sul serem adiantados em outros termos, no que diz respeito aos resíduos sólidos o Paraná é o mais adiantado, tendo muitos municípios com contrato com suas prefeituras e apoio do Ministério Público do Trabalho (Diário de campo, 06 de novembro de 2018). Dessa forma, é possível perceber que a luta das cooperativas ultrapassa fronteiras e essa junção de pensamentos busca a apropriação do espaço, territorializando-o, pois conforme Haesbaert (2002), a territorialização pode ser compreendida de modo genérico, como o conjunto de múltiplas formas de construção/apropriação, sendo esta concreta e/ou simbólica, do espaço social.

As participações nesses eventos indicam um processo de apropriação das cooperativas de Maringá de seu espaço social no campo, portanto, mais uma evidência sobre como elas têm se territorializado. Sobre esse processo de apropriação, Raffestin (1993) discute que os indivíduos, ao ficarem mais próximos de um determinado território iniciam um processo de territorialização, isto é, de apropriação deste, sendo tanto em níveis materiais, quanto simbólicos.

Como já citei anteriormente, o Fórum Lixo e Cidadania do Noroeste do Paraná tem papel importante no apoio às cooperativas de catadores da cidade de Maringá, pois são discutidos assuntos pertinentes a situação atual destas, podendo os cooperados serem ouvidos, mostrando seus problemas e os melhoramentos já realizados. Todos os meses o grupo se reúne e geralmente, uma cooperativa apresenta como era seu sistema anteriormente e como funciona hoje, dando às demais, ideias de crescimento e gestão.

Tive a oportunidade de ir a oito reuniões do Fórum Lixo e Cidadania do Noroeste do Paraná e verificar o andamento e as mudanças ocorridas em inúmeras cooperativas dos municípios pertencentes a região noroeste do Estado. Uma dessas cooperativas por exemplo, faz a compostagem, que está descrito no plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos da cidade de Maringá, porém não é realizado. Lá os cooperados não recebem menos de um salário mínimo e tem grande apoio do poder público, embora ainda existam muitos pontos a serem melhorados (Diário de Campo, 16 de abril de 2018).

Quanto aos problemas encontrados nas cooperativas de Maringá, desde o primeiro fórum, as principais reclamações eram do lixo que vinha junto ao material reciclável e os ofícios que eram enviados para a prefeitura de Maringá e não eram respondidos (Diário de Campo, 19 de fevereiro de 2018). Já nos últimos fóruns que participei, após as modificações na coleta seletiva da cidade, a maior reclamação era referente a quantidade de material que chega nas cooperativas, juntando material e deixando com aparência de lixão devido à falta de espaço.

Em suma, nos fóruns, os cooperados podem falar abertamente e procurar soluções para alguns dos problemas existentes nas cooperativas e embora nem sempre isso aconteça é um local onde podem trocar informações e se articularem para lutarem por seus direitos. É o seu território.

Outro local onde os cooperados conseguem discutir seus problemas, é o Conselho Gestor, porém nessas reuniões participam apenas os representantes das cooperativas e ficam frente a frente com o Poder Público. Participam dessa reunião, além desses representantes, o Secretário Municipal do Meio Ambiente, a Diretora de Coleta Seletiva de Maringá e um vereador do município.

Em entrevista, Sr. Ismael salientou que todos os meses vai à reunião do conselho gestor e que só conseguiram o que tem até o momento porque correram atrás, fizeram reuniões e se juntaram em busca de melhoramento (Dr. ISMAEL, 2018). O “correr atrás” é justamente o desenvolvimento de mecanismos para que a territorialização ocorra. Conforme discute Raffestin (2013), esse processo é material, por ocupar efetivamente esses espaços, e simbólico, por construir uma rede de relações que possibilite as cooperativas ocuparem espaços e territorializarem esse campo.

Como essas reuniões servem para discutir os problemas das cooperativas, em uma das reuniões que participei, Marizete, a presidente da Cooperpapelão passou sua situação em relação às estradas de acesso à cooperativa, pois a ponte que dá acesso havia caído e a outra estrada estava quase intransitável. Marizete contou que pediu ao poder público que colocassem pedras na estrada para que eles conseguissem chegar ao trabalho. Esse assunto gerou grande discussão em relação ao local onde esta cooperativa foi instalada e levantou ainda uma discussão sobre a falta de ajuda da prefeitura nas demais cooperativas (Diário de campo, 07 de novembro de 2018).

Esse evento evidencia como a estrutura das cidades devem ser pensadas em termos dos processos de territorialização que nela ocorrem, o que resulta em alterações em sua composição. A transformação de certos espaços da cidade diz respeito, tanto aos empreendimentos de cunho econômico quanto à afirmação simbólica do poder por meio de inscrições arquitetônicas e urbanísticas representando de forma visual valores e visões de mundo de uma nova camada social que procura apropriar-se de alguns espaços da cidade, fluindo para além do espaço planejado (LEITE, 2007).

Fabiana, Ana Claudia e Sr. Ismael falaram sobre suas respectivas cooperativas e eu pude perceber que, no entendimento deles, o poder público não dá o suporte necessário para que elas consigam fazer seu trabalho de forma digna para que os cooperados não trabalhem de forma insalubre e perigosa. Segundo Sr. Tiago:

A dificuldade que temos é que parece que a prefeitura não quer ajudar a cooperativa, querem apoiar uma empresa grande, incineração, uma empresa que coleta todo lixo. A maior dificuldade é brigar com o município, mas hoje não está tão difícil por causa dos parceiros e quando eles vêm com alguma proposta pra derrubar a gente, os parceiros vem ajudar a gente (Sr. TIAGO, 2018).

Hoje, existe um contrato da prefeitura com as cooperativas e por esse motivo a prefeitura faz algumas cobranças como, por exemplo, em relação aos alvarás e ao uso dos EPIs. Porém, pelo que pude perceber, o poder público cobra os deveres das cooperativas, mas não cumpre os seus, visto que um dos termos é que o poder público daria todo suporte necessário para as cooperativas funcionarem. Em entrevista, Mateus disse que considera uma das grandes conquistas o contrato firmado entre a prefeitura e as cooperativas. No início, as cooperativas tinham muitas pendências formais e não conseguiam celebrar contratos. Segundo ele, o primeiro contrato foi fechado, mesmo não sendo bom, pois só de se conseguir ter um diálogo e fechar um acordo contratual já era uma vitória. O segundo contrato já teve uma pequena negociação, pois antes a prefeitura não tinha interesse em ouvir as cooperativas e hoje, já existe uma discussão mais robusta nas negociações (MATEUS, 2018).

Nesse sentido já é possível verificar o processo de territorialização dessas cooperativas, visto que essas vitórias fazem parte da conquista por seu espaço. Pois, segundo Raffestin (1993), ao se apropriar do espaço, seja de forma abstrata ou concreta, realiza-se a territorialização do mesmo.

Entre as dificuldades encontradas pelas cooperativas em relação à prefeitura, não estão somente os contratos que mesmo havendo discussão acabam privilegiando uma das partes, o poder público, mas também a falta de resposta da prefeitura em relação aos ofícios enviados. Esses ofícios são em relação ao material reciclável estar misturado com lixo, em faltar manutenção nos equipamentos, entre outras coisas. Crislaine comentou que os ofícios que estão sendo enviados para a prefeitura não estão sendo respondidos, e Mateus complementou dizendo que se não forem respondidos tem que entrar com uma ação junto à prefeitura. Disseram que iam pedir também, esclarecimentos à prefeitura referente aos pagamentos que estão em atraso para as cooperativas. (Diário de campo, 19 de fevereiro de 2018).

Existe ainda uma discussão de que se o próprio catador fizer a coleta, é melhor para a cooperativa, pois este, analisa o material com um olhar diferente, um olhar que dá valor ao resíduo. Em uma das reuniões do Fórum Lixo e Cidadania, Danilo deu a sugestão de enviar um ofício à prefeitura pedindo os cinco novos caminhões da licitação em andamento para a Cooperplástico fazer a própria coleta. Crislaine acrescentou que os cooperados olham para o material com outros olhos, porque veem o valor monetário do material. Fabiana comentou que tem alguns condomínios onde ela busca material, que não chega a ter 1% (um por cento) de rejeito, porque os cooperados fizeram educação ambiental nesses locais (Diário de campo, 19 de fevereiro de 2018).

Em reunião do conselho gestor Fabiana, presidente da Cooperplástico reclamou que a prefeitura não ajudou quando ela pediu e estão sem espaço tendo que trabalhar no molhado. Ela acredita que a prefeitura não ajudou porque o barracão é alugado, sendo esta cooperativa, umas das poucas que a prefeitura não cedeu barracão. Ana Claudia, tesoureira da cooperacobre também disse que precisa de ajuda com o espaço físico, pois estão levando muito mais material e não há lugar para armazenar (Diário de campo, 07 de novembro de 2018). Quando visitei ambas as cooperativas, pude perceber que esses relatos são verdadeiros, pois em ambas as cooperativas o material fica a céu aberto, e os cooperados tem que passar por situações insalubres para fazer a sua triagem.

Além das dificuldades gerais, algumas das cooperativas passam ainda por problemas específicos, como é o caso da Cooperalumínio e Cooperpapelão que devem sair do local físico onde estão instaladas. A Cooperalumínio fica no centro da

cidade e precisa encontrar um local com menor densidade populacional para se instalar. Crislaine pediu para que o fórum redigisse e enviasse um ofício para a prefeitura pedindo um barracão para a Cooperalumínio e para a Cooperplástico, que são as únicas de Maringá que ainda pagam aluguel e IPTU (Diário de campo, 19 de fevereiro de 2018). Em outra ocasião, estava na ARPSOL e a Crislaine se mostrou bastante preocupada, pois não estava conseguindo encontrar um barracão para a Cooperalumínio se mudar. Contou que os barracões encontrados não tinham tamanho suficiente e o único que poderia dar certo, o dono não quis fazer negócio devido ao ramo de atividade (Diário de campo, 20 de junho de 2018).

Quanto a Cooperpapelão, que já se encontra em local afastado, foi feito o pedido para se retirar do local que pertence ao poder público para que seja feita uma construção. Porém, é a maior cooperativa da cidade com mais de 75 cooperados e não se encontra barracão que caiba. Além disso, a presidente da cooperativa, Marizete, já avisou que não sairá do local, pois está instalada lá há muitos anos e apesar das dificuldades pela distância e os estragos nas estradas, ali, é o melhor local para a cooperativa. A Jaqueline comentou que precisou ir na Cooperpapelão, mas está praticamente impossível de chegar devido ao barro, visto que não arrumaram a estrada ainda (Diário de campo, 25 de setembro de 2018). Isso mostra o quão deixado para depois as cooperativas são, tendo que caminhar por um grande trajeto devido à falta de uma estrada que esteja em bom estado. Essa situação excludente mostra que, mesmo com várias dificuldades, os catadores lutam todos os dias por sua sobrevivência, tendo que se reinventar e encontrar alternativas para sobreviver (COSTA; PATO, 2016).

Ademais, em virtude desse problema com a estrada, ao invés de arrumá-la, o poder público quer tirar a Cooperpapelão do local. Ana Paula, diretora de coleta seletiva do município, disse que “tem coisas mais importantes pra consertar primeiro”. Um vereador da cidade questionou se a cooperativa estava em um bom lugar e Ana Paula respondeu que havia avisado para Marizete antes que poderia haver problemas. Marizete respondeu que aquele é um local afastado e tem tudo o que eles precisam, então não irão sair de lá, principalmente agora que aumentou a quantidade de material que chega e não existe outro local na cidade que tenha tanto espaço para armazená-lo (Diário de campo, 07 de novembro de 2018).

Além dessas dificuldades específicas, na reunião do Fórum Lixo e Cidadania começaram a falar sobre outro problema, mas este, específico da cidade de Maringá, que é o problema com os grandes geradores. Crislaine contou que fizeram uma educação ambiental em algumas das grandes empresas de Maringá, e depois disso, os trabalhadores passaram a vender o material para atravessadores, não deixando para as Cooperativas. Comentaram em verificar a possibilidade de impedir que as grandes empresas não repassem o material para as Cooperativas (Diário de campo, 19 de fevereiro de 2018). Como não existe nenhuma legalidade a respeito desse tipo de impedimento, por hora o Ministério Público – MP não pode fazer nada.

A Cooperativa de Mandaguari passou por situação parecida posteriormente. As empresas da cidade que são grandes geradoras doavam o papelão para a cooperativa, o que lhes trazia muitos rendimentos, pois o papelão tem um grande valor monetário da venda, porém a partir do mês de junho, essas empresas passaram a vender direto para o atravessador, tirando grande parte da venda de papelão da cooperativa (Diário de campo, 25 de junho de 2018).

Esse problema com as grandes empresas não termina por aí. Certo dia, uma funcionária da Caixa Econômica Federal foi até a ARPSOL para reclamar porque a Cooperalumínio não pegava mais os materiais eletrônicos, os copos descartáveis e alguns outros materiais. A Crislaine então perguntou sobre os outros materiais, como por exemplo papel branco, papelão... e a funcionária respondeu que esse material era vendido para uma empresa. “Fiquei perplexa! A Caixa Econômica, uma empresa estatal, vende material reciclável”. O Danilo estava lá e questionou o que a empresa faz com o dinheiro, já que é pública e ainda mostrou uma lei pra Crislaine que obriga toda empresa estatal a destinar todo material reciclável para as cooperativas de recicláveis (Diário de campo, 26 de novembro de 2018).

Relatos mostram que as grandes empresas, que são grandes geradoras de resíduos, não desenvolvem práticas ou políticas que sejam efetivas para se repassar seus resíduos às cooperativas de reciclagem. Além disso, por não haver nenhuma lei que os obrigue a fazer essa destinação, as cooperativas ficam de mãos atadas em relação a esse material. Assim, os atravessadores se apropriam dos espaços já territorializados pelas cooperativas. Nesse sentido Haesbaert (2007a) salienta que as relações sociais enquanto relações de poder em um processo de dominação e/ou de apropriação, trazem que o território e a territorialidade necessitam ser

trabalhados na multiplicidade de suas manifestações, principalmente de poderes, distinguindo os territórios de acordo com os que o constroem.

Como se não bastasse os atravessadores que se apropriam desses espaços, as cooperativas ainda têm problemas com os garis que fazem a coleta do reciclável. Em certa ocasião, comentei com a Patrícia e a Dona Janaína que na reunião do Fórum Lixo e Cidadania as pessoas falavam sobre os problemas existentes nas cooperativas e perguntei sobre os problemas que elas encontram no trabalho. Ambas falaram sobre o lixo que vem junto ao material reciclável, mas o que mais me chamou a atenção foi que depois que elas pararam de fazer a catação e os garis começaram a fazê-la, eles passaram a pegar os melhores materiais. Pegam as latinhas, os fios de cobre e até papelão, que são os materiais mais caros. Dessa forma, “só vem coisa barata pra nós e tem que juntar muito pra dar dinheiro” (Diário de campo, 02 de março de 2018).

Um tempo depois vi uma matéria em um jornal local que esses garis estavam sendo investigados, pois haviam recebido uma denúncia onde tiraram fotos do que os garis pegavam para venda própria. Comentei com a Crislaine sobre essa reportagem e ela contou-me que os garis esqueceram um pouco de material que tinham separado para si, então tiraram fotos e fizeram a denúncia. Contou ainda que esses garis recebem um adicional para não pegarem material para si e mesmo assim o fazem (Diário de Campo, 10 de maio de 2018).

Me impressionei com a atitude dos garis com as cooperativas, que me mostrou em um primeiro momento que essa exploração não vem apenas de quem detém o capital, mas de todos os lados, mostrando que as relações de poder ocorrem em várias escalas, podendo estar elencados a inúmeros agentes produtores do espaço (SOUZA, 1995). Porém deve-se levar em consideração que muitos não têm acesso à informação quanto ao processo produtivo do material.

Não é difícil notar que o trabalho dos catadores e catadoras de material reciclável, historicamente, vem sendo marcado por uma série de estigmas e preconceitos advindos de vários setores da sociedade (MAGALHÃES, 2016), sendo excluídos não só como trabalhadores, mas também como cidadãos, tendo sua vida e seu trabalho marcados pela exploração, estigmatização e perseguição (DIAS, 2002). Dessa forma, esses catadores e catadoras se tornaram historicamente

condenados por seu contexto político e social, vivendo excluídos, marginalizados e invisíveis na sociedade.

São tão invisíveis que grande parte da população ainda não tem consciência de quão importante é a separação do material reciclável, tanto para o meio ambiente, quanto para o bem-estar social dos catadores. Em várias reuniões do Fórum Lixo e Cidadania, bem como em outros locais de reuniões e mesmo dentro das cooperativas, ouvi inúmeros relatos de materiais inapropriados que chegavam misturados ao material reciclável. Na primeira reunião do Fórum que participei os Cooperados reclamaram de estar indo lixo juntamente com o material reciclável devido à falta de conscientização das pessoas. Encontram nos *bags* papel higiênico, fralda descartável e até a cabeça de um porco, fora uma cooperativa que encontrou agulhas (Diário de campo, 19 de fevereiro de 2018).

Depois de ir ao Fórum Lixo e Cidadania e ouvir essas reclamações dizendo que já encontraram cachorro morto, cabeça de porco, agulha, e outras coisas resolvi perguntar, quando estava separando material, se na Cooperpapel também acontece isso. A Dona Janaína respondeu que “hoje quase não vem”. Disse que “antes vinha muito, mas agora melhorou”. Falou também, que quando eles “catavam” na rua, era mais separadinho, porque eles sabiam o que pegar (Diário de Campo, 02 de março de 2018). Esse relato dela mostra uma melhora, porém, pude perceber que outras cooperativas têm mais reclamações sobre o mesmo problema.

Nesse contexto, é possível observar que, apesar de haver uma temática na agenda governamental desde 1980 quanto à destinação adequada de resíduos, os programas de coleta seletiva, além de serem um pequeno número, ainda não são considerados muito eficientes. Segundo o Ipea (2013), dos programas existentes, apenas 2,4% são realizados de forma seletiva, sendo que os demais são feitos todos misturados, dificultando a reutilização e a reciclagem do material que fora coletado.

Uma das formas do Fórum ajudar a resolver essa situação foi quando Mateus solicitou que as cooperativas preencham um formulário já distribuído, anexando uma foto de qualidade do lixo que está indo junto com o material reciclável, como os já citados acima. Segundo ele, somente com as provas dos acontecidos, que conseguirão ir ao poder público fazer as reclamações (Diário de campo, 19 de fevereiro de 2018).

Em entrevista com a Dona Sueli, pude perceber que embora o material tenha hoje uma qualidade melhor do que a alguns anos atrás, ainda tem muito a ser ensinado à população em relação à separação do material. Segundo ela, em alguns bairros o material vem separadinho e limpinho, em outros, vem sujo, molhado e misturado, o que prejudica na hora da comercialização (DONA SUELI, 2018)

Na luta para conseguirem um material que tenha qualidade para se trabalhar, esses cooperados territorializam seus espaços considerando tanto mecanismos simbólicos e espaciais quanto históricos, visto que os indivíduos vêm transformando seu território, o tornando conhecido pela população, influenciando-os na separação do material reciclável, quando por exemplo ensinam como fazer a separação do material e quando se tornam presentes nos espaços onde são ouvidos por estudantes e Poder Público, como o Fórum Lixo e Cidadania e a reunião do Conselho Gestor. Nesse sentido Sack (1986) traz as questões de territorialidade como formas de controle de determinado espaço por indivíduos, podendo essas territorialidades serem mutáveis, inconstantes e coexistirem entre si.

Embora eu tenha relatado problemas nas cooperativas, hoje, o maior deles é a quantidade de material que chega para a triagem, que aumentou demais nos últimos meses, após a implantação de uma coleta seletiva mais robusta na cidade, abrangendo praticamente todos os bairros. Esse excesso de material, dá às cooperativas a aparência de lixão, e não estão dando conta de fazer a triagem de dessa quantidade. Nesse sentido, atualmente, uma das lutas é para resolver esse problema, visto que em momento algum foi verificado ou discutido com as cooperativas como seriam as ações após esse aumento de coleta e se dariam conta de triar todo o material.

Na reunião do conselho gestor, todos os representantes de cooperativas salientaram que hoje a maior reclamação é a grande quantidade de material. Patrícia, presidente da Cooperpapel, complementou dizendo que precisava de mais um barracão para caber todo material que estava chegando na cooperativa (Diário de campo, 07 de novembro de 2018).

A imagem 04 mostra a Cooperpapel com excesso de material, chegando quase no teto e sem condições de receber mais material, dando a cooperativa aparência de lixão.

**Imagem 04 – Cooperpapel com excesso de material**

Fonte: a autora (2018)

Não sendo este apenas um problema da Cooperpapel, ao chegar na cooperplástico, notei que havia muito material para fora do barracão e quase não se conseguia entrar. Conversando com a presidente sobre a forma que esse material se encontrava exposto, a mesma reclamou que os resíduos estão sempre expostos ao ar livre e que a cooperativa não tem condições de alugar um lugar maior e a prefeitura também não aluga um barracão maior para eles. Além disso, para qualificar a triagem do material, a quantidade de cooperados aumentou de 15 para 32 e não há espaço para contratar mais pessoas (Diário de campo, 15 de junho de 2018).

Devido a essa questão de falta de espaço físico para depositar os materiais, em uma das reuniões do conselho gestor, Fabiana contou que na semana anterior se recusou a receber mais caminhões da prefeitura, porque não cabia nem mesmo na parte externa ao barracão e Ana Paula, representando o poder público, ameaçou cancelar o contrato da cooperativa com a prefeitura, pois as cooperativas não podem recusar receber material (Diário de campo, 09 de novembro de 2018).

Certo dia, cheguei na ARPSOL para meu trabalho e a Crislaine me informou que o contrato com a Cooperpapel havia sido suspenso, pois não havia mais disponibilidade de espaço para armazenar materiais. A cooper cobre estava trabalhando no sábado para diminuir o estoque de material que estava chegando, porque estava sem espaço de tanto material que também havia chegado.

Quanto a Coopersucata, estava com muito material a céu aberto por não caber no barracão, sendo que a maioria daquele material que estava no tempo foi perdido, pois choveu e molhou (Diário de campo, 11 de outubro de 2018). Outras cooperativas estavam recebendo esse material que não cabia e por esse motivo estavam lotadas também. Porém, apesar de o contrato com a prefeitura ser de receber um valor em relação à quantidade de caminhões que chegam, ao atingir determinada quantidade de toneladas, a prefeitura não paga nada a mais por isso, sendo assim, essas cooperativas que estão recebendo o material que não cabe nas demais, além de terem aparência de lixo, ainda não recebem nada a mais pelo serviço prestado.

Em uma visita posterior a essas três cooperativas, pude perceber que não havia ocorrido nenhuma mudança e a situação continuava lamentável. Tanto a Coopersucata quanto a Cooperpapel estavam cheias de material. Na Coopersucata não era possível ver a esteira e na Cooperpapel não conseguiam trabalhar com a esteira por haver material em cima dela e não conseguirem passar. Achei essa situação um tanto quanto insalubre, principalmente pelo montante de material em torno dos trabalhadores. A cooperacobre, que fica no mesmo endereço, estava cheia como as outras, mas não interferia no trabalho na esteira, porém fechava a estrada para chegar no escritório com os resíduos trazidos pelos caminhões da prefeitura (Diário de Campo, 22 de outubro de 2018). Para a conquista desse território pode-se envolver aspectos tanto culturais quanto econômicos, além de políticos. Por esse motivo é importante esclarecer que o processo de territorialização quando analisado de forma mais profunda, pode ser fruto de diversas razões e motivações (SOUZA, 2009a).

Essa luta persiste ainda hoje, enquanto o contrato está sendo discutido. Foram discutidas muitas alterações no contrato, incluindo valores. Ao considerarem essa discussão uma conquista, devido a possibilidade de as cooperativas poderem dar sua opinião em relação a essa negociação, os catadores já têm consciência de que trabalhando juntos são maiores e podem reivindicar o que necessitam para sua sobrevivência. A territorialidade, nesse sentido, está relacionada com a maneira de utilização da terra pelos indivíduos, bem como a forma que se organizam em determinado espaço e como dão sentido a este lugar (SACK, 1986). No caso das cooperativas, fica nítido que a forma que estão se organizando em seu território (já

conquistado), faz com que consigam se articular ainda melhor no que tange a conquista das melhorias que necessitam.

A forma que a prefeitura encontrou para conseguir resolver o problema com o aumento na quantidade de material nas cooperativas foi justamente a abertura de outras duas cooperativas na cidade. Iniciaram um curso aos sábados para as pessoas interessadas em trabalhar em cooperativas de reciclagem. Nesse curso, as pessoas aprenderam o que é cooperativismo, como surgiu o movimento das cooperativas de reciclagem, quem são os agentes de apoio, como funciona as finanças, a contabilidade e como funciona o trabalho em si. Ana Paula, a representante da prefeitura no curso deixou bem claro que a prefeitura não iria abrir nenhuma cooperativa, mas que iria apoiar os novos empreendimentos que fossem abertos, trazendo uma dimensão simbólica do territorializar. Nesse sentido, Raffestin (1993) destaca a dimensão simbólica na produção do espaço, indicando que são as necessidades que movem o homem a produzir o espaço, sendo subordinados a outros interesses de ordem imaterial.

Porém, eu estava na ARPSOL fazendo uma prestação de contas quando entrou um homem que eu tinha visto em todos os dias de curso. No curso ele sempre se parecia muito interessado e fazia inúmeras perguntas. Sentou-se e começou a conversar com a Crislaine a respeito da abertura de uma cooperativa. Ele falou sobre seu interesse e sinalizou que um vereador se mostrou muito aberto a ajudar dando todo o suporte necessário com a parte burocrática. A Crislaine lhe explicou que o poder público não pode se envolver na abertura da cooperativa, ela deve ser independente ou perde o direito de não precisar de licitação (Diário de campo, 26 de novembro de 2018). Dessa maneira, pode-se perceber que o Território é o espaço definido e delimitado a partir de relações de poder, estando presente em toda espacialidade social onde o indivíduo esteja presente (SOUZA, 1995).

Contudo, os cooperados não estão contentes com a abertura de novos empreendimentos cooperativos no ramo da reciclagem. Segundo a Marizete, a Ana Claudia e a Fabiana, enquanto não derem todo suporte para as cooperativas que já estão na cidade, elas farão um movimento para que não abram novas cooperativas. Segundo elas, o poder público primeiro deve dar o necessário para as cooperativas já existentes trabalharem. Deve investir nas cooperativas que já tem e não contratar mais. Diante disso, Crislaine salientou que não podem impedir a abertura de novas

cooperativas, mas que tenham contrato com a prefeitura já é outra conversa (Diário de campo, 09 de novembro de 2018).

Fica cada vez mais nítido que existe uma luta pelo território e que essa disputa é entre as cooperativas e o poder público, mas também entre as cooperativas que já conquistaram um território e aquelas que ainda estão em busca de um. Com isso, noções de espaço e território podem possibilitar uma compreensão em relação às ações sociais através da produção territorial, mostrando de várias maneiras, inclusive de resistência e luta, envolvendo o poder e disputas (MISOCZKY et al. 2012).

Essa luta se torna ainda mais difícil em virtude de os cooperados não terem conhecimento quanto ao cooperativismo, bem como quanto ao estatuto e regimento interno de suas respectivas cooperativas. Não tendo essa noção, alguns cooperados acabam por achar que são funcionários e sequer sabem seus direitos e deveres. Estava com a Crislaine e ela disse que tinha que marcar uma reunião em uma cooperativa. Disse que uma cooperada da Coopersucata fez ligação para a prefeitura para falar sobre problemas na cooperativa e por isso o presidente pediu uma reunião para que os cooperados soubessem a função de cada um na cooperativa (Diário de campo, 09 de novembro de 2018).

Em uma outra ocasião, eu estava visitando a coopersucata e chegaram duas pessoas na Cooperativa. Ao invés de procurar o atual presidente, procuraram a antiga presidente, pois algumas pessoas ainda não se adaptaram com a nova presidência. Havia alguns problemas com a gestão antiga e a presidente anterior ainda age como se estivesse no poder (Diário de Campo, 22 de outubro de 2018). A maioria dos cooperados não sabem que as decisões devem ser tomadas em conjunto e simplesmente acatam o que o presidente impõe. Da mesma maneira, muitos presidentes se aproveitam do seu lugar de poder para que se faça o que ele quer e não a escolha da maioria. Nesses casos, existe ainda uma territorialização na perspectiva simbólica, onde predomina-se as relações informais estabelecidas entre os cooperados para que a cooperativa se desenvolva, visto que assim como os significados do território, a territorialidade pode também estar ligada a aspectos materiais e imateriais (SACK, 1986).

Nesse sentido, houveram algumas situações onde aqueles que são explorados, também se mantêm em um lugar de exploração quando têm a chance,

como pude perceber em algumas cooperativas, onde os líderes desviavam dinheiro dos cooperados para si. Embora essa situação não ocorra em todas as cooperativas e onde ocorre o MPT já está tomando as providências necessárias, existir essa exploração me fez ver que a condição de explorado não impede o indivíduo de fazer o mesmo quando está em uma posição de poder. Assim, Raffestin (1993), afirma que existe uma ligação entre indivíduos e território onde está submergido um contexto de relações de poder entre estes e a sociedade. Nesse sentido, a relação de poder tende a reproduzir uma lógica dominante na sociedade, constituindo uma territorialidade, e uma ação que modifica os seres no processo de adaptação ao espaço, bem como de sua transformação em território.

Existe, além da falta de informação sobre cooperativismo, a falta de gestão nas cooperativas. Porém, para tentar resolver ambos os problemas, órgãos como o Movimento dos catadores, em parceria com a ARPSOL vem desenvolvendo cursos para os presidentes e/ou representantes das cooperativas. Esses cursos não acontecem com frequência e geralmente são fora da cidade, em Curitiba, Brasília, Santa Catarina, mas existe uma participação significativa das cooperativas de Maringá.

Hoje, consigo perceber que alguns representantes têm consciência, tanto do que é cooperativismo, quanto a importância de uma boa gestão. Em uma visita a Cooperpapelão, a presidente, Marizete, contou como fazia a gestão da cooperativa. Aparentemente ela é bastante organizada, principalmente por ser a cooperativa com maior número de cooperados em Maringá, ficando entre 70 e 100 cooperados, visto que há grande rotatividade. Em sua fala, ela explicou como fazia os pagamentos, a liberação dos vales e a compra dos materiais necessários. É uma cooperativa que tem fundo de reserva e está fazendo reformas estruturais para melhorias por conta própria (Diário de Campo, 20 de novembro de 2018). Além disso, essa é a presidente que mais briga pelos direitos das cooperativas, juntamente com outros órgãos já citados que se mobilizam na conquista pelo território.

Apesar de haver toda essa mobilização dos agentes para que as cooperativas conquistem seu espaço social, alguns cooperados ainda têm um pensamento assistencialista, não tendo uma visão de empreendimento e esperando que o município dê assistência. Esse pensamento é advindo de uma estrutura já antiga, onde as cooperativas tendem a ser ajudadas pela estrutura. Segundo Mateus, um

olhar diferenciado da administração é necessário, mas não por serem “coitados”, mas por ser um empreendimento de caráter social, diferente, onde a legislação assegurou que as cooperativas tenham um tratamento diferenciado, e é por esse motivo que existe a dispensa de licitação para contratação dos serviços das cooperativas pela prefeitura (MATEUS, 2018). É importante lembrar que existem aspectos na legislação que garantem isso a eles, não precisando ser tratados como coitadinhos. Embora isso ocorra, a cada dia vai havendo uma mudança de mentalidade de alguns cooperados em relação a isso, principalmente dos presidentes.

Em contrapartida, houve uma situação que me chamou muito a atenção. Foi quando ouvi da tesoureira da coopercofre, Ana Claudia, a seguinte frase: “nós não somos coitadinhos não, a gente não tá pedindo esmola, a gente ta pedindo o que é direito nosso” (Diário de Campo, 24 de outubro de 2018). Fiquei encantada com a fala dela em todo seu discurso, pois ela esteve presente em toda a luta pela territorialização de seu espaço e é uma das poucas que não tem esse pensamento assistencialista e realmente luta pelos direitos das cooperativas e por um trabalho digno.

#### 4.6 UMA TRAJETÓRIA ETNOGRÁFICA MULTITERRITORIAL

Nesse item, tratarei a minha trajetória multiterritorial na etnografia. Como já contei, iniciei minha etnografia na Cooperpapel, onde fiquei por meses separando material. Ao perceber que os resíduos sólidos circulam pela cidade, senti a necessidade de também circular pelos pontos onde encontram-se esses resíduos, as demais cooperativas da cidade, passando a desenvolver uma etnografia multiterritorial.

Nesse sentido, meu território de pesquisa não foi apenas uma, mas todas as cooperativas da cidade, me possibilitando ter a visão geral pelos múltiplos territórios visitados. Desse modo, para Haesbaert (2007b) a multiterritorialidade se constrói em um processo complexo de territorialização sendo inserida uma vivência simultânea de vários territórios.

Na cooperativa que iniciei a pesquisa, havia a Dona Janaína que me dava suporte e tirava todas as minhas dúvidas em relação aos materiais, mas quando iniciei os trabalhos na ARPSOL foi que pude perceber realmente quem era minha informante-chave, a Crislaine. A Crislaine, desde o primeiro momento, se mostrou muito prestativa e me levou em todas as cooperativas para fazer visitas e me tirou dúvidas sobre vários pontos que ainda não eram claros para mim em relação não só aos resíduos sólidos, como também ao contrato das cooperativas com a prefeitura. Assim, de informante-chave, ela passou a ser colaboradora da pesquisa. Segundo Valladares (2007) é com o colaborador da pesquisa que o pesquisador esclarece algumas das incertezas que permanecerão ao longo da investigação.

Ao iniciar minha pesquisa na ARPSOL, ofereci em contrapartida meu trabalho. Levei o documento da Universidade para formalizar minha entrada no novo campo. O Danilo leu o documento e explicou para a Crislaine mais o menos o que eu iria fazer. Os dois começaram a conversar para ver onde eu poderia ajudar para desenvolver uma atividade ali (Diário de campo, 06 de abril de 2018). A partir daí, comecei a fazer as atas nas reuniões do Fórum Lixo e Cidadania e iniciei também as atividades no financeiro da ARPSOL. Segundo Alcadipani (2013, p. 04) “o acesso ao campo pode ser facilitado quando o pesquisador oferece algum tipo de reciprocidade à organização estudada”. Nesse caso, pude oferecer meus serviços administrativos, ajudando-os a fazer a prestação de contas dos projetos que estavam pendentes.

Como eu fazia visitas com a ARPSOL, certa vez fui com a Crislaine e a Jaqueline, juntamente com as crianças da força verde mirim<sup>3</sup>, visitar os barracões das 3 cooperativas que ficam no mesmo endereço (Coopersucata, cooper cobre e Cooper papel). Elas foram conhecer como funciona o processo de triagem do material, visto que a compreensão de crianças é um dos melhores caminhos para uma conscientização da população como um todo. Notei que as crianças estavam curiosas para conhecer e para encontrar algo interessante no lixo para levar para a casa. Sr. Diego, presidente da Coopersucata, se apresentou para as crianças e contou que trabalhava com material reciclável há 24 anos, não só ele, mas também sua esposa. Um homem que trabalhava na prensa disse que ele e família viviam do material reciclável há 2 anos. Sr. Diego mostrou a máquina de isopor e como fica o

---

<sup>3</sup> Projeto que visa formar parceiros e despertar a consciência ambiental.

isopor depois de transformado e uma criança disse que parecia cocô (Diário de Campo, 22 de outubro de 2018).

Fiquei encantada com a humildade e paciência do presidente da Cooperativa em explicar passo a passo a triagem para aquelas crianças, mas fiquei mais encantada ainda com a alegria das crianças em visitas aquele território novo, porém cheio de curiosidades, principalmente não se importando que era lixo.

Mesmo fazendo visitas nas cooperativas e tendo minha visão de cada uma delas, em algumas eu tinha maior afinidade com os presidentes e com os cooperados de forma geral. Eu gostava quando era reconhecida por eles em qualquer um dos espaços que os encontrava e principalmente quando podia ajudar de alguma forma. Assim, em todas as cooperativas tinham algumas pessoas que me recebiam de forma muito receptiva e se tornaram não só essenciais para minha pesquisa como também especiais para mim.

Entre essas pessoas especiais, estão a Crislaine e a Jaqueline, que não só me ajudaram com informações sobre a pesquisa como em alguns momentos com coisas pessoais, começando durante a pesquisa uma relação de amizade que perdura após o término desta. O Danilo também se tornou bastante especial, até porque foi através dele que consegui fazer a pesquisa na ARPSOL e assim ter acesso a esses multi territórios.

Ao final de minha pesquisa fiquei bastante ligada à coopercoobre, onde me ofereceram trabalho após o término do meu mestrado. Enquanto estava fazendo a pesquisa na ARPSOL e mesmo depois, quando a tesoureira, Ana Claudia me pedia um auxílio, eu a ajudava com as planilhas de prestação de contas e folha de pagamento. Passava o dia todo na correria com ela quando ia na cooperativa e ela muitas vezes desabafava seu cansaço e dizia: “acaba logo seus estudos, Letícia, pra você vir me ajudar aqui” (Diário de Campo, 21 de dezembro de 2018). Ela então me contratou para iniciar em abril, após o término da minha pesquisa, mas pediu que eu fosse ajudá-la pelo menos quando ela tivesse que fazer fechamento do mês e prestação de contas à prefeitura. Eu aceitei o trabalho e ia sempre que ela me ligava para pedir ajuda.

Um dos momentos mais difíceis da minha pesquisa foi quando, a Ana Claudia me ligou na sexta-feira, dia 22 de fevereiro de 2019 me pedindo ajuda com as planilhas. Perguntou se eu poderia ir na quarta-feira, dia 27 e ficar o dia todo lá.

Combinamos que eu iria na quarta de manhã, mas na terça-feira, dia 26 de fevereiro de 2019 pela manhã, recebi a notícia pelo grupo de whatsapp do Fórum Lixo e cidadania, que ela, seu esposo e seu filho haviam sofrido um acidente na rodovia de acesso à cooperativa e nesse acidente ela e o esposo vieram a óbito. Levei um susto muito grande com a fatalidade e perguntei a Crislaine se aquela informação era real. Ela me confirmou e eu senti uma tristeza profunda. Ana Claudia, uma mulher batalhadora, trabalhadora, sempre presente na luta dos catadores, uma das poucas sem visão assistencialista e com um grande pensamento futurista de esperança na cooperativa. Fazia muitas reclamações no grupo de whatsapp (onde estão incluídos representantes do poder público) mostrando a situação insalubre, principalmente nos dias de chuva. Ela dividia comigo seu cansaço e depois de 9 anos sem férias, iria sair por um mês quando eu começasse a trabalhar na cooperativa, pois não havia ninguém para substituí-la. Para finalizar o desabafo de pesar, lembro dos sorrisos que ela me tirou e as risadas pelas brincadeiras que sempre fazia. Uma grande perda ao Movimento dos Catadores, uma grande perda para a cooperativa, uma grande perda para a sociedade...

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“MNCR, presente presente presente, sempre sempre sempre”*

É dessa maneira que faço o fechamento deste trabalho, mais do que isso, esse é um grito de luta, o grito do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais recicláveis. É assim que assumem sua luta, que gritam a vitória e que clamam seus direitos. Ler esse grito me arrepiava por saber de parte dessa história tão antiga e que ainda não acabou. Confesso que chegar ao final dessa pesquisa, iniciando minha conclusão não foi um percurso rápido, tão pouco fácil, ao contrário, desde o início imaginei ser um grande desafio tanto pela temática, quanto pela metodologia de pesquisa no campo dos estudos organizacionais. Porém, a mim, foi um período de múltiplas aprendizagens, de conhecer diferentes perspectivas, vislumbrar a contribuição de cada uma em nosso contexto social e, especialmente, aprender a desconstruir concepções formatadas anteriormente por discursos emoldurados, ditos e ouvidos e a partir daí, procurar olhar pelas fendas daquilo que é dito, ou seja, aquilo que se é divulgado e tomado como verdade. Esse processo, não foi fácil e sei que ainda tenho muito a melhorar para meu desenvolvimento, visto que a Letícia que iniciou essa pesquisa não é a mesma que a conclui. Nessa caminhada muitas coisas foram aos poucos sendo apontadas como desnecessárias e outras surgiram sendo essenciais em minha trajetória acadêmica. Assim, apresentarei a partir de agora as minhas considerações até o presente momento.

Primeiramente, o meu objetivo nesta dissertação foi compreender os processos de (des)(re)territorialização das Cooperativas de reciclagem de Maringá na luta pela ocupação da cidade. Iniciando pela teoria de cidade, espaço e território nos Estudos Organizacionais, via contribuições principalmente de Mac-Allister (2004), Saraiva e Carrieri (2012), foi possível compreender o processo T-D-R e como ele ocorre nos múltiplos territórios estudados.

A partir do objetivo geral citado, desdobraram-se os objetivos específicos que puderam mostrar todo o processo percorrido, sendo estes: apresentar historicamente como o lixo fora manipulado na cidade; descrever as mudanças e adaptações realizadas pelas cooperativas para manterem seus territórios; e caracterizar as lutas das cooperativas, hoje, pelos territórios na cidade.

Ao analisar os diários de campo, bem como os relatos dos indivíduos entrevistados na pesquisa, é possível compreender que o processo de desterritorialização, reterritorialização e territorialização dos múltiplos territórios visitados, sendo analisados tanto na sua forma física quanto simbólica, são vivenciadas na prática pelos agentes de apoio e pelos cooperados das cooperativas de Maringá, visto que, a conquista pelo território tem sido uma luta de diferentes dimensões.

Para que fosse possível compreender como essas dimensões articulam o processo T-D-R nas cooperativas de reciclagem de Maringá, além da teoria quanto à cidade, espaço, território e seus processos no contexto organizacional, ainda foi utilizada como estratégia metodológica a etnografia multissituada, tendo como objetivo a construção do objeto de pesquisa com base nas ligações entre diversos contextos culturais, rastreando processos em que as conexões não são tão claras e a relação entre as disjunções são coordenadas (MARCUS, 1999). Assim, a etnografia multissituada me trouxe uma mobilidade como pesquisadora em campo, permitindo conexões de práticas, significados ou representações, compreendendo todo o processo prático de conquista do território. Foi com essa prática em diferentes territórios, que consegui perceber os momentos onde os catadores tiveram que se desterritorializar por vontade própria ou não, se reterritorializar para se adaptar e se territorializar, conquistando o espaço hoje.

Ao apresentar historicamente como o lixo fora manipulado na cidade, foi necessário discutir o processo de saída dos catadores do lixão para as primeiras cooperativas existentes na cidade, trazendo uma percepção primeiramente de imposição e posteriormente de motivação dos indivíduos quanto à mudança, tendo a influência do Poder Público e dos agentes de apoio na busca de melhores condições de trabalho e renda para esses indivíduos. Nesse contexto, a princípio, os catadores não queriam sair do lixão, pois tinham medo de lhes ser retirado o pouco que tinham de trabalho, o que os fazia sobreviver e sustentar suas famílias, mesmo que em condições de extrema insalubridade e periculosidade, visto que na realidade em que viviam, sequer se importavam ou se incomodavam com a forma de trabalho, queriam apenas suprir suas necessidades básicas. Por esse motivo ficaram relutantes em sair do local, porém, como fora uma imposição juntamente com a promessa de um local melhor, saíram daquela situação para viver uma situação parecida, mas em um

novo endereço, surgindo assim as primeiras cooperativas de reciclagem de Maringá. Na esperança de um trabalho digno e uma melhor renda, os catadores cederam, mas o processo de desterritorialização também se manifestou quando a renda não foi a esperada e o que recebiam não supria suas necessidades e mesmo assim continuavam trabalhando em condições precárias.

Houve ainda a desterritorialização daqueles que faziam a catação nas ruas, que foram convidados não só a participar como também a abrir novas cooperativas. Estes, foram trabalhar nas cooperativas por livre e espontânea vontade, sendo que sua mudança se deu, além do espaço físico das ruas, o simbólico das doações que recebiam das casas onde faziam a coleta. Nesse contexto, é possível concluir que o processo de desenraizamento dos catadores não se deu apenas com a saída do lixão ou das ruas onde houve a mudança física, mas também com a questão da renda e adaptação à nova forma de trabalho que fora melhorando a cada luta, gerando um impacto emocional.

Para descrever as mudanças e adaptações realizadas pelas cooperativas para manterem seus territórios, apresentei o processo de reterritorialização. Quando cito a reterritorialização, apresento um processo de readaptação dos indivíduos nas cooperativas de reciclagem, a começar por sua estrutura física que desde sempre foi precária. As modificações na estrutura física das cooperativas não acontecem da mesma forma e algumas precisam ainda mais de reforma do que as outras, visto que chove dentro, falta espaço e fica cada dia pior pelo aumento do material que chega. A conquista de maquinários é outra modificação, tendo os cooperados que aprender como utilizá-los para melhorar seu trabalho. Quando os cooperados saíram dos caminhões quentes para se fixar em um local também sofreram uma adaptação na forma de trabalho, assim como tendo horário de trabalho fixo e utilizando os Equipamentos de Proteção Individual para sua segurança, lembrando que a utilização desses equipamentos foi e ainda é difícil para aqueles que eram acostumados não fazer o uso de nenhuma proteção. O contrato com a prefeitura e a cobrança do MPT por melhores condições de trabalho é mais um dos motivos que faz com os cooperados tenham que se reterritorializar, tendo, nesses casos, que ter ajuda de outros órgãos, tanto pelas poucas condições financeiras quanto a clareza das normas a serem seguidas.

Os cooperados se reterritorializam assim, adaptando seus barracões, conseguindo maquinários, passando a não mais recolher os materiais na rua, fixando-se em um local, mudando as condições de trabalho como horário e uso de EPIs, modificando-se para cumprir com o que consta no contrato com a prefeitura e se adaptando pela cobrança do MPT, tendo que encontrar novas forma de apropriação do espaço, transformando o local habitado, modificando seu significado, perdendo seu território e se readaptando a um novo. Para isso, estas, com muito custo trabalham e buscam o melhoramento fazendo parcerias, contratando uma técnica em segurança no trabalho e procurando aprender as normas e regras que tangem o cooperativismo.

Para caracterizar as lutas das cooperativas, hoje, pelos territórios na cidade abordei a territorialização e a construção da territorialidade dos indivíduos. Para territorializar seu espaço as cooperativas, desde seu início, estão em uma luta constante juntamente com seus agentes de apoio, como ARPSOL, MNCR, MPT, ANCAT, Igreja Católica, Fórum Lixo e Cidadania, entre outros. Estes, se juntam em prol de melhores condições de vida e trabalho, dando suporte, comparecendo em reuniões como do conselho gestor, Fórum de Brasília para catadores, Fórum de economia solidária, entre outras reuniões e cursos.

Uma das grandes vitórias dessa luta conjunta, foi a conquista do contrato com a prefeitura. Porém ainda estão trabalhando para que esse contrato seja digno e justo para as cooperativas, territorializando seu espaço aos poucos, mesmo que a prefeitura nem sequer responda os ofícios encaminhados. Outra luta que ainda persiste com a prefeitura, é que o catador faça sua própria coleta e para que a mesma, dê suporte, como consta no contrato, para que haja condições melhores de trabalho, como por exemplo a não trabalharem no molhado.

Algumas das cooperativas estão tendo problemas por terem que sair de seu espaço físico devido a problemas de endereço, falta de espaço e problemas nas estradas de acesso. Quanto a isso, existe também a reclamação dessas cooperativas pela falta de suporte e dificuldades em encontrar um local adequado, que tenha tamanho suficiente e seja em local apropriado. A luta pelo território se dá ainda com os grandes geradores, que pela falta de obrigatoriedade de repassarem às cooperativas de reciclagem, vendem seu material para atravessadores, diminuindo significativamente a rendas dos cooperados. Existem também os garis

que fazem a coleta e tomam para si os resíduos de maior valor, como cobre, papelão e latinhas.

Uma das reclamações mais relatadas desde o início da minha pesquisa, foi o lixo que vem junto ao material reciclável, que contamina os resíduos, traz mal cheiro e ainda se torna perigoso dependendo do material. Esse problema, apesar de ter diminuído muito, ainda não foi sanado, pois depende da conscientização dos moradores, o que pode ser resolvido com programas de educação ambiental. Já o maior dos problemas hoje é a quantidade de material que chega para ser triada e não há espaço para deixá-lo. Apesar de ser muito bom ter mais material para que haja mais trabalho e renda, nessa quantidade as cooperativas não estão dando conta, pois não têm nem espaço suficiente para guardar o material que chega, nem para chamar mais cooperados e assim dar conta do trabalho.

Havendo esse entrave, a prefeitura se empenhou em dar apoio a abertura de duas novas cooperativas. Deram um curso de formação e pretendiam fazer a contratação. Porém esse território já está habitado e as cooperativas que o conquistaram, não querem de forma alguma perdê-lo. Para elas, a prefeitura primeiramente deve cumprir o que tem no contrato e dar todo suporte para trabalharem, depois poderão contratar outras. Pode-se considerar ainda no processo de territorializar-se, que os representantes das cooperativas estão se empenhando para terem maior noção de cooperativismo e gestão, bem como estão deixando de lado o pensamento assistencialista e buscando novas formas de conquista pelo território.

Com isso, é possível concluir, que embora as cooperativas ainda tenham muito território a conquistar, pode-se perceber de inúmeras formas elas já territorializam seu espaço e que a luta não acabará tão cedo, visto que os cooperados e os agentes de apoio, de uma forma ou de outra, buscam, pouco a pouco, essa conquista. É pertinente dizer que as cooperativas passam por muitas necessidades urgentes para que o trabalho ocorra da melhor forma, mas é possível verificar também que existem órgãos que as apoiam e os próprios cooperados já mudaram sua visão no que diz respeito aos seus direitos.

Quanto às perspectivas para o futuro, pude perceber que a luta das cooperativas e dos seus agentes de apoio vai persistir. O intuito é que a cada dia, um novo território seja conquistado, que as condições mudem, os olhares mudem e

que essas cooperativas consigam se manter futuramente sem o auxílio de agentes de apoio ou do Poder Público e que mais do que isso, os cooperados tenham a visão de que trabalham em um empreendimento com grandes perspectivas de crescimento e renda.

Desta forma, em resposta aos objetivos da pesquisa, pude verificar que as cooperativas são um empreendimento ainda deficiente de muitos recursos e ainda bastante depende do contrato com a prefeitura e que seu processo de desterritorialização, reterritorialização e territorialização é constante na busca pela ocupação do seu espaço na cidade. Assim, os indivíduos se modificam continuamente e conquistam melhores de condições de trabalho e renda.

A pesquisa contou com algumas limitações em seu caminho, como por exemplo não ter entrevistado alguém do poder público. Porém, acredito que apesar de importante, não tenha influenciado na reflexão do trabalho, visto que participei de inúmeras reuniões e encontros onde os representantes da prefeitura estavam presentes. Outra limitação diz respeito à primeira cooperativa a qual tive acesso e pesquisei por 4 meses, alguns sentimentos profundos juntamente com um dilema moral, me obrigaram a me afastar do campo. Por fim, não haver documentos oficiais que contem a história das cooperativas, também foi considerado por mim, uma limitação, podendo ser ainda, uma forma de silenciamento desses indivíduos esquecidos e essa luta histórica para serem reconhecidos.

Esta pesquisa teve como contribuição para o Estudos Organizacionais o aumento da compreensão no que tange a cidade e seus diferentes conceitos, bem como sobre espaço território e as suas relações com os indivíduos, chamadas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Além disso, ainda há uma discussão em relação à forma que o Poder público trata os empreendimentos cooperativos na ocupação do território. Assim, este trabalho avança nas discussões sobre a cidade enquanto produto da intervenção do espaço, mostrando um território, que traz discussões relacionadas às perspectivas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, e de como os indivíduos são influenciados pelo processo de luta pelo território. Pode-se dizer ainda, que a pesquisa buscou demonstrar a influência do Poder Público no contexto da formação e processo T-D-R das cooperativas e dos catadores, dando oportunidade a reflexões por parte da administração, a respeito de como são impostos deveres a serem

cumpridos pelas cooperativas, sem ter noção da sua realidade, principalmente por ser um empreendimento ainda sem recursos financeiros para cumprir com algumas de suas normas.

No que diz respeito ao estudo da territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R) nos Estudos Organizacionais, é possível verificar que ainda existem muitos campos a serem estudados nesse contexto, para que se possa obter novas reflexões em relação aos indivíduos e como eles se dispõem em determinado território, sendo também considerados como organizações. Dessa forma, a pesquisa avança auxiliando a compreensão destes processos e analisando-os no presente trabalho, pode-se compreender os processos enfrentados pelos catadores desde sua saída do lixão e das ruas, até as mudanças e luta constantes.

## REFERÊNCIAS

ALCADIPANI, Rafael. Confissões etnográficas: Fracassos no acesso a organizações no Brasil. In: EnEPQ – ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 4., 2013, Brasília. Anais... Brasília: ANPAD, 2013, p. 1-16.

ALVES, M. L. **A saúde ambiental e os resíduos de serviços de saúde nos três níveis de complexidade do Sistema Único de Saúde – SUS**. 2008. 96 f. Dissertação (Mestrado). Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PRODEMA/UFRN), Rio Grande do Norte, 2008.

BENINI, Édi; BENINI, Elcio. As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. O&S – Salvador, v.17 - n.55, p. 605-619 - Outubro/Dezembro – 2010.

BENVINDO, Aldo Z. **A nomeação no processo de construção do catador como ator econômico e social**. 2010. 96 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Estudos e Pós-Graduação sobre as Américas. Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BRASIL. Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1990.

BRASIL, Lei N° 12.305 de 02 de agosto de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), 2010.

BROLLO, Maria José; SILVA, Mirtes Moreira. VI-078-POLÍTICA E GESTÃO AMBIENTAL EM RESÍDUOS SÓLIDOS. REVISÃO E ANÁLISE SOBRE A ATUAL SITUAÇÃO NO BRASIL. In: **Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental**. 2000.

BROWN, G. **Territoriality in organizations**: theory and measurement. 2005. 176 f. Thesis. (Doctor of Philosophy) – Faculty of Graduate Studies, University of British Columbia, Vancouver, 2005.

CANCLINI, N. G. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. Opinião Pública, Campinas, v. 8, n. 1, p.40-53, 2002.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CARVALHO, P. P.; PEREIRA, R. S. **Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos**. In: Gestão para o desenvolvimento sustentável: Desafios e proposições para a Sustentabilidade Socioambiental. Raquel da Silva Pereira (org.). São Paulo: Globus, 2013.

CAVEDON, N. R. O método etnográfico em estudos sobre a cultura organizacional; implicações positivas e negativas. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 23., 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: ANPAD, 1999. 1 CD-ROM.

CAVEDON, Neuza Rolita. Método etnográfico: Da etnografia clássica Às pesquisas contemporâneas. In: SOUZA, Eloisio Moulin de. (Org). Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual. 1. Ed. Vitória : EDUFES, 2014. p. 65-90.

CE – COMISSÃO EUROPEIA. **A UE e a Gestão dos Resíduos**. ISBN 92-828-4829-9. Comunidades Europeias, 2000.

CBN. **Maringá é reeleita a melhor entre as grandes cidades do Brasil**. Maringá, 2018. Disponível em: <<http://www.cbnmaringa.com.br/noticia/maringa-e-reeleita-a-melhor-entre-as-grandes-cidades-do-brasil>>. Acesso em: 12 maio. 2019.

COIMBRA, K. E. R.; SARAIVA, L. A. S. Territorialidade em uma Organização-cidade: o movimento quarteirão do soul. **Gestão & Regionalidade**, São Paulo, Vol. 29 - Nº 86 - mai-ago/2013.

COMISSÃO EUROPÉIA. **Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Uma Estratégia Europeia para os Plásticos na Economia Circular**. Estrasburgo, 16.1.2018 COM (2018) 28 final.

CORRÊA, I.M. Planejamento estratégico e gestão pública por resultados no processo de reforma administrativa do estado de Minas Gerais. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.41, n.3, 487-504, maio/jun. 2013.

CORREA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3.ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

COSTA, C. M.; PATO, C. A constituição de catadores de material reciclável: a identidade estigmatizada pela exclusão e a construção da emancipação como forma de transcendência. In: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

COUTINHO, M. P. L.; ARAÚJO, L. F. A.; GONTIÈS, B. Uso da maconha e suas representações sociais: estudo comparativo entre universitários. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 9, n. 3, p. 469-477, set./dez. 2004.

CUNLIFFE, A. L. Retelling Tales of the Field In Search of Organizational Ethnography 20 Years On. **Organizational Research Methods**, 13(2), 2010. (p. 224-239).

DAMATTA, Roberto. O ofício de etnólogo ou como ter anthropological blues. In: NUNES, E. de O. *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. (p. 23-35)

DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e Abordagens**. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, S. M. **Construindo a cidadania: avanços e limites do projeto de coleta seletiva em parceria com a Asmare**. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2002.

DUARTE, Márcia de Freitas. **Práticas de organizar na indústria criativa: a produção de um espetáculo de teatro musical em São Paulo – SP**. 2015. 469 f. Tese (Doutorado em Administração)-Programa de Pós-Graduação em Administração, Fundação Getúlio Vargas-Escola De Administração De Empresas De São Paulo, São Paulo, 2015.

DUARTE, M. F.; ALCADIPANI, R. Contribuições do Organizar (Organizing) para os Estudos Organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 76, p. 57-72, 2016.

ERCA - ENVIRONMENTAL RESTORATION AND CONSERVATION AGENCY. **The history of air pollution in Japan**. Japan. 2010. Disponível em: <[http://www.erca.go.jp/yobou/taiki/rekishi/03\\_06.html](http://www.erca.go.jp/yobou/taiki/rekishi/03_06.html)>. Acesso em: 24/set/2017.

EUROPA.EU - European Union. **The European Union: Map**, 2014. Disponível em:<[http://europa.eu/about-eu/countries/index\\_en.htm](http://europa.eu/about-eu/countries/index_en.htm)>. Acesso em: 06/jan/2014.

EUROSTAT, European Comussion. **Your key to European statistics**. Disponível em: <<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/themes>> Acesso em 21 jun. 2017.

FADINI, Pedro Sérgio; FADINI, Almerinda Antonia Barbosa. Lixo: desafios e compromissos. **Cadernos Temáticos de Química Nova na Escola**. São Paulo, 2001.

FIGUEIREDO, A. M. de; SOUZA, S. R. G. de. **Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses: da redação científica à apresentação do texto final**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

FIGUEIREDO, Marina Dantas de; OLIVEIRA, Josiane Silva de. Os espaços das etnografias e as etnografias dos espaços nos estudos organizacionais no Brasil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPSTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 5., 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2015, p. 1-22.

FISCHER, T. Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e configurações do local. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 13-23.

FISCHER, G. N. Espaço, identidade e organização. In: CHANLAT, J. F. (Coord.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. v. 2. São Paulo: Atlas, 2010.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GODOY, M. B. R. B. Dificuldades para aplicar a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil. **Caderno de Geografia**. V. 23, n. 39, p.1–12, 2013.

GONÇALVES FILHO, A.P.; ANDRADE, J.C.S.; MARINHO, M.M.O. Cultura e gestão da segurança no trabalho: uma proposta de modelo Gest. Prod., São Carlos, v. 18, n. 1, p. 205-220, 2011.

GUARDABASSIO, Aliana Vileide. **Gestão pública de resíduos sólidos urbanos na região do grande ABC**. 2014. 249 f. Dissertação (Mestrado em Administração)-Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2014.

GUARDABASSIO, E. V.; AMORIM, W.; PEREIRA, R. S. **Geração de Trabalho e Renda por meio do Cooperativismo**. XXXVII ENANPAD, 2013.

GUEDES, Carla. Maringá cresce 1,42% em um ano e chega a 403 mil habitantes. Odiario.com, Maringá, 31 de agosto de 2016. <<http://maringa.odiario.com/maringa/2016/08/maringa-cresce-142-em-um-ano-e-chega-a-403-mil-habitantes/2230263/>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 2011.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. (Orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007a, p.43-71.

\_\_\_\_\_. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, ano IX, n. 17, p. 19-46, 2007b.

\_\_\_\_\_. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 95-120.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: EdUFF/Contexto, 2002. MISOCZKY, M. C.; CAMARA, G. D.; CERQUEIRA, P. R.; COTO, G. C. Orientação sexual, classes sociais e territórios de resistência: os conflitos em torno do Centro Nova Olaria – Porto Alegre. **Gestão e Sociedade**, v. 6, n. 15, p. 254-279, 2002.

HAMMERSLEY, Martyn; ATKINSON, Paul. **Ethnography: principles in practice**. London: Routledge, 1995.

HEYL, Barbara Sherman. Ethnography Interviewinh. ATKINSON, P.; DELAMONT, S. COFEY, A.; LOFLAND, J.; LOFLAND, L. **Handbook of Ethnography**. London: Sage, 2007.

HONORATO, B. E. F.; SARAIVA, L. A. S. Cidade, População em Situação de Rua e Estudos Organizacionais. **Desenvolvimento em questão**, [S.l.], v. 14, n. 36, p. 158-186, out. 2016. ISSN 2237-6453. Disponível em:

<<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/3217>>. Acesso em: 15 ago. 2018.  
doi: <https://doi.org/10.21527/22376453.2016.36.158-186>.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política pública**: seus ciclos e subsistemas—uma abordagem integral. Rio de Janeiro, p. 304, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/maringa/panorama>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável. Brasília, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Catadores de Materiais Recicláveis: um encontro nacional. Brasília, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil: dilemas e possibilidades sob a ótica da economia solidária. Brasília, 2017.

IPIRANGA A, S. R. A cultura da cidade e os seus espaços intermediários: os bares e os restaurantes. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 65-91, jan./fev. 2010.

KAUCHAKJE, Samira. Solidariedade política e constituição de sujeitos: a atualidade dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 23, n. 3, p. 667-696, 2008.

KELSEN, Hans. **Teoria Geral do Direito e do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

KOZIMA, M. **Section III C: 3R Policy & “Monttainai” Concept in Japan**. Japan, 2011. Disponível em: <[http://www.greengrowth.org/download/GGPD\\_CD\\_resources\\_for\\_website/SECTION\\_III\\_%20C\\_%20.pdf](http://www.greengrowth.org/download/GGPD_CD_resources_for_website/SECTION_III_%20C_%20.pdf)>. Acesso em: 24/set/2017.

LECHAT, N. M. P. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? **Civitas**, Porto Alegre, v.2, n.1, p.123-140, 2002.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. 3ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008a.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1992.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008b.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, H. **La presencia y la ausencia**: contribución a la teoría de las representaciones. México. Fondo de Cultura Económica, 2006.

LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade**. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2 ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**, v. 12, n. 25, 2010.

LIMA, Andréa Karla Travassos de. **Principais pontos da Política Nacional de Resíduos Sólidos para Gestão de Resíduos Municipais**. Recife: EDUFRPE, 2014.

MAC-ALLISTER, Mônica. A cidade no campo dos estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*. v. 11, 2004. Edição Especial.

MAGALHÃES, B. J. Liminaridade e exclusão: caracterização permanente ou transitória das relações entre os catadores e a sociedade brasileira? In: PEREIRA,

B. C. J.; GOES, F. L. **Catadores de materiais recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

MAIA NETO, Geraldo de Azevedo. **Política Nacional de Resíduos Sólidos e direito ao meio ambiente equilibrado**. Revista Jus Navigandi. Teresina. 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/20172>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. Reflexões sobre a etnografia crítica e suas implicações para a pesquisa e educação. *Educ. Real.*, Porto Alegre, v.

36, n. 2, p. 425-446, maio/ago. 2011. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade)>. Acesso em: 21 dez. 2017.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MANZINI, E.J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. Anais... Bauru: USC, 2004. CD-ROOM. ISBN:85-98623-01-6. 10p.

MARCUS, G. E. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. **Annu. Rev. Anthropol**, v. 24, p. 95-117, 1995.

\_\_\_\_\_. What is at stake —and is not —in the idea and practice of multi-sited ethnography. **Canberra Anthropology**, v. 22, n. 2, p. 6-14, 1999.

MARICATO, Emília. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Emília. (Org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 121-192.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007. p. 54-76. cap. 3.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHEZ, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.

MINISTRY OF THE ENVIRONMENT. **Country Presentation, Japan**. Disponível em: <[http://www.uncrd.or.jp/env/3r\\_02/presentations/BG3/3-3Japan-2nd-3R-Forum.pdf](http://www.uncrd.or.jp/env/3r_02/presentations/BG3/3-3Japan-2nd-3R-Forum.pdf)>. Acesso em 24/set/2017.

MIRALÉ, Édís. **Direito do ambiente: gestão ambiental em foco**. SP. Editora RT, 2011.

MISOCZKY, M. C.; CAMARA, G. D.; CERQUEIRA, P. R.; COTO, G. C. Orientação sexual, classes sociais e territórios de resistência: os conflitos em torno do Centro Nova Olaria – Porto Alegre. **Gestão e Sociedade**, v. 6, n. 15, p. 254-279, 2012.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Resíduos Sólidos**. Brasília, 2018. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos.html>>. Acesso em: 02 out. 2018.

O DIARIO. Disponível em: <<https://maringa.odiario.com/maringa/2017/03/maringa-e-eleita-a-melhor-entre-as-grandes-cidades-do-brasil/2338514/>> acesso em 24 jan. 2018.

OLIVEIRA, Adriano Aparecido de, **INTERVENÇÕES URBANAS A PARTIR DE INVESTIMENTOS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): a reterritorialização dos moradores do entorno da obra Contorno Norte de Maringá-PR**, 2016. 148 f. Dissertação (Mestrado em Administração)-Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

OLIVEIRA, Vanessa Melo, **A MODA NO CENTRO DAS PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS: UMA ETNOGRAFIA NA RUA JOSÉ AVELINO, FORTALEZA – CE**. 2015. 162 f. Dissertação (Mestrado em Administração)-Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas, Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Fortaleza, 2015.

OLIVEIRA, Thais Brito de; GALVÃO JUNIOR, Alceu de Castro. Planejamento municipal na gestão de resíduos sólidos urbanos e na organização da coleta seletiva. **Engenharia Sanitaria e Ambiental** v.21 n.1, jan/mar 2016, 55-64, DOI: 10.1590/S1413-41520201600100155929.

OLIVEIRA, Josiane Silva de. **A POLÍTICA EMOCIONAL NAS PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO DO CIRCO CONTEMPORÂNEO: Uma etnografia multissituada no contexto Brasil-Canadá**. 2014. 296 f. Tese (Doutorado em Administração)-Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PAOLI, M. C. Prefácio. In: LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade**. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2 ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

PEREIRA, D.; CARRIERI, A. P. Espaço Religioso e Espaço Turístico: Significações Culturais e Ambiguidades no Santuário do Caraça / MG. **Organização & Sociedade**, v. 12, n. 34, jul./set., 2005, p. 31-50.

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jul. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos. Maringá, 2017.pdf.

PIMENTEL, T. D. **A espacialidade na construção da identidade**. 2008. 258 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pesquisas e Pós Graduação em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática S.A. 1993.

\_\_\_\_\_. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 17-36.

REIS, Paula Thaise Bermudez dos; MATTOS, Ubirajara Aluizio de Oliveira; SILVA, Elmo Rodrigues da. Gestão de resíduos sólidos urbanos em municípios do Brasil: Uma visão dos métodos de avaliação. *Revista Internacional de Ciências*, Rio de Janeiro, v. 06, n. 02, p. 137 - 146, jul-dez 2016. DOI: 10.12957/ric.2016.20753. e-ISSN 2316-7041.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia: Saberes e Práticas. In: PINTO, C. R. J.; GUAZZELI, C. A. B. (Org.). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. Editora Brasiliense, 1995.

ROSA, Milton; OREY, Daniel Clark. O campo de pesquisa em etnomodelagem: as abordagensêmica, ética e dialética. **Educação e Pesquisa**: Revista da Faculdade de educação da USP, São Paulo, v. 38, n. 04, p. 865-879, out./dez. 2012.

ROSA, Alexandre Reis et al. Resíduos sólidos e políticas públicas: reflexões acerca de uma proposta de inclusão social. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 8, n. 2, 2011.

SACK, Robert. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAHR Cicilian Luiza Löwen; SAHR, Wolf-Dietrich. Territórios – faxinais – espaços. A problemática “espaço/território” na formação social brasileira. In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SAQUET, M. A., **Abordagens e Concepções de Território**. 4 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

\_\_\_\_\_. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SARAIVA, L. A. S., CARRIERI, A. P. Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. **RAP: Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 46(2):547-76, mar./abr. 2012.

SARAIVA, L. A. S., CARRIERI, A. P., SOARES, A. S. territorialidade e identidade nas organizações: o caso do mercado central de belo horizonte. **RAM: Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, 15(2), 97-126, mar./abr. 2014.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas: coletânea**. Brasília, DF: ENAP, v. 1. 2007.

SCHALCH, V.; CÓRDOBA, R. E. **Estratégia para gestão de resíduos sólidos**. Material didático elaborado para a disciplina de Sistema de Gestão Ambiental – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.

SCHWANDT, Thomas A. **Dictionary of Qualitative Inquiry**. 2. ed. London: Sage, 1997.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SEMA – SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. **Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Paraná – PERS/PR**. Curitiba, 2018. Disponível em: < <http://www.residuossolidos.sema.pr.gov.br/>>. Acesso em: 03 out. 2018.

SILVA, Cissa Maria de Almeida. **Neoconstitucionalismo e o novo paradigma do Estado Constitucional de Direito**: um suporte axiológico para a efetivação dos Direitos Fundamentais Sociais, 2006. Disponível em:< <http://www.artigonal.com/doutrinaartigos/neoconstitucionalismo-e-o-novo-paradigma-do-estado-constitucional-de-direitoumsuporte-axiologico-para-a-efetivacao-dos-direitos-fundamentais-sociais-1802344.html>>. Acesso em: 13 set. 2017.

SILVA, Américo L. Martins. **Direito do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais**. SP. Editora RT. 2005.

SMA - Secretaria De Meio Ambiente; ISWA – International Solid Waste Association; E ABRELPE - Associação Brasileira De Empresas De Limpeza Pública E Resíduos Especiais. **Resíduos Sólidos: Manual de boas práticas no planejamento**. São Paulo, 2013. Disponível em: <[http://www.abrelpe.org.br/arquivos/manual\\_portugues\\_2013.pdf](http://www.abrelpe.org.br/arquivos/manual_portugues_2013.pdf)>. Acesso em: 24/set/2017.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro et al. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

\_\_\_\_\_. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009a. p. 57-72.

SOUZA, Edson Belo Clemente de. O território e a Região: análise de Políticas Públicas. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009b. p. 341-362.

SOUZA, Celina et al. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, Celina. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas públicas no Brasil**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2007.

SOUZA, Romário Rocha, **MEMÓRIAS DO LIXO: LUTA E RESISTÊNCIA NAS TRAJETÓRIAS DE CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA ASMARE**, 2018. 137 f. Dissertação (Mestrado em Administração)- Centro de Pós-Graduação e Pesquisas de em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

TRVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TURCO, Angelo. **Regione e regionalizzazione**. Milano: Angeli, 1984.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Emília. (Org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 75-104.

VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n.63, p. 153-155, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092007000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000100012&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 0102-6909. doi: 10.1590/S0102-69092007000100012. Acesso em: 22 jan. 2019.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em Administração. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (Orgs.) **Pesquisa qualitativa em Administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol.25, n.71, p.37-58, abr. 2011.

VILLANUEVA, Luis F. Aguilar. Estudio introductorio. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas: coletânea**. Brasília, DF: ENAP, v. 1. 2007.

WATSON, T. J. **In search of management: Culture, chaos and control in managerial work**. London: Routledge, 2001.